Macau 澳門



RAEM 20 ANOS

A ESTABILIDADE ECONÓMICA O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DO TURISMO O FORTALECIMENTO DA CULTURA AS POLÍTICAS SOCIAIS O REFORÇO DA EDUCAÇÃO





尋光 EXPLORE THE LIGHT DESCOBERTO 之旅 01 - 31 12. 2019







DIRECTOR

Victor Chan Chi Ping

DIRECTORA EXECUTIVA

Amelia Leong

EDITOR EXECUTIVO

lberto Au

PROPRIEDADE

Gabinete de Comunicação Social da Região Administrativa Especial de Macau Avenida da Praia Grande, n.º 762 a 804 Edif. China Plaza, 15.º andar, Macau Tel: (+853) 2832 2886 Fax: (+853) 2835 5426 e-mail: info@exs.gov.mo

PRODUÇÃO, GESTÃO E DISTRIBUIÇÃO

Delta Edições, Lda. Av. Comercial de Macau, 251A-301 AlA Tower, 20.º andar Tel: (+853) 8294 2274 Fax: (+853) 8294 2399 e-mail: contacto@revistamacau.com www.revistamacau.com

EDITOR

Luís Ortet

COORDENAÇÃO EDITORIAL

REVISÃO

António Martins

COORDENAÇÃO DE FOTOGRAFIA

Gonçalo Lobo Pinheiro

LAYOUT

Marta Gregório

DIRECÇÃO GRÁFICA

Ipsis Verbis Communication

COLABORADORES

Andreia Sofia Silva, António Bilrero, Catarina Brites Soares, Catarina Mesquita, Cláudia Aranda, Dalton Sitoe (Moçambique), Fernando Sales Lopes, José Carlos Matias, José Luís Sales Marques, Hélder Beja, Lucas Calixto, Marco Carvalho, Marta Curto (Portugal), Paulo Barbosa e Sandra Lobo Pimentel

FOTOGRAFIA

Gonçalo Lobo Pinheiro, Paulo Cordeiro (Portugal), Tatiana Lages e Tiago Alcântara

As imagens que estão publicadas nesta edição e não estão creditadas foram adquiridas em diferentes bancos de imagem, devidamente licenciados.

IMPRESSÃO

Tipografia Welfare, Macau

TIRAGEM

1500 exemplares

ISSN: 0871-004X

Escaneie o nosso *QR code* e siga-nos nas redes sociais





www.revistamacau.com

www.facebook.com/RevistaMacau

APP DA REVISTA MACAU DISPONÍVEL EM:





Do Editor

Luís Ortet

Esta edição da revista MACAU é diferente, como o leitor constatará pelo volume adicional de páginas que a compõem.

O estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) aconteceu há duas décadas, mais concretamente no dia 20 de Dezembro de 1999, concretizando o desiderato do retorno de Macau à Pátria, em conformidade com a Declaração Conjunta sobre a Questão de Macau assinada pelo Governo da República Popular da China e pelo Governo da República Portuguesa em Pequim, no dia 13 de Abril de 1987.

Foi um passo histórico pela forma como os dois países souberam encontrar uma plataforma de entendimento pacífica para a resolução de um problema complexo. Durante mais de quatro séculos Macau tinha vivido sob administração portuguesa e desenvolveu-se no território um estilo de vida diferente do vivido no Interior do País, quer do ponto de vista económico e social, quer político e jurídico.

O princípio "um país, dois sistemas" foi a solução encontrada para que a reintegração desse pequeno território no todo chinês pudesse ser "propícia ao desenvolvimento económico e estabilidade social de Macau", nos termos da Declaração Conjunta. Segundo esse princípio, estipula ainda o documento de 1987, entre outras considerações, "os actuais sistemas social e económico em Macau permanecerão inalterados, bem como a respectiva maneira de viver" e "as leis vigentes manterse-ão basicamente inalteradas". Além disso, a "Região Administrativa Especial de Macau assegurará, em conformidade com a lei, todos os direitos e liberdades dos habitantes e outros indivíduos em Macau".

Ainda nos termos do acordo celebrado entre os dois países, a RAEM passaria a ficar "directamente subordinada ao Governo Popular da República Popular da China", embora gozando de "um alto grau de autonomia" e de poderes executivo, legislativo e judicial independentes. Grande parte das páginas que preenchem esta edição da revista detalham a forma como esses princípios foram levados à prática e o desenvolvimento notório de que beneficiou a RAEM nas duas primeiras décadas da sua existência, bem como os projectos que se preparam para o futuro.

06 **ACONTECEU**

As principais notícias que marcam a actualidade de Macau

12 **RAEM, 20 ANOS**

A transformação de uma cidade em todos os aspectos explicados em detalhe

14 ECONOMIA: ESTABILIDADE E DIVERSIFICAÇÃO

Depois de conquistada a estabilidade, chegou a hora da diversificação



22 TURISMO: A FORÇA MOTRIZ

Aposta no turismo cultural e na diversão para toda a família



28 ASSUNTOS SOCIAIS: APOIOS

A partilha da riqueza para a construção de uma sociedade harmoniosa



3

EDUCAÇÃO: MULTILINGUISMO

Governo aposta no ensino multilingue para formar novos talentos

42

ENSINO SUPERIOR: MAIS E MELHOR

Dimensão internacional e cada vez mais parcerias estratégicas



48

HABITAÇÃO: MAIS TERRENOS

Mudança nas legislações para dar resposta a uma grande demanda por tecto



54 ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

Modernização da Administração Pública com o Governo Electrónico na dianteira

60

URBANISMO:

Recuperar o antigo, reverter terrenos e reorganizar o trânsito

66 DESPORTO

Palco de eventos internacionais e o apoio à formação de atletas



72 FÓRUM DE MACAU:

A plataforma consolidada numa nova casa



78

CULTURA: IMPULSO DA UNESCO

Patrimónios tangível e intangível reconhecidos dentro e fora de portas

84

UMA DÉCADA EM BALANCO

Antes da despedida, Chui Sai On fez uma retrospectiva da sua governação 90

CABO VERDE E SÃO TOMÉ QUEREM MAIS MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

Países africanos guerem beneficiar desta sabedoria milenar



98

CHINA E BRASIL REFORÇAM COOPERAÇÃO

Visita oficial do presidente brasileiro a Pequim resulta na assinatura de vários acordos comerciais



104

RADAR LUSÓFONO

As notícias que retratam as relações entre a China e os países de língua portuguesa

110

EFEMÉRIDE: INSTITUTO INTERNACIONAL DE MACAU

Duas décadas a contribuir para o enriquecimento cultural sobre Macau, com muitos livros e várias exposições

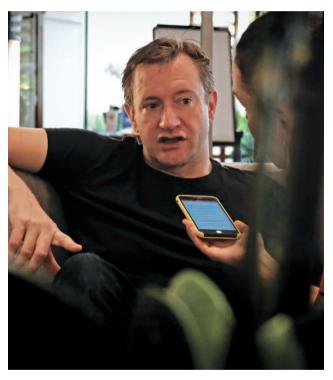


114

TRADIÇÕES: SOLSTÍCIO DE INVERNO

A segunda mais importante celebração familiar chinesa, a seguir ao Ano Novo Chinês





118

ÁTRIO: FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA

Entrevista a Mike Goodridge, director artístico do certame que quer projectar Macau no mundo

124

ESPECTÁCULOS, EXPOSIÇÕES E LIVROS

Novidades e sugestões culturais para os próximos meses

130

MEMÓRIAS: OFICINAS NAVAIS

Registo vivo da pujança da antiga indústria naval



APN revê proposta para utilização do porto de Hengqin • O órgão máximo legislativo da China anunciou, em Outubro, que está a deliberar uma proposta do Governo de Macau que passaria a jurisdição do porto de Hengqin, em Zhuhai, e áreas circundantes, para a RAEM. Segundo o comunicado difundido pela Assembleia Popular Nacional (APN), o projecto foi submetido para revisão no parlamento chinês, cuja sessão anual se realiza em Março. A aprovação permitirá que a passagem do Interior do País para Macau seja sujeita a apenas um controlo fronteirico, facilitando a circulação de pessoas e bens. Citado pela agência noticiosa oficial Xinhua, Deng Zhonghua, vice-director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado. considerou que os actuais modelos de controlo alfandegário e configuração dos portos não conseguem mais atender às necessidades do crescente fluxo de pessoas e bens suscitado pelo desenvolvimento da Área da Grande Baía.

Concluído primeiro edifício do novo hospital • Ficou concluída em Outubro a construção do primeiro edifício do futuro Complexo de Saúde das Ilhas, o Instituto de Enfermagem, que vai ser gerido pelo Hospital Kiang Wu. No total, o Complexo de Saúde das Ilhas vai ter sete edifícios. Os três principais só devem estar concluídos dentro de três anos.





Minchi, patuá e procissões na lista do património intangível •

A gastronomia macaense, o teatro em patuá e as procissões de Nossa Senhora de Fátima e do Senhor dos Passos ficam oficialmente inscritas na Lista do Património Cultural Intangível até ao final deste ano. O compromisso é assumido pelo Instituto Cultural, que divulgou em Outubro o resultado da consulta pública às 12 manifestações propostas para classificação - a taxa de aprovação é superior a 70 por cento e inclui também tradições chinesas populares como o Festival do Dragão Embriagado e a Opera Cantonense. A consulta pública (um passo obrigatório para uma manifestação ou expressão cultural chegar a património) dá quase 80 por cento de apoio à classificação das tradições de influência portuguesa. Das quatro, a Gastronomia Macaense é a que conquista mais adeptos: 79,5 por cento concorda com a classificação proposta pelo Instituto Cultural por entenderem que é "um elemento único da cultura de Macau", com "valor histórico" e que "reflecte também as relações estreitas entre Macau e Portugal, sendo representativo da relação cultural entre a China e o Ocidente". Das 12 tradições propostas para classificação, a mais popular é a ópera cantonense: 95,5 por cento concorda que deve ser património cultural intangível por ter uma "longa história" e ser um "elemento da cultura tradicional da China e da província de Guangdong, revestindo-se de características distintas e de grande representatividade a nível regional". São também estes os argumentos a favor da classificação da "preparação do chá de ervas" e da "escultura de Imagens Sagradas em Madeira".



Chefe do Governo em Xangai para exposição de importações • O Chefe do Executivo de Macau, Chui Sai On, deslocou-se a Xangai, em Novembro, para participar na segunda exposição internacional de importações da China. Passaram pelo evento personalidades do meio político e empresarial, oriundas de cerca de 170 países e regiões, bem como vários representantes de entidades internacionais. O pavilhão de Macau esteve localizado no interior do pavilhão da China, no âmbito da Feira Nacional de Comércio e Investimento, e acolheu a exposição 'Macau Hub', com o centro histórico da cidade, património mundial da UNESCO, como pano de fundo. À semelhança do ano passado, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) e o Fundo das Indústrias Culturais organizaram a participação de vários sectores nesta exposição empresarial.

Fundação Macau ajuda a minimizar pobreza na China

A Fundação Macau destinou, no ano passado, 47 milhões de patacas em acções para o combate à pobreza no condado de Congjiang, na província de Guizhou, uma das mais desfavorecidas da China. As verbas foram aprovadas pelo Conselho de Curadores, presidido pelo Chefe do Executivo, Chui Sai On. Os apoios foram direccionados para quatro projectos, incluindo a construção de uma escola. A província de Guizhou, no sudeste da China, foi seleccionada como um dos principais alvos do plano do governo chinês para retirar da pobreza a população rural até 2020.





Pequim aprova transferência de fronteira para Hengqin • A Assembleia Popular Nacional (APN) delegou poderes a Macau para exercer jurisdição sobre o posto fronteiriço de Hengqin, decisão que autoriza a transferência do Posto Fronteiriço da Flor de Lótus para a ilha da Montanha, implicando um modelo de verificação alfandegária única. Foi uma proposta apresentada inicialmente pelo Governo de Macau em Agosto do ano passado. Em comunicado, o Gabinete do Porta-Voz explica que a jurisdição vai ser "implementada faseadamente". Está prevista a delimitação de uma "área reservada para a expansão do Metro Ligeiro no posto de Hengqin". Segundo o comunicado, "as datas específicas de entrada em funcionamento, coordenadas e extensão das áreas abrangidas pela decisão serão determinadas posteriormente pelo Conselho de Estado". O direito sobre o posto fronteiriço de Hengqin é obtido por arrendamento até 19 de Dezembro de 2049, admitindo-se uma extensão do acordo.

41 personalidades agraciadas pelo Governo • O Governo divulgou no final de Setembro a lista de agraciados com as medalhas e os títulos honoríficos em 2019. No total, são distinguidas 41 personalidades e entidades. Foram atribuídas oito Medalhas de Honra, visando "galardoar a prestação de serviços excepcionais para a imagem e bom nome, ou com grande relevância para o desenvolvimento da RAEM". Em sete dos casos, a distinção recai sobre membros do Conselho Executivo. Liu Chak Wan, presidente da Associação Promotora da Lei Básica de Macau e da Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu e antigo membro da Comissão Preparatória da Região Administrativa Especial de Macau, recebe o Lótus de Ouro, tal como Ma Iao Lai, presidente da Associação Comercial de Macau e da Associação de Beneficência Meng Tak. Ma já tinha sido agraciado com as Medalhas de Mérito Industrial e Comercial e de Mérito Altruístico. Já a Lótus de Prata foi atribuída a seis personalidades: Leonel Alves, Cheang Chi Keong, Ho Sut Heng, Wong Eddie Yue Kai, Chan Chak Mo e Nam Kwong União Comercial e Industrial, Limitada. Além do advogado Leonel Alves, há, entre os agraciados, vários outros nomes ligados à comunidade portuguesa:



os professores Carlos André (mérito cultural) e Manuel Machado (mérito educativo); a intérprete-tradutora Manuela Teresa Sousa Aguiar (mérito profissional); o polícia António Manuel Pereira (medalha de dedicação) e o assessor jurídico Rui Amaral (medalha de dedicação). Destaque, ainda, para a Medalha de Mérito Turístico para Pansy Ho e para a Medalha de Mérito Altruístico atribuída à Anima - Sociedade Protectora dos Direitos dos Animais de Macau.

Feira Internacional e PLPEX encerram com a assinatura de 85 protocolos • Um total de 85 protocolos foi assinado e mais de 400 encontros tiveram lugar na Bolsa de Contactos da 24.ª Feira Internacional de Macau e da Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa (Macau) 2019 (PLPEX), em Outubro. O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, a entidade organizadora, informou terem as duas exposições sido visitadas por mais de 70 mil pessoas, tendo-se registado um aumento de dez por cento no número de visitantes profissionais em comparação com os números contabilizados na edição de 2018. A edição deste ano da MIF deu continuidade ao seu tema "Cooperação – Chave para Oportunidades de Negócio" e ocupou uma área de exposição de cerca de 24 mil metros quadrados, tendo sido instalados cerca de 1500 stands de exposição. A PLPEX, por sua vez, contou com uma área de exposição.



Circulação alargada às viaturas privadas de Macau na nova ponte • A circulação de veículos privados na mega ponte que liga Macau, Hong Kong e Zhuhai, inaugurada em Outubro do ano passado, vai ser alargada a título experimental, com a atribuição de novos vistos para as três regiões. Segundo a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), os veículos de Macau poderão, mediante a atribuição de vistos, atravessar o posto fronteiriço da Baía de Shenzhen. Já os veículos de Hong Kong terão luz verde para passar o posto fronteiriço de Hengqin. "A me-

dida é destinada a veículos já com quotas de circulação entre as três regiões, sendo-lhes atribuídos vistos que permitirão a passagem pelos postos fronteiriços de Shenzhen e de Hengqin", refere a DSAT. Prevê-se que após a fase experimental, a medida entre em vigor a partir do próximo ano.



Colectivo de artistas de Macau leva 50 obras a Portugal

• Uma exposição com meia centena de obras inéditas do colectivo de artistas YiiMa que faz uma viagem por sinais esquecidos ou desaparecidos da história e cultura de Macau, está patente até 9 de Fevereiro no Museu Berardo, em Lisboa. Intitulada "(Des) Construção da Memória", dos artistas macaenses Ung Vai Meng e Chan Hin Io – agora agrupados no coletivo YiiMa – a exposição reúne fotografias, vídeos, instalação e performances. As obras, de grande formato, e nunca antes reveladas, são o resultado de uma viagem dos artistas através da memória de Macau, dando-



-lhe um novo significado. A exposição é organizada por ocasião dos 20 anos da RAEM e dos 40 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e Portugal.



RAEM e Zhuhai apostam na formação de talentos da área financeira

As autoridades de Macau e da cidade de Zhuhai assinaram em Outubro um memorando que visa aprofundar a cooperação bilateral na formação de talentos da área financeira. Apoiar a RAEM a desenvolver actividades financeiras com características próprias é um dos objectivos assentes no memorando, assinado num encontro dedicado ao empreendedorismo no Centro de Convenções e Exposições de Zhuhai. No mesmo dia, decorreu a cerimónia de inauguração da "zona piloto da cooperação transfronteiriça entre [a província de] Guangdong e Macau", localizada em Hengqin (ilha da Montanha), de acordo com o comunicado da Autoridade Monetária de Macau (AMCM). Nesta zona piloto serão estabelecidas sociedades de locação financeira, gestão de fortunas e tecnologias financeiras.

Universidades de Macau e Pequim premeiam vencedores de concurso de tradução • A Universidade de Macau (UM) e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU) entregaram, em Novembro, os prémios do 1.º Concurso de Tradução Chinês-Português para instituições de ensino superior da China. Duas alunas, uma da BFSU e outra da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, venceram a prova. Segundo a organização, "acredita-se que o concurso aumentou o entusiasmo dos alunos de português e descobriu potenciais tradutores de chinês-português". No comunicado, sublinha-se ainda o facto de



actualmente existirem na China "mais de 40 instituições de ensino superior que possuem cursos de licenciatura em português".

Vacinas contra a gripe já estão disponíveis

• Os Serviços de Saúde estão a disponibilizar 180 mil doses para vacinar a população contra a gripe. A campanha de vacinação arrancou no início de Outubro e prolonga-se por todo o Inverno, tendo em consideração que o principal pico da doença geralmente acontece em Janeiro. Os residentes prioritários são os menores de 18 anos e os maiores de 50, bem como grávidas e pessoas no grupo de risco. Para facilitar a adesão à campanha, uma grande parte das doses é administrada directamente nas escolas e nas universidades locais.





Macau estuda viabilidade de uma bolsa de valores • O Governo de Macau contratou empresas internacionais de consultoria para procederem ao estudo de viabilidade da criação de uma bolsa de valores denominada em moeda chinesa, segundo informações do secretário para a Economia e Financas, Lionel Leong Vai Tac. O secretário recordou que essa possibilidade consta do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Continente Chinês e Macau (CEPA), assinado em finais de 2017, bem como nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, lancada no início deste ano. Lionel Leong adiantou que após a Autoridade Monetária de Macau receber os respectivos relatórios será ainda necessário proceder a uma análise cautelosa e articulada com o ponto de situação da economia do território. Caso Macau crie um mercado bolsista denominado em moeda chinesa, terá de corresponder ao grande princípio de "maximizar as potencialidades de Macau e servir as necessidades do país", referiu, sublinhando que o Governo da RAEM não apresentou nenhum relatório junto do Governo Central.

Acordo com Zhuhai reforça monitorização meteorológica • Macau assinou com Zhuhai, em Outubro, um acordo que prevê reforçar a capacidade de vigilância e previsão meteorológica de chuva intensa, granizo e tornados. "O plano envolve a instalação de quatro radares e a construção conjunta de uma rede de radares (...), com características de detecção mais precisas e rápidas", indicou em comunicado a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG). "Através de observações coordenadas com o radar meteorológico 'Zhuhai-Macau' existente, pode monitorizar-se, efectivamente, o desenvolvimento de desastres meteorológicos de curto prazo, como chuva intensa, granizo e tornados nas proximidades do território", acrescentou. Este facto já tinha motivado em 2009 a partilha de dados entre as duas cidades através de um programa de cooperação, sendo que, nos últimos anos, lembram as autoridades, já se tinha construído uma "Rede de Deteção Meteorológica Integrada no Estuário do Rio das Pérolas".

Concurso de fotografia lusófona avança para segunda edição • A "Somos! – Associação de Comunicação em Língua Portuguesa" (Somos – ACLP) vai lançar, este mês, a segunda edição do concurso de fotografia "Somos – Imagens da Lusofonia", que este ano tem como tema o património cultural. O concurso destina-se a todos os cidadãos dos países e regiões da lusofonia ou residentes de Macau que possuam fotografias de qualidade, e enquadradas com o tema seleccionado, tiradas em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Goa, Damão e Diu.



NÚMEROS

30.202.906

Número de visitantes registado entre Janeiro e Setembro (+17%)

MOP **17.000**

mediana do rendimento mensal da população empregada no terceiro trimestre de 2019 (+MOP 700)

193.470

Trabalhadores não residentes registados até Setembro (+7138)

14 milhões

De pessoas atravessaram a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau no seu primeiro ano de funcionamento

MOP **26,86** mil milhões

fluxo do investimento directo do exterior em Macau em 2018 (+662,4%)

> * comparações referentes ao mesmo período dos anos transactos

ACONTECEU

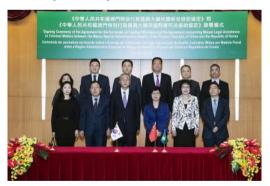
Concluído plano de resposta a desastres naturais, epidemias e ataques terroristas • As autoridades de Macau divulgaram, no final de Outubro, um plano que visa reforcar até 2028 a capacidade de prevenção e resposta a casos de emergência, para enfrentar desastres naturais, epidemias e ataques terroristas. O "Plano decenal de prevenção e redução de desastres de Macau" terá como duração prevista o período 2019-2028, dividido num de curto prazo (2019-2023) e num de médio prazo (2024-2028), sendo destacado o facto de serem aproveitados os recursos de emergência das regiões vizinhas e do Interior do País em geral, de forma a optimizar uma resposta coordenada, pode ler-se no documento. Os desastres naturais surgem em primeiro lugar da lista de riscos e desafios a enfrentar no futuro: "Com o aquecimento global e a subida do nível do mar, é possível que. no futuro, se registe um aumento da intensidade de ciclones tropicais e de tempestades e haja uma tendência para aumentarem também os incidentes relacionados com estados meteorológicos extremos, como chuvas intensas, temperaturas extremas e ondas de calor".





Cumpridas todas as recomendações em matéria de branqueamento de capitais • A RAEM tornou-se no primeiro membro do Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG) a obter uma notação de cumprimento técnico positiva em relação a todas as 40 recomendações do GAFI, de entre todos os membros avaliados globalmente até este momento, segundo o Gabinete Informação Financeira. Depois de ter sido aprovado pelo plenário do APG, o primeiro relatório sobre os progressos efectuados pela RAEM no combate à lavagem de dinheiro foi sujeito a uma revisão pelos membros do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI/FATF) por forma a assegurar a sua conformidade com os padrões internacionais, tendo os resultados sido especialmente positivos para o território. O APG foi criado em 1997, tendo Macau aderido em 2001, sendo as 41 regiões que integram o integram obrigadas a cumprir rigorosamente os padrões definidos pelo GAFI/FATF.

Macau e Coreia do Sul assinam acordo para entrega de infractores em fuga • As autoridades de Macau e da Coreia do Sul assinaram em Outubro um acordo relativo à entrega de infractores em fuga, no quadro da política de cooperação judiciária internacional. O acordo visa "reforçar a cooperação mútua no âmbito da entrega de infractores em fuga entre as duas jurisdições, com vista a apurar a responsabilidade penal do agente e o cumprimento da pena que lhe foi aplicada, assegurar e fazer a justiça, bem como salvaguardar a segurança e a estabilidade social", segundo um comunicado do gabinete da secretária para a Administração e Justiça.



Universidade de Macau quer mais cooperação com universidades lusófonas • O reitor da Universidade de Macau (UM) defendeu que "a cooperação a longo prazo com universidades dos países de língua portuguesa é uma componente essencial da estratégia global" da instituição. A declaração de Yonghua Song foi feita numa reunião com o reitor da Universidade de Lisboa, em Novembro, uma das instituições universitárias portuguesas que recebeu uma visita de uma delegação da UM. Durante a reunião, o reitor da Universidade de Macau afirmou ainda que a UM "atribuiu grande importância ao desenvolvimento de uma parceria estratégica" com a Universidade de Lisboa. No encontro, ambas as partes comprometeram-se em "fortalecer a cooperação" em áreas como a investigação e o intercâmbio de alunos e professores. A delegação de Macau visitou ainda a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto e a Universidade do Minho e manteve encontros com o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior português, com o embaixador da China em Portugal e com o chefe da Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa.

Macau 2019 Livro do Ano

A edição especial nas línguas chinesa, portuguesa e inglesa do CD do "Macau 2019 - Livro do Ano" já se encontra à venda



O anuário "Macau 2019 – Livro do Ano" regista de forma sistemática o desenvolvimento político-económico e sociocultural do território, disponibilizando, ao longo das suas páginas, dados e informações variadas para todos aqueles que desejam estudar e compreender melhor Macau

O CD (edição especial) do "Macau 2019 – Livro do Ano" inclui um CD-ROM e o selo "Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau", para expressar o apoio do Gabinete de Comunicação Social ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Macau, de acordo com a política do Governo da RAEM



Desde 2002 que o "Macau 2019 – Livro do Ano" é publicado em três línguas: chinês, português e inglês. Com 270 fotografias, 570 páginas na versão chinesa, 705 páginas na versão portuguesa e 691 páginas na versão inglesa, o "Macau 2019 – Livro do Ano" está dividido em quatro secções: prioridades da acção governativa da RAEM, cronologia dos acontecimentos mais relevantes, apresentação geral da RAEM, e apêndices com informação útil e dados estatísticos

A apresentação geral da RAEM retrata as prioridades no âmbito da Administração, Legislação e Justiça realizadas em 2018, das quais fazem parte 15 capítulos que cobrem as seguintes áreas: sistema político e administração; ordenamento jurídico e sistema judicial; relações externas; economia; turismo; ordem pública; educação; cultura e desporto; saúde pública e assistência social; comunicação social, telecomunicações e tecnologia da informação; solos, infra-estruturas, habitação e entidades públicas; transportes; geografía e população; religiões e hábitos, e história

Locais de venda:

O CD (edição especial) do "Macau 2019 – Livro do Ano" pode ser adquirido ao preço de 60 patacas por exemplar nas principais livrarias de Macau, no Centro de Informações ao Público e na Loja de Filatelia na Estação Central dos Correios, ou nas estações da Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações da Rua do Campo, do Terminal Marítimo do Porto Exterior, do Aeroporto e dos Jardins da Nova Taipa

































RAEM, **20 ANOS DEPOIS**

A 20 de Dezembro de 1999, o futuro da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) foi traçado. De tempos de incerteza, instabilidade e desemprego, só restam memórias longínguas. Impulsionada pelo crescimento exponencial da indústria do turismo, a economia do território é hoje uma das mais dinâmicas do mundo e entra agora na fase da diversificação. O papel de plataforma entre a China e os países de língua portuguesa ganha novos contornos no âmbito do projecto da Grande Baía e da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". Nas páginas que se seguem, o leitor ficará a conhecer em pormenor os grandes feitos dos primeiros 20 anos de vida da RAEM

Textos | Andreia Sofia Silva e Sandra Lobo Pimentel

- 1. Cerimónia de transferência (1999)
- Edmund Ho com Jiang Zemin (2000)
- Jogo de futebol amigável entre China e Portugal no Estádio da Taipa (2002)
- A strip do Cotai (2002)
- 5. Primeira Conferência Ministerial do Fórum Macau (2003)
- Jogos da Ásia Oriental (2005)
 Primeira edição dos Jogos da Lusofonia (2006)
 Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau (2018)
 Jubileu do Grande Prémio de Macau (2003)

- 10. Inauguração da Ponte Sai Van (2004)
- 11. Inauguração do Terminal Marítimo da Taipa (2017)
- 12. Primeira edição do Festival Internacional de Cinema de Macau (2016)
- 13. Chui Sai On com Hu Jintao (2009) 14. Inscrição das Chapas Sínicas como "Memórias do Mundo" da UNESCO (2016)
- 15. Xi Jinping visita Macau (2014)
- 16. Ho lat Seng com Xi Jinping (2019)
- 17. Centro Histórico de Macau, património da UNESCO (2005)
- 18. Metro ligeiro (2019)

ECONOMIA

Da sombra da ameaça da SARS à esperança da cooperação regional e internacional

Nos primórdios da RAEM eram pragmáticas as projecções para o desenvolvimento económico, tendo em conta os ainda elevados níveis de desemprego e o enorme impacto da epidemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). Edmund Ho Hau Wah, o primeiro Chefe do Executivo da RAEM, já revelava vontade de apostar na integração e cooperação com o Interior do País. Vinte anos depois, Macau é um suporte de relevância na iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" e no projecto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, preparando-se agora para entrar numa fase de consolidação do seu sector financeiro

s duas décadas de existência da RAEM ficaram marcadas por um enorme desenvolvimento económico embalado por um nova estrutura industrial encabeçada pela indústria do jogo e do turismo, assentes no sector de serviços em coordenação com outros. De um território onde o sector industrial empregava uma parte significativa da população, e onde o desemprego era visível nas estatísticas, Macau passou a uma situação de pleno emprego e com o Produto Interno Bruto (PIB) entre os mais elevados do mundo.

Se nas Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2001 Edmund Ho Hau Wah, Chefe do Executivo, mostrava vontade de criar medidas de apoio aos desempregados e ao fomento económico em parceria com a vizinha província de Guangdong, essas intenções foram-se tornando cada vez mais evidentes.

Nas LAG para o ano de 2004, já o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) estava criado, os projectos de Edmund Ho para a área da economia mostram uma nova pu-

jança, uma vez que os efeitos negativos da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), que desferiram fortemente o País entre 2002 e 2003, já tinham passado. "Embora Macau tenha sido afectada pelos efeitos da SARS, a indústria do turismo e do jogo continuou a apresentar resultados positivos, graças a factores externos e ao esforço desenvolvido pelo Governo e pelos vários sectores da sociedade. Após o termo do surto da epidemia, a indústria do turismo alcançou resultados e com a política do 'visto individual' aplicada pelo Interior da China, o mercado turístico registou uma grande expansão. Neste último ano o volume de exportação e importação em Macau foi relativamente satisfatório", anunciava Edmund Ho na Assembleia Legislativa em 2003. Em 2004, o Governo mostrava vontade de "apostar no aperfeicoamento das condições da actividade comercial", com a "elaboração e a revisão do primeiro pacote de diplomas legais relativos à lei do comércio externo", sem esquecer a "optimização gradual dos serviços administrativos e uma maior circulação de informação industrial".

No que diz respeito à cooperação regional na área do comércio, o Governo de Edmund Ho atribuía



"grande importância ao desenvolvimento das relações com o Interior do País, nomeadamente no aceleramento da integração económica com a região do Delta do Rio das Pérolas e no reforço da cooperação em outras áreas, com vista a alcançar o objectivo de uma partilha justa de recursos e a complementaridade das vantagens". À época, o Grupo de Ligação para a Cooperação entre Macau e Guangdong era responsável pela elaboração de estudos e promoção de iniciativas.

Foi no ano de 2004 que começou a falar-se nos efeitos positivos que a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau iria trazer para o território, um projecto inaugurado em Outubro de 2018 na presença do Presidente Xi Jinping. "O lançamento dos trabalhos preparatórios para a construção da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau irá acelerar o processo de integração económica das três regiões", previa o Executivo da RAEM há 15 anos.

O primeiro resort integrado

Os sinais positivos na economia já se faziam sentir um ano antes quando, em 2003, Macau e o Interior do País assinaram o "Acordo de Estreitamen-

to das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau", mais conhecido por Acordo CEPA, que tinha como grande objectivo liberalizar o comércio e os serviços entre os dois territórios, desburocratizando processos.

Tai Kin Ip, director dos Serviços de Economia, recorda, numa nota oficial, que o Acordo CEPA "injectou um novo dinamismo no desenvolvimento da economia de Macau numa altura em que a economia enfrentava muitos desafios". Até 2013 tinham sido assinados dez acordos de liberalização ao ritmo de um por ano, tendo sido "aprofundadas medidas preferenciais no âmbito de três áreas comerciais e económicas, tal como o comércio de mercadorias, de serviços e facilitação do comércio

De um território com uma economia estagnada e o desemprego em alta, Macau passou a uma situação de pleno emprego e tem hoje um dos PIB mais elevados do mundo

MACAU TEM TAMBÉM DADO CARTAS NO SECTOR DAS CONVENÇÕES E EXPOSIÇÕES. UM DOS EVENTOS MAIS IMPORTANTES É A FEIRA INTERNACIONAL DE MACAU, QUE ESTE ANO CELEBROU 24 ANOS DE EXISTÊNCIA e investimento". A título de exemplo, no que diz respeito ao comércio de serviços, há hoje 153 sectores que são liberalizados pelo Interior do País para Macau, o que representa 95,6 por cento dos 160 sectores classificados de acordo com a Organização Mundial do Comércio.

Mas não foi apenas o Acordo CEPA a transformar a economia de Macau. A chegada dos *resorts* integrados deu um contributo inigualável. O início da era RAEM ficou marcado pela liberalização do jogo e permitiu a entrada de operadoras norte-americanas no sector, o território passou a conhecer um novo nível de desenvolvimento. Nesse sentido, 2004 marcou o ano em que o primeiro *resort* integrado estrangeiro abriu portas em Macau.

Nas LAG de 2005, o panorama era bem mais animador face aos anos anteriores. "A indústria do jogo tem vindo a contribuir, de forma progressiva, para a melhoria do panorama de toda a economia da RAEM, bem como o desenvolvimento dos sectores com aquela relacionados. Registou-se nas actividades de serviços offshore uma tendência de crescimento relativamente acelerado", frisava o Executivo.

Graças aos "efeitos impulsionadores resultantes da implementação do CEPA e da dinamização do sector do jogo e turismo, a economia de Macau apresentou uma rápida tendência de crescimento". Só no primeiro semestre verificou-se "um crescimento de 36 por cento no PIB, prevendo-se que a taxa de crescimento económico de todo o ano seja superior à do ano transacto. No decurso deste ano verificou-se uma diminuição na taxa de desemprego", recordava Edmund Ho.

No que diz respeito à cooperação regional, destaque ainda para os primeiros passos tomados em prol da construção da zona reservada a Macau no âmbito do Projecto do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau, inaugurado em 2006 e que foi aprovado pelo Conselho de Estado três anos antes.

Projectos rumo à diversificação

A inauguração de mais *resorts* integrados de outras operadoras nos anos seguintes, sem esquecer



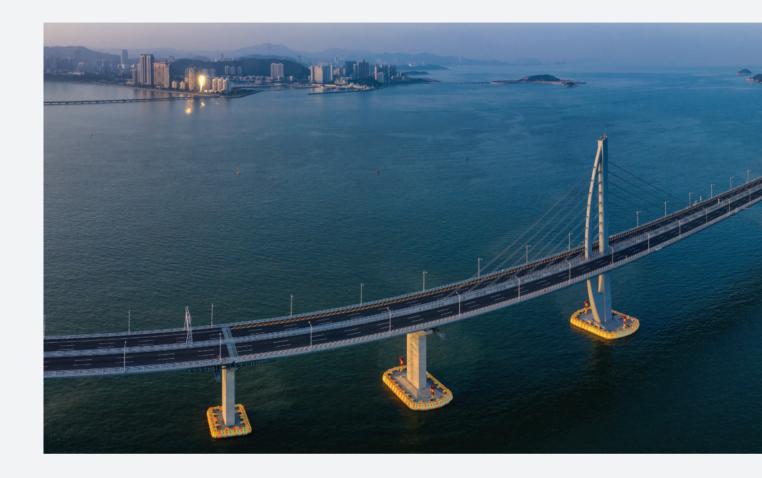


A abertura de resorts integrados, sobretudo na área do Cotai, tem dado um contributo inigualável ao desenvolvimento económico-social da RAEM

os restantes projectos no Cotai, trouxe novo fulgor à economia, mas hoje o caminho que a RAEM quer traçar passa pela diversificação da economia e pelo desenvolvimento de um Centro Mundial de Turismo e Lazer, onde os *resorts* integrados apostam cada vez mais na oferta de serviços turísticos e actividades para toda a família.

Além da implementação de inúmeras medidas de apoio para as pequenas e médias empresas, face à necessidade de promover a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia, o Governo da RAEM lançou, em 2013, o "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores", concedendo uma verba de apoio, sem juros, a cada jovem local que tenha o projecto de criar o seu próprio negócio mas que não disponha de capital suficiente. Por outro lado, Macau quer assumir-se cada vez mais como um importante centro financeiro para empresas chinesas e oriundas de países de língua portuguesa. Para isso, as autoridades têm vindo a estudar novas medidas de desenvolvimento do sector. tendo inclusivamente implementado uma lei que põe fim à actividade offshore. Esta lei visa responder a uma exigência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e obriga ao fim das entidades offshore até 1 de Janeiro de 2021.

Para Lionel Leong, secretário para a Economia e Finanças desde 2014, "o sector financeiro com características próprias é uma indústria emergente que o Governo da RAEM pretende impulsionar, sendo que o território deverá ter o papel de 'Plataforma de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa' e do 'Centro de Liquidação em RMB para os Países de Língua Portuguesa". As autoridades têm vindo a estudar a implementação de uma bolsa de valores em Macau, tendo, para isso, vindo a realizar inúmeras reuniões oficiais, inclusivamente em Portugal. Em Outubro, o secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, disse que "durante o processo do estudo de viabilidade, o Governo irá incentivar as empresas de consultadoria a analisarem a situação real de Macau, de forma a tomarem conhecimento e a dialogarem com os mercados financeiros das regiões vizinhas



de Macau e outras regiões internacionais".

"Caso seja criado um mercado bolsista, este não só deve articular com o resto do mundo, como também, na RAEM, tem de se ter em consideração a legislação, a formação de quadros qualificados, o sistema de gestão e fiscalização e outras complementaridades em termos de recursos humanos e infra-estruturas", referiu o secretário, citado num comunicado oficial.

Outra área onde Macau tem dado cartas é o sector das convenções e exposições, que cada vez mais se realizam dentro e fora do espaço dos *resorts* integrados. Um dos eventos mais importantes é a Feira Internacional de Macau (MIF, na sigla inglesa), que este ano celebrou 24 anos de existência e que cada vez mais se assume como um lugar onde empresas chinesas, empresas locais e dos países de língua portuguesa estreitam laços.

Este ano a área de exposição da MIF atingiu cerca de 24 mil metros quadrados, tendo contado com 1500 stands de exposição, incluindo o Pavilhão Temático de Cabo Verde e o Pavilhão Temático da Província de Jiangsu, instalados res-

pectivamente pelo País Parceiro e pela Província Parceira deste ano.

Além disso, a MIF continua a ter pavilhões temáticos de comércio e economia das províncias e cidades do Interior do País e dos países e regiões estrangeiros, assim como zonas de exposição temáticas. Os conteúdos da exposição abrangem o ambiente e projectos de investimentos, nacionais e estrangeiros, assim como o sector financeiro com características próprias, produtos alimentares e vinhos, indústrias culturais e criativas, tecnologias inteligentes, design de moda, cuidados de saúde e comércio electrónico, entre outras áreas.

Para fomentar este sector e dar apoio a pequenas empresas que queiram apostar nesta área, o Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau (IPIM), criado em 1994, tem dado um importante contributo.

De acordo com o relatório anual de 2017, o último disponível publicamente, o IPIM acolheu 911 potenciais investidores no âmbito da iniciativa "One Stop", processou 947 pedidos de consulta e recebeu 132 projectos de investimento (não incluindo



Foi em 2004 que começou a falar-se nos efeitos positivos que a ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau iria trazer para o território, um projecto inaugurado em Outubro de 2018

sa, tanto para os países de língua portuguesa como para os países e regiões vizinhos da União Europeia, África e ASEAN.

O papel nos projectos nacionais

Macau entra numa nova era com dois projectos pensados pelo Governo Central, aos quais tem de dar resposta com um posicionamento estratégico: a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a iniciativa "Uma Faixa. Uma Rota".

O primeiro está a ser pensado para ser um verdadeiro hub comercial e tecnológico no sul da China que, além de Macau e Hong Kong, é composto por nove cidades do Delta do Rio das Pérolas (Cantão, Shenzhen, Zhuhai, Foshan, Huizhou, Dongguan, Zhongshan, Jiangmen e Zhaoqing) que, em 2017, tinham uma área superior a 56 mil quilómetros quadrados e uma população de cerca de 70 milhões de pessoas. O calendário das autoridades para o projecto da Grande Baía está traçado em duas fases. Uma, que vai do presente até ao ano de 2022, e outra até 2035.

No projecto da Grande Baía, cada cidade tem o seu posicionamento estratégico, sendo que Macau deve, aos olhos das autoridades de Pequim, constituir "Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base" (O Centro Mundial de Turismo e Lazer, a Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e a Base de Intercâmbio e Cooperação que, tendo a cultura chinesa como a cultura predominante, promova a coexistência de diversas culturas). Além disso, o território deve ser uma das quatro cidades principais na construção da Grande Baía, bem como um dos motores essenciais no desenvolvimento regional.

Outro projecto no qual Macau desempenha um importante papel é o da participação na política "Uma Faixa, Uma Rota", cujo acordo foi assinado por Chui Sai On, Chefe do Executivo entre 2009 e 2019, em Pequim, em 2018. Um ano antes tinha sido criada a Comissão de Trabalho para a Construção de "Uma Faixa, Uma Rota", que trabalha sob alçada do Chefe do Executivo.

projectos de serviços de offshore). Durante todo o ano finalizou o acompanhamento de 119 projectos de investimento. No que diz respeito às bolsas de contacto, no ano de 2017 foram realizadas 947 bolsas de contacto nas várias actividades de convenções e exposições de Macau e do exterior, tendo sido concretizadas 155 assinaturas de protocolos de cooperação.

Após a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, lançou-se, em 2011, o Projecto do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau, em Hengqin (Ilha de Montanha). O Parque tem-se dedicado sempre ao impulso do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e à expansão da cooperação com os países de língua portuguesa e as organizações e instituições internacionais de medicina tradicional, esforçando-se para construir uma base de demonstração de intercâmbio e cooperação internacional nas áreas de registo internacional, comércio de importação e exportação, ensino e formação e pesquisa científica de medicina tradicional chine-





Λ

No projecto da Grande Baía, Macau assume o papel de plataforma comercial, base de intercâmbio cultural e centro internacional de turismo e lazer Em Outubro deste ano aconteceu a segunda reunião conjunta sobre o apoio à participação de Macau na construção de "Uma Faixa, Uma Rota", em Pequim. Sónia Chan, secretária para a Administração e Justiça, afirmou que a participação de Macau na construção de "Uma Faixa, Uma Rota" é bastante significativa para proporcionar um posicionamento na nova era e procurar novos desenvolvimentos. A secretária falou ainda da importância da colaboração com o planeamento geral nacional, assim como consolidar e reforçar as próprias vantagens de Macau, a fim de procu-

rar um desenvolvimento cada vez maior.

As primeiras directivas relativamente à participação de Macau nesta política começaram a ser anunciadas aquando da apresentação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020), divulgado em Setembro de 2016. Neste documento, apresentado por Chui Sai On, foi declarado que "nos próximos cinco anos Macau irá seguindo a missão e a responsabilidade que lhe foram confiadas pelo Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional, articular-se com as importantes estratégias de desenvolvimento nacional, elevando

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA							
Ano	PIB*	PIB per capita*	Mediana de rendimento mensal*	Taxa de desemprego	Taxa de inflação	Visitantes	Despesa per capita dos visitantes*
2018	440.316 milhões	666.800	√16.000	1,8%	3,01%	35.803.663	1946
2016	358.200 milhões	554.600 /	15.000	1,9%	2,37%	30.950.336	1665
2014	443.298 milhões -	713.500 [/]	13.300	√1,7%∖	6,05%	31.525.632	^V 1959
2012	348.216 milhões	611.300	11.300 /	2,0%	6,11%	28.082.300	1864
2010	217.320 milhões	398.100	9000	2,8%	2,81%	24.965.400	1518
2008	171.870 milhões	313.091	8000	3,0%	8,6%	22.907.700	1729
2006	11.436 milhões	227.500	6701	3,8%	5,15%	21.988.100	1610
2004	82.690 milhões	181.000	5165	4,9%	0,98%	16.672.556	1633
2002	54.072 milhões	123.354	4672 [/]	6,3%	2,64%	11.530.841	1454
2000	49.742 milhões —	>115.526 [/]	4822	6,8%	1,61%	9.162.212	→ 1367

Valores mais altos

[→] Valores mais baixos

^{*} Valores em patacas (MOP) Fonte: DSEC



As autoridades têm vindo a estudar a implementação de uma bolsa de valores em Macau, tendo, para isso, vindo a realizar inúmeras reuniões oficiais

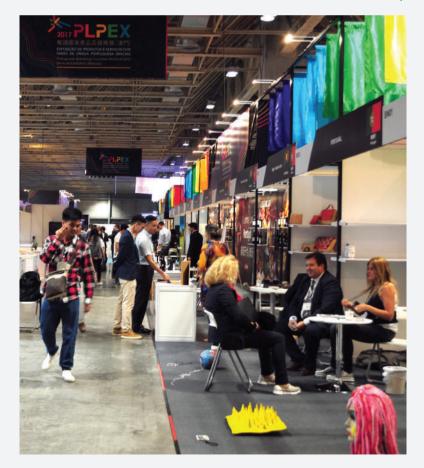
Um dos eventos mais importantes da RAEM é a Feira Internacional de Macau, que este ano celebrou 24 anos de existência

 ∇

ainda mais a posição e a função que Macau irá desempenhar no desenvolvimento nacional e na sua abertura ao exterior".

Neste sentido, o território "terá de revelar as suas vantagens competitivas próprias, ampliar e intensificar a cooperação regional com Guangdong e com a região do Pan-Delta, para se complementarem e obterem proveitos e benefícios mútuos e, em conjunto, criarem a Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau, apoiando assim a concretização da estratégia nacional 'Uma Faixa, Uma Rota'". Isto prova que o futuro de Macau se faz de mãos dadas com a China, numa altura em que as contas públicas revelam uma enorme solidez financeira. Até Agosto de 2019 as reservas básica e extraordinária da reserva financeira de Macau ascenderam, respectivamente, a 148.888 milhões e a 423.365 milhões de patacas.

O relatório da execução orçamental relativo a 2018 conclui que o jogo continuou a desempenhar, ao longo dos anos, um importante papel para a riqueza dos cofres públicos. O valor total da receita ordinária integrada do Governo, no ano de 2018, foi de 141.313 milhões de patacas, verificando-se um acréscimo de 11,8 por cento, ou seja, de 14.946 milhões de patacas, face ao ano de 2017. Quanto às receitas correntes de 2018, foram arrecadados 104.680 milhões de patacas em impostos directos sobre o jogo, que se traduziram numa subida de 12.675 milhões de patacas face ao ano de 2017.





TURISMO

A força motriz de um território

De território com um tímido sector turístico, Macau passou a receber mais de 30 milhões de visitantes por ano e a oferecer cada vez mais infra-estruturas na área. Duas décadas depois da liberalização do jogo e da introdução da política de vistos individuais, a aposta faz-se nos elementos não-jogo, tal como um maior número de ofertas na área do entretenimento, pensadas para toda a família

á quase 20 anos, Edmund Ho Hau Wah apresentava as primeiras Linhas de Acção Governativa (LAG) com uma postura prudente, mas optimista, em relação ao sector do turismo. A transferência de administração tinha acabado de acontecer e o sector dava sinais de um crescimento progressivo. "Devido a diversos factores favoráveis, a procura do mercado de Macau está a reforçar-se, o que é sentido no sector do turismo e do comércio externo. O número de visitantes e as receitas do jogo estão a aumentar", pode ler-se no relatório de 2000.

O Chefe do Executivo chegava mesmo a afirmar que "neste momento, e num futuro muito próximo, tanto o ambiente social como a situação social exigem que continuemos a adoptar a estratégia de 'ser prático e realista, procedendo metodicamente". Isto porque, "depois de vários anos difíceis, a economia de Macau está a melhorar e a dinâmica da sociedade começa a dar sinais de recuperação. É como se fosse uma pessoa a recuperar de uma doença longa e que ainda se encontra muito fraca", acrescentava Edmund Ho. Nesse sentido, afirmava-se que "o sector do turismo em Macau continuará com um desenvolvimento célere no próximo ano, desempenhando assim um papel positivo no processo de recuperação económica integral".

O cenário mudaria com a epidemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), que em 2003 originou um enorme abrandamento no fluxo de turistas entre Hong Kong e Macau, o que levou as autoridades da China a adoptar medidas. Zhang Jun, doutorado pela Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau, no seu artigo "Impactos da política do visto individual sobre a economia de Macau", publicado em 2007 na Administração - Revista da Administração Pública de Macau, dava conta do sucesso que essa política tinha tido nos primeiros anos de existência pós-SARS. "Desde Julho de 2003 até agora [2007], já lá vão quatro anos que foi posta em prática a política do visto individual para os habitantes do Interior da China poderem visitar Hong Kong e Macau. O âmbito da cobertura desta política já se alargou a 49 cidades do interior, a toda a província de Guangdong, a quatro municípios directamente subordinados ao Governo Central, à maioria das capitais provinciais e a grandes cidades economicamente desenvolvidas."

O mesmo artigo dava conta que "a intenção inicial desta política do visto individual, promovida pelo Governo Central, era activar a recuperação da economia de Hong Kong e Macau, após a epidemia da pneumonia atípica". Nesse sentido, Zhang Jun concluía que "a política do visto individual tem promovido o crescimento económico de Macau, pelo que o Produto Interno Bruto nominal tem mantido um alto crescimento de dois dígitos, durante os últimos quatro anos".

Desde então essa política alargou-se, possibilitando a mais residentes do Interior do País visitarem as duas regiões administrativas especiais – o que mudou por completo o panorama turístico de Macau nos últimos anos. Hoje, graças à abertura de novos resorts integrados, os turistas dispõem de um sem número de infra-estruturas

Desde a implementação da política do visto individual, o panorama turístico de Macau transformou-se por completo

 \bigvee





diferenciadas, sendo que a aposta do Governo é, cada vez mais, nos elementos não-jogo, uma vez que se mantém inalterada a política de garantia do crescimento do número de mesas de jogo não superior a três por cento. "Promover-se-á a criação de elementos não relacionados com o jogo na indústria do jogo, de modo a aprofundar a integração do turismo e do lazer", aponta o Chefe do Executivo, Chui Sai On, no relatório das LAG para 2019.

Os dados mais recentes do número de visitantes, publicados pela Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos (DSEC), dão conta da entrada de mais de 30 milhões de pessoas que visitaram Macau até Setembro deste ano, um aumento de 17 por cento face a igual período do ano passado. Entre Janeiro e Setembro, o número de excursionistas (15.929.175) e de turistas (14.273.731)

EM 2018, MACAU BATEU O NÚMERO RECORDE DE TURISTAS: 35,8 MILHÕES, UM AUMENTO DE 9,8% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR aumentou 30,6 e 4,9 por cento respectivamente, em termos anuais, totalizando 30.202.906 de visitantes.

Nos meses em análise, os visitantes permaneceram no território por um período médio de 1,2 dia. A maioria dos visitantes que entrou em Macau, até Setembro, é oriunda do Interior do País (21.455.294), mais 17,7 por cento em relação ao período homólogo de 2018. Já os visitantes da Coreia do Sul (609.833), de Hong Kong (5.560.117) e de Taiwan (815.838) cresceram 0,4, 22,3 e 1,5 por cento, respectivamente.

Em 2018, Macau bateu o número recorde de turistas: 35,8 milhões, um aumento de 9,8 por cento em relação ao ano anterior. Para 2019, a previsão é de que o número final de visitantes esteja ainda mais próximo dos 40 milhões.

Aposta no aloiamento económico

De acordo com os dados estatísticos registados até finais de 2018, fornecidos pela Direcção dos Serviços de Turismo (DST), operavam em Macau 120 estabelecimentos hoteleiros, dos quais 85 da categoria de hotéis e 35 pensões, perfazendo um total de 40.109 quartos. Quase 82 por cento dos quartos disponíveis em 2018 pertencia à categoria de luxo (que inclui hotéis de cinco estrelas de luxo, de cinco estrelas e de quatro estrelas). Macau tem sido por isso reconhecido nos



Os novos resorts integrados oferecem um sem número de infra-estruturas diferenciadas



Em 2017, Macau foi designada como Cidade Criativa da UNESCO em Gastronomia

últimos anos por uma oferta hoteleira de luxo, mas o Governo está a tentar alargar as opções de alojamento disponível, a fim de garantir um maior número de pernoitas para todos os tipos de visitantes. Neste sentido, foi apresentada, no início deste ano, na Assembleia Legislativa a proposta de lei da actividade dos estabelecimentos hoteleiros, que visa alargar o leque de ofertas no sector.

Na nota justificativa deste diploma, pode ler-se que é necessário dar resposta ao desenvolvimento da indústria do turismo de forma a estabelecer em pleno o objectivo de transformar Macau num centro mundial de turismo e lazer. Para tal, e no que toca à classificação dos estabelecimentos hoteleiros, deixam de existir as pensões, passando apenas a existir hotéis - que podem ir de duas a cinco estrelas de luxo - e é criada uma nova categoria, a de alojamento de baixo custo sob a sigla ABC, que terão que satisfazer menos requisitos que os hotéis para obter licenciamento. "O número mínimo de unidades de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros passa a ser de 10 unidades de alojamento quando anteriormente era 40, para permitir a instalação destes estabelecimentos em bens imóveis de menores dimensões e também em edifícios já construídos". Este é, portanto, um dos objectivos primordiais da proposta de lei.

O relatório das LAG para 2019 dá também con-

ta da intenção do Governo de "continuar a promover a construção de hotéis económicos", bem como apostar na diversificação do sector, através da edificação de "parques temáticos originais e de centros comerciais integrados, entre outras instalações". Além disso, Chui Sai On deixou a promessa de "fomentar a cultura gastronómica local e a aumentar a influência de Macau enquanto 'Cidade da Gastronomia', o que contribuirá para a diversificação do novo cenário de negócios de Macau e para a reconversão das actividades das Pequenas e Médias Empresas".

Desde 2010, o Governo, através da DST, passou a apertar o cerco ao alojamento ilegal, tendo criado uma lei para tal efeito que prevê multas pesadas – entre 200 mil e 800 mil patacas – para aqueles que explorem o negócio das pensões ilegais. Usuários, hóspedes, agências imobiliárias e entidades administradoras do prédio onde estão localizadas as frações autónomas suspeitas têm o dever de prestar informações para a investigação, incorrendo em multas de três mil a 20 mil patacas caso se recusem a fazê-lo e podem ainda ser responsabilizados criminalmente caso prestem informações falsas.

Plano para o desenvolvimento sustentado

O Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau foi concluído e anunciado em 2017. O documento apresenta oito objectivos--chave, 33 estratégias, 91 planos de acção concretos de curta, média e longa duração, constituindo um plano de acção global e um esquema que cobre diferentes níveis de desenvolvimento da indústria turística.

O Plano segue três princípios orientadores – sector alargado de turismo de lazer, turismo de qualidade e turismo cultural – e entre os oito objectivos primordiais constam o aumento da diversidade dos produtos e experiências turísticas, a melhora da qualidade e das competências dos serviços turísticos, a construção da imagem de Macau como um destino de múltiplas estadias e o desenvolvimento de mercados de turismo de segmento alto ou a gestão da capacidade de recepção da indústria do turismo.

O documento estimava que em 2025 Macau alcançaria os 40 milhões de visitantes e aumentaria a média de pernoitas de 1,2 para 2,3 dias, com o número de trabalhadores nesta indústria a rondar os 295 mil.

"O crescimento sustentável da indústria do turismo protege e promove as características peculia-

res de Macau, melhora as competências técnicas e cria oportunidades diversificadas, por forma a promover o desenvolvimento a longo prazo e o apoio à sua utilização. Embora durante o processo da sua implementação deva encontrar muitos desafios e barreiras, a indústria do turismo e o Plano Geral irão sofrer inúmeras alterações com a sua maturação e o desenvolvimento da indústria do turismo de Macau irá certamente criar uma visão brilhante no futuro quer para os residentes quer para a cidade em si", lê-se no resumo do Plano disponibilizado pela DST.

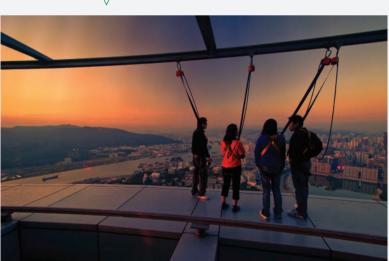
Tem sido dada muita atenção à utilização das novas tecnologias para a transformação de Macau. Em articulação com a estratégia de desenvolvimento de uma cidade inteligente e em cooperação com a AliCloud, do Grupo Alibaba, a DST procedeu, em 2018, ao desenvolvimento do turismo inteligente, sendo que numa primeira fase estão a ser desenvolvidos, em conjunto, três projectos: plataforma de troca de dados do turismo, aplicação de observação dos visitantes e aplicação do fluxo de visitantes inteligentes.

Em termos de produtos turísticos, a oferta tem aumentado a olhos vistos. O lago Nam Vam e as Casas-Museu da Taipa têm recebido mais acções dinamizadoras para atrair novos públicos; os passeios marítimos a cobrir a costa entre Macau e Coloane têm tido cada vez mais sucesso: os residentes dos bairros antigos são agora membros activos do turismo comunitário, permitindo que pequenas associações de moradores desenvolvam actividades no âmbito da iniciativa "Sentir Macau passo-a-passo", e Macau passou a ser palco, anualmente, do Fórum de Economia de Turismo Global, evento de grande envergadura que leva à discussão os principais temas a marcar a actualidade da indústria turística mundial. Estes são apenas alguns exemplos práticos para viabilizar Macau como centro internacional de turismo e lazer.

A via marítima continua
a ser a segunda
principal porta de
entrada dos visitantes

A oferta de produtos turísticos tem aumentado a olhos vistos, com mais actividades e locais de interesse para os visitantes





Promover o turismo

Além das diversas acções promocionais que a DST tem vindo a realizar em vários países, a fim de chamar a atenção para o que de melhor o território tem para oferecer nessa área, também têm sido desenvolvidas várias acções promocionais localmente.

Prova disso é o lançamento do Programa Específico de Apoio Financeiro para Formação da Marca do Turismo Cultural, com o tema principal da mascote turística de Macau "Mak Mak". Este apoio é operacionalizado pelo Fundo das Indústrias Culturais e pela DST, para que as "empresas



criativas e culturais locais possam explorar os elementos culturais de Macau, utilizando a mascote Mak Mak como um suporte, no intuito de desenvolver os novos produtos e experiências do turismo cultural".

Segundo informação oficial, "com a integração de elementos criativos e culturais nestes produtos e experiências, haverá uma sensibilização para que os turistas saibam mais sobre Macau, a história e cultura, o Património Mundial, a cultura gastronómica e as tradições festivais, com o objectivo de impulsionar o turismo cultural, em articulação com a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer de Macau". Até ao momento, foram aprovados 12 projectos com um apoio individual de 15 milhões de patacas.

A DST tem também realizado acções de promoção da iniciativa "Sentir Macau Ao Seu Estilo". A última visita, realizada em Foshan em Outubro, serviu para "divulgar os destaques e grandes eventos de Macau programados para o segundo semestre de 2019, incluindo o 66.º Grande Prémio de Macau, o 4.º Festival Internacional de Cinema e Cerimónia de Entrega de Prémio Macau, o Festival de Luz de Macau 2019, a Maratona Internacional, entre outros",

aponta um comunicado do organismo. A acção promocional, que contou com uma delegação da DST, decorreu em Foshan, Guandgong. Ainda na área do turismo, o Instituto de Formação Turística (IFT) tem sido o grande dinamiza-

dor da formação a nível superior nesta área. Com diversos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, o IFT tem vindo a estabelecer diversos acordos com instituições do ensino superior do exterior para acções de intercâmbio, além de receber alunos de outras universidades.

A título de exemplo, em 2017, o Centro Global para a Educação e Formação em Turismo do IFT organizou um curso de formação para alunos provenientes de Myanmar, Coreia do Norte e China, incluindo Macau. O curso teve como nome "Estratégia para o Planeamento e Gestão do Desenvolvimento Sustentável do Turismo", tendo sido destinado a um total de 21 alunos. Nesse evento, o secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, afirmou que o Governo "apoia e incentiva o Centro a organizar mais cursos para formar oficiais de governos e profissionais da indústria de diferentes países, e em particular, para auxiliar no desenvolvimento dos países da zona 'Uma Faixa Uma Rota'".

①

Segundo o Plano
Geral do Turismo, o
crescimento sustentável
da indústria do turismo
protege e promove
as características
peculiares de Macau

APOIOS SOCIAIS

As políticas que não se desvaneceram

Nos últimos 20 anos têm sido crescentes os apoios sociais concedidos, não só através de subsídios mas também de apoios diversos na área da saúde. As Linhas de Acção Governativa têm sido generosas, com aumentos sucessivos nos apoios financeiros atribuídos à população. Desde a criação da RAEM, implementou-se uma série de legislações no âmbito de apoios sociais, como a Lei de combate à violência doméstica, surgiram novas medidas sociais e o regime de prevenção e controlo do tabagismo, sem esquecer uma maior oferta de infra-estruturas na área da saúde

inha a RAEM poucos meses de existência quando Edmund Ho Hau Wah, então Chefe do Executivo, apresentava as primeiras Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2001. Os tempos eram auspiciosos e, sobretudo, de esperança, com o Governo a prometer mais medidas de apoio aos desfavorecidos.

Uma dessas medidas visava, precisamente, dar respostas a quem estivesse desempregado. "Relativamente aos cidadãos que sofrem carências por motivo de desemprego, ou por outros motivos, o Governo continuará a acompanhar a sua situação, dispensando-lhes os cuidados que a solidariedade impõe e apoios adequados."

Em nome da paz social, os deputados da Assembleia Legislativa ouviam a garantia de que o Governo iria dar "especial ênfase à assistência e aos serviços dirigidos aos idosos, aos jovens marginais, aos deficientes, aos novos imigrantes e outros".

Duas décadas depois, não é de desemprego que se fala nas LAG, dada a baixa percentagem registada (inferior a dois por cento nos últimos anos), o que faz da RAEM um território com pleno emprego. No entanto, os sucessivos Governos de Edmund Ho e Chui Sai On não deixaram de aumentar o pacote de medidas sociais atribuídas à população, tais como o sistema de segurança social de dois níveis, a definição do índice mínimo de subsistência e o Plano de Comparticipação Pecuniária, que arrancou em 2008 e visa partilhar com a população os frutos do desenvolvimento económico da RAEM. Com este apoio, cada residente permanente chegou a obter, em 2019, 10 mil patacas e cada residente não permanente, 6000 patacas. Além disso, faz

também parte do leque de medidas de apoio social desde 2014 a devolução de 60 por cento do imposto profissional pago no ano anterior até ao limite de 14 mil patacas.

Ao longo destes anos, e depois de uma profunda reforma com a adopção de novos estatutos, o Instituto de Acção Social (IAS) tem desenvolvido inúmeras medidas para dar resposta às famílias mais carenciadas, no apoio aos portadores de deficiência, idosos e também na área educativa, com a aposta na abertura de mais creches. No sector privado, as associações, financiadas pelo Governo, dão resposta diária às mais diversas solicitações.

No relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para 2019 é referido que o Governo concluiu, nos últimos anos, "a avaliação de 10 mil casos de apoio económico e elaboraram-se, nos casos em que havia condições, planos de saída da pobreza". Nos últimos cinco anos registou-se uma "descida constante do pedido de apoio financeiro", sendo que, todos os anos, em média, "cerca de 500 famílias conseguiram sair da pobreza, o que veio mostrar que mais famílias conseguiram voltar ao mercado de trabalho e tornar-se auto-suficientes".

O destaque das LAG para este ano, ainda apresentadas pelo Chefe do Executivo, Chui Sai On, foi o aumento dos apoios sociais como o valor do índice mínimo de subsistência, os subsídios de invalidez e de nascimento, bem como do valor da pensão para idosos, verificando-se um incremento na ajuda para aquisição de manuais escolares [ver caixa]. O Governo de Macau calculou que as subvenções e comparticipações teriam um custo na ordem dos 18,8 mil milhões de patacas, só em 2019.



Cuidados de saúde mais abrangentes

Actualmente, Macau conta com oito centros de saúde e três postos de saúde pública, atendendo 596.923 utentes inscritos, segundo dados oficiais. Em 2000, nos centros de saúde espalhados pela península e ilhas havia pouco mais de 272 mil utentes. Para dar resposta a uma população crescente e a novos desafios na área da prevenção e tratamento de problemas de saúde, o Executivo da RAEM tem apostado em novas valências, tal como o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica, uma parceria entre o IAS, os Serviços de Saúde e a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, em funcionamento desde 2016. Esta entidade proporciona um diagnóstico precoce a crianças com necessidades especiais, encaminhando-as depois para tratamento adequa-

do. Também o Centro de Avaliação e Tratamento da Demência, uma parceria entre o IAS e os Serviços de Saúde, entrou em funcionamento no mesmo ano, visando proporcionar aos doentes serviços de diagnóstico, tratamento e assistência social de modo one-stop.

Ainda no que diz respeito às infra-estruturas no sector da saúde, no ano passado abriu portas o novo Centro de Saúde da Ilha Verde, o que permitiu a operacionalização de oito centros de saúde. Além disso, foi inaugurado, em Abril deste ano, o Hospital de Reabilitação de Ká-Hó, que, num período inicial, disponibilizou 60 camas para reabilitação, 60 camas para cuidados paliativos e uma zona de fisioterapia, mas que poderá proporcionar uma centena de camas nos próximos meses. Para o Governo,



Δ

O Instituto de Acção Social tem desenvolvido inúmeras medidas para dar resposta às famílias mais carenciadas, no apoio aos portadores de deficiência e aos idosos "o referido hospital vai contribuir para a prestação de serviços integrados para melhorar a capacidade de movimento e a situação de pacientes com transtorno cognitivo, satisfazendo a procura dos serviços inerentes ao envelhecimento demográfico".

Além de continuar a apostar nas obras do novo hospital público, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, que está a ser edificado entre a Taipa e Coloane, o Governo pretende expandir as actuais instalações do Centro Hospitalar Conde de São Januário (CHCSJ), a fim de "melhorar a distribuição do espaço hospitalar, optimizar as salas de espera e o ambiente de trabalho". Nesse sentido, junto ao CHCSJ, estão em curso as obras da construção do edifício de doenças infecto-contagiosas.

Para o futuro, e tendo em conta o desenvolvimento dos novos aterros, irão nascer dois novos centros de saúde na zona A. Nessa fase "será construída uma rede mais completa de serviços de cuidados de saúde primários, de modo a melhorar a facilidade e o prazo conveniente das consultas médicas dos residentes".

Além de apostar nas infra-estruturas, o Governo está a investir também na formação dos médicos. A Academia Médica, oficialmente instituída em Julho deste ano e dependente dos Serviços de Saúde, é "responsável pela formação profissional médica, bem como pela organização, coordenação e supervisão dos internatos médicos, dotado de autonomia científica e pedagógica". De acordo com o relatório das LAG de 2019, "a entrada em funcionamento da Academia Médica permite uniformizar a formação de médicos especialistas locais".

Para incentivar os residentes na prevenção de doenças, o Executivo instituiu em 2009 o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, mais conhecido por "vales de saúde". Trata-se de uma política de benefícios para a população que visa "o subsídio de despesas médicas dos residentes, a partilha dos frutos do desenvolvimento económico e o alívio da pressão sentida pelos residentes devido à inflação", segundo informação dos Serviços de Saúde. Cada residente permanente recebe anualmente vales no valor de 600 patacas para serem usados em tratamentos em unidades privadas de saúde que aderiram ao programa.

Já em termos de recursos humanos, Macau contava em 2000 com 852 médicos de medicina ocidental e 943 enfermeiros. Já em 2018, de acordo com estatísticas dos Serviços de Saúde, havia 1754 médicos de medicina ocidental e 2464 enfermeiros para um total de 2066 camas hospitalares.

O nível de saúde da RAEM é semelhante ao da maioria dos países e regiões desenvolvidos. Segundo as estatísticas da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em 2018, o rácio médico, enfermeiro e cama por residente de Macau era 2,6 por mil habitantes, 3,7 por mil e 2,4 por mil, respectivamente. A taxa de mortalidade em 2018 foi de 3,1 por mil habitantes e a de mortalidade infantil de menos de um ano de idade foi de 3,4 por mil. A esperança de vida situou-se nos 80,6 anos para o sexo masculino e 86,6 anos para o sexo feminino, no período entre 2015 e 2018, ou seja, valores equiparados aos países desenvolvidos.

"O Governo da RAEM assume a maior parte dos encargos com os cuidados de saúde prestados, de forma que os residentes de Macau gozem da garantia de uma assistência médica relativamente completa. Todos os residentes legais de Macau, independentemente da sua idade e profissão, que sejam assistidos nos centros de saúde, ou que sejam transferidos para o Centro Hospitalar Conde de S. Januário, podem receber exames médicos complementares gratuitos", de acordo com informação avançada pelo Livro do Ano 2019.

Em termos de reconhecimento internacional, em Abril deste ano foi anunciado oficialmente que a equipa médica de Macau foi aprovada e acreditada como "Equipa Internacional de Emergência Médica da Organização Mundial da Saúde (OMS) de Nível I". Os profissionais locais tornaram-se na 5.ª equipa da China acreditada pela equipa médica de emergência da OMS e na 25.ª equipa internacional de emergência médica da OMS, tendo capacidade suficiente para prestar apoio e assistência médica no País e no estrangeiro.

Apoio a crianças e idosos

A revisão da Lei de Prevenção e Combate à Violência Doméstica foi um dos projectos legislativos em destaque na era RAEM. Implementada em 2016 depois de um longo processo legislativo, a lei passou a tipificar o crime de violência doméstica, definindo-a como "quaisquer maus tratos físicos, psíquicos ou sexuais que sejam cometidos no âmbito de uma relação familiar ou equiparada", passando também a ser crime público.

Outras leis e medidas importantes foram criadas e instituídas na RAEM, como é o caso do Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos, que estabelece um quadro geral para a protecção dos direitos e interesses dos idosos, bem como sistematiza a legislação vigente que integra o regime fundamental respeitante a essa matéria, por

forma a definir de maneira clara as linhas mestras e os princípios das políticas relativas aos idosos da RAEM. Estima-se que até 2036 a percentagem de pessoas com mais de 65 anos na RAEM atinja os 20,7 por cento da população global.

Foi instituído também o Conselho para os Assuntos das Mulheres e Crianças, à volta do qual têm sido desenvolvidos estudos relacionados com as Metas do Desenvolvimento das Mulheres, "que abrange sete áreas e que irá traçar o rumo de desenvolvimento futuro para os assuntos das mulheres", apon-



tam as LAG de 2017. O Governo também tem vindo a trabalhar na criação da Base de Dados sobre a População Infantil de Macau, tendo sido concluída a criação da Base de Dados sobre a População Feminina de Macau.

No que diz respeito aos portadores de deficiência, o IAS avançou para a criação do Cartão de Registo de Avaliação da Deficiência para as pessoas com grau de deficiência avaliado de acordo com o estipulado na lei, com vista a proporcionar-lhes melhores condições e como forma de apoio à sua reabilitação e reinserção social. Actualmente mais de 20 mil pessoas detém o cartão de deficiência. Além de pretender criar um apoio financeiro para cuidadores informais já a partir de 2020, o IAS está também a levar a cabo o plano piloto de apoio financeiro na aquisição de equipamentos auxiliares para a deficiência, entre outras medidas.

Actualmente, e de acordo com o último relatório de actividades disponível, o IAS assegura o funcionamento de cinco centros de acção social para o planeamento individual e familiar, sem esquecer um total de 37 instalações de serviços sociais. Neste ano foram dados apoios a 4118 famílias, cujos subsídios

O Governo de Chui Sai On lançou o "Programa Piloto de Proximidade de Serviços Médicos de Especialidade" e os serviços de avaliação de saúde para idosos

atribuídos rondam as 223 milhões de patacas.

Além disso, o IAS tem levado a cabo inúmeros planos na área social, como é o caso do Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio ao Idoso (2016-2025) e do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio 2016-2025, "com vista a responder ao envelhecimento demográfico e ajudar as pessoas com deficiência física e mental", de acordo com o organismo.

Em 2018, funcionavam 21 lares para idosos que ofereceram cuidados paliativos aos idosos sinalizados com fracas condições físicas, dos quais 11 usufruíam de subsídio regular. O IAS disponibilizou ainda 2300 vagas para alojamento. A par disso, seis centros ofereceram cuidados diurnos e apoios aos idosos que careciam de condições que lhes permitisse viver sozinhos. Para além disso, existem ainda oito centros de dia para idosos e 24 centros de convívio e reabilitação, que prestam aos idosos serviços culturais, desportivos e recreativos.

Nesta área, o subsídio para idosos passou a ser de 9000 patacas actuais, o que representa um aumento na ordem dos 25 por cento, uma medida determinada nas LAG para o ano de 2018. Com os vários apoios financeiros do Governo, cada idoso poderá ter recebido, em 2019, 73.190 patacas durante o ano, o que equivale a 6099 patacas mensais, caso sejam considerados os montantes do subsídio para idosos, da pensão para idosos, do Plano de Comparticipação Pecuniária, a verba adicional injectada na Conta Individual de Previdência e o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde.

Outra das medidas lançadas pelo Governo de Chui Sai On, e recordada nas LAG para este ano, prende-se com o "Programa Piloto de Proximidade de Serviços Médicos de Especialidade" e os serviços de avaliação de saúde para idosos, "com vista ao reforço da gestão de saúde, à criação de uma cidade amiga da demência e ao aperfeiçoamento dos serviços médicos para a população sénior".

Um dos problemas aos quais o IAS procurou dar resposta nos últimos anos foi a falta de vagas nas creches. Em 2017, foi apresentado o primeiro plano para aumentar o número de vagas nas creches, que está a ser implementado até ao ano de 2022. Dados oficiais apontam para um aumento de 52 por cento da proporção das vagas dos serviços de apoio às crianças com idade inferior a três anos. Ainda na área dos serviços de apoio a crianças e jovens, foi lançado o regime de admissão prioritária das crianças de famílias em situação vulnerável nas creches e a cooperação com as instituições particulares, o que permitiu o estabelecimento de

mais creches. Além disso, as famílias em situação de risco continuam a ter assegurados vários apoios financeiros e sociais por parte do Governo.

Regalias para o futuro

O Fundo de Segurança Social (FSS), criado em Março de 1990, destinava-se originalmente à segurança social para os trabalhadores locais. Na sequência do envelhecimento a sociedade, o Governo da RAEM implementou, em 2011, o Regime da Segurança Social, que funciona com base no princípio de seguro social. As suas receitas principais são as contribuições das entidades empregadoras, dos trabalhadores e dos participantes individuais, as taxas de contratação de trabalhadores não residentes, as comparticipações do jogo, um por cento das receitas correntes efectivamente apuradas em cada exercício do Orçamento da RAEM e os rendimentos de investimentos efectuados pelo FSS.

O novo modelo passou a abranger as contribuições do regime obrigatório e do regime facultativo. Assim sendo, os trabalhadores e empregadores que tenham relações laborais, devem pagar ao FSS as contribuições do regime obrigatório, no montante mensal de 90 patacas (60 patacas por empregadores, 30 patacas por trabalhadores). Os outros residentes podem inscrever-se no regime facultativo, e pagar integralmente as 90 patacas por mês. A atribuir prestações financeiras de apoio, tais como a pensão para idosos, a pensão de invalidez, os subsídios de desemprego, doença, funeral, casamento e nascimento, além de indemnização de doenças profissionais e respiratórias.

Em 2010, o Governo começou a abrir contas individuais de previdência para todos residentes maiores de 18 anos e creditou nessas contas a verba de activação no valor de 10 mil patacas. Foi ainda atribuída uma dotação durante oito anos consecutivos depois de o Executivo ter considerado os factores dos saldos financeiros.

Em 2018, passou também a existir o Regime de Previdência Central não Obrigatório, ou seja, as contas individuais de previdência existentes passaram automaticamente a subcontas de gestão do Governo, e o FSS continua a gerir as atribuições das verbas do Governo. A par disso, os cidadãos podem pagar as contribuições através de plano contributivo ou podem mobilizar, de forma flexível, os saldos da subconta de gestão do Governo. Assim, através de investimentos para fins de valorização e acumulação de riqueza, criam-se as condições para obter uma protecção social na velhice com mais qualidade no seu próprio futuro.

"Graças ao carácter da portabilidade da conta individual de previdência central não obrigatória, os

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Conta individual de previdência

Verba de activação única: MOP 10.000 Verba adicional: MOP 7000

Plano de Comparticipação Pecuniária

MOP 10.000 (residentes permanentes) MOP 6000 (residentes não permanentes)

Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde: MOP 600

Subsídio de Nascimento: MOP 5260 Subsídio de Casamento: MOP 2060 Subsídio de Desemprego: MOP 145/dia Subsídio de Funeral: MOP 2670

Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento

Contínuo: MOP 6000

Subvenção do pagamento de tarifas de energia eléctrica para unidades habitacionais: MOP 200/mês

Contribuição predial urbana

Isenção até MOP 3500 (residentes)

Isenção do pagamento do Imposto do Selo sobre a transmissão de imóveis

Para os primeiros MOP 3 milhões do valor do imóvel adquirido e destinado a habitação

Incentivo ao aumento da oferta no mercado de arrendamento de imóveis

Redução para 8% da taxa de contribuição predial urbana dos prédios arrendados

Pensão para idosos: MOP 3630 (13 prestações) Subsídio para idosos: MOP 9000 (anual)

Incentivo ao emprego

Isenção do imposto profissional para rendimentos até MOP 198.000 anuais, para pessoas com mais de 65 anos

Subsídio para aquisição de material escolar

• MOP 2300 (ensino infantil)

- · MOP 2900 (ensino primário)
- · MOP 3400 (ensino secundário)
- MOP 3300 (ensino superior)

Estudantes provenientes de família com dificuldades económicas

Subsídio para pagamento de propinas

- · MOP 4000/ ano (ensinos infantil e primário)
- · MOP 6000/ ano (ensino secundário geral)
- · MOP 9000/ ano (ensino secundário complementar)
- Subsídio de alimentação MOP 3800/ano
 Subsídio para aquisicão de material escolar

• MOP 2500 (ensinos infantil e primário)

· MOP 3250 (ensino secundário)

Subsídio de propinas para estudantes de Macau que frequentem escolas na província de Guangdong

- · MOP 8000 (ensino infantil)
- · MOP 6000 (ensinos primário e secundário)

Famílias em situação vulnerável

- ·Índice mínimo de subsistência: MOP 4230/ agregado familiar composto por uma pessoa
- Subvenção aos trabalhadores por conta de outrem com baixos rendimentos: MOP 5000/ mês

Subsídio de invalidez

- · MOP 9000 (normal)
- · MOP 18.000 (especial)

Portadores de deficiência qualificados que sejam trabalhadores por conta de outrem: MOP 5000/mês

Empregadores de trabalhadores deficientes

Dedução à colecta do imposto complementar de rendimentos ou do imposto profssional no valor de MOP 5000 por cada trabalhador

Imposto profissional

Isenção até MOP 144.000/ano

Fonte: LAG 2019





direitos resultantes do plano de contribuições não serão liquidados e levantados por motivo da cessação de relações de trabalho, podendo permanecer na subconta de contribuições para continuarem a ser investidos e daí resultar um acréscimo de valor. O plano individual de previdência é aplicável a todos os titulares de conta, cuja contribuição mensal mínima é de 500 patacas e a máxima é de 3100 patacas. Em 2018, houve 128 empregadores que participaram no Regime de Previdência Central não Obrigatório e 36.243 pessoas que participaram no plano individual de previdência", explica o Gabinete de Comunicação Social no seu Livro do Ano 2019. A fim de manter a saúde financeira do FSS, o Executivo tem vindo a injectar fundos todos os anos. A título de exemplo, entre 2013 e 2017 foram feitas injecções extras de capital na ordem das 37 mil milhões de patacas. Já em Junho deste ano, a Assembleia Legislativa aprovou, na generalidade, uma proposta de lei que prevê transferir três por cento do saldo do orçamento para o FSS, para responder aos desafios do envelhecimento da população.

O contributo de entidades sem fins lucrativos

Nos últimos 20 anos, várias entidades sem fins lucrativos têm também colaborado com o Governo de forma a oferecer serviços sociais complementares. Um exemplo é a Caritas Macau, que abriu uma clínica com consultas e tratamentos de baixo custo para famílias em situação vulnerável. A entidade gere também o Banco Alimentar, que hoje assegura mensalmente um cabaz de alimentos a mais de quatro mil famílias de baixo rendimentos.

Paul Pun, secretário-geral da Caritas Macau, aponta que o Executivo tem desenvolvido um intenso trabalho nas últimas duas décadas para providenciar ajuda a quem mais precisa, elevando assim o nível da qualidade de vida da população. "O Governo tem feito um grande volume de trabalho para reduzir o nível de pobreza. Uma grande parte dos serviços residenciais tem sido providenciada pela Caritas, mas o Governo convidou mais associações para dar este apoio, o que constitui uma grande melhoria. Depois de 1999, o Governo melhorou imensos serviços, todos trabalham em conjunto e a área do serviço social tem-se desenvolvido bastante", frisou.

Neste âmbito, destaque para a implementação, em 2017, do Regime de Acreditação dos Assistentes Sociais, um diploma que tem vindo a ser expandido através da elaboração de outros diplomas complementares ao regime e da contínua definição dos critérios de avaliação. Além de uma aposta na maior credenciação destes profissionais, o Governo decidiu também conceder maior apoio financeiro a quem emprega estas pessoas, na ordem dos 2,5 por cento, "a fim de melhorar os benefícios, regalias e garantias de aposentação dos trabalhadores de serviços sociais".

Paul Pun destaca também o programa de prevenção e combate ao consumo de drogas. A cargo do IAS funcionam actualmente cinco centros de apoio e tratamento com metadona, como é o caso da Casa de Educação de Vida Sadia, situada na zona da Areia Preta, e os Centros de Tratamento por Medicamentos (Metadona) – Serviços de Desintoxicação e Tratamento de Manutenção localizados nos bairros da Ilha Verde, Areia Preta, Taipa e Centro Hospitalar Conde de São Januário. Aliás, a Organização das Nações Unidas (ONU), elogiou em Outubro deste ano o trabalho desenvolvido no âmbito do combate ao consumo de drogas na RAEM, indicando que Macau poderia ser um exemplo a nível regional na redução de danos associados ao consumo de drogas, como também na prevenção do uso de estupefacientes.

"O reforço na construção dos serviços sociais, o empenho na garantia e melhoria da qualidade de vida da população, o apoio às classes mais desfavorecidas, a construção de famílias harmoniosas, e a vida comunitária fazem parte integrante da política de serviço social do Governo da RAEM. É de sublinhar o empenho que o Governo da RAEM tem dedicado ao apoio dos indivíduos, famílias e classes desfavorecidas, que atravessem uma situação difícil, na sua recuperação e na sua função social, no desenvolvimento das suas capacidades e na melhoria da sua qualidade de vida", ressalta o Gabinete de Comunicação Social no seu Livro do Ano 2019.

Além de continuar a apostar nas obras do novo hospital público, o Governo pretende expandir as actuais instalações do Centro Hospitalar Conde de São Januário









Wynn felicita a
Região Administrativa
Especial de Macau pelo
20° Aniversário da sua criação

MACAU 永利澳門



ENSINO NÃO SUPERIOR

Uma escola para todos

São 15 anos de escolaridade gratuita com uma maior aposta no ensino técnico-profissional. Os 20 anos da RAEM trouxeram uma evolução em termos de qualidade do ensino e prometem não ficar por aqui, com a atribuição de mais apoios às escolas para o desenvolvimento de projectos educativos e novas valências

a área do ensino não superior, as duas décadas de existência da RAEM ficaram marcadas por uma contínua melhoria da política de 15 anos de escolaridade gratuita. O Governo, através de sucessivos apoios concedidos a escolas privadas pela via do Fundo de Desenvolvimento Educativo, assegura apoios a todas as instituições de ensino, além de querer apostar, cada vez mais, no ensino técnico-profissional. Nesse sentido, está a ser levada a cabo uma revisão do respectivo diploma legal, para a melhoria da qualidade dos cursos e das condições de estágio, entre outras alterações.

De acordo com o relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2019, as autoridades pretendem "aperfeiçoar o sistema de educação diversificada, elevar a qualidade educativa e promover a equidade educativa", bem como "incrementar o investimento de recursos, favorecendo o desenvolvimento constante dos quadros qualificados de Macau".

Nesse sentido, o Governo pretende, nos próximos anos, continuar a aperfeiçoar "os diplomas legais, optimizando o regime da escolaridade gratuita de 15 anos", bem como "aumentar o nível de qualificação dos docentes, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as diversas vertentes da área da educação".

No que diz respeito aos conteúdos programáticos, o Governo defende, como se pode ler no documento, um reforço da "promoção da generalização das ciências, a fim de criar um ambiente de escola inteligente", bem como "o desenvolvimento integral dos estudantes nas vertentes éti-







Além de conceder apoios financeiros às escolas locais, em 2018 o Governo lançou um plano de subsídios para os alunos de Macau matriculados nas 21 cidades da província de Guangdong

ca, conhecimento, condição física e psicológica". Tendo em conta o projecto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, as autoridades pretendem alargar "a área de cobertura da geminação de escolas na zona da Grande Baía, intensificando o intercâmbio e a interactividade".

Ainda no que diz respeito aos manuais escolares, o relatório das LAG para o ano de 2019 dá conta de um "resultado notável na criação dos materiais didácticos locais, com a promoção dos materiais didácticos obrigatórios de História para o 1.º ano do ensino secundário geral e para o ensino secundário complementar e de Língua Portuguesa para o ensino primário (1.º a 3.º volumes)". Além disso, "concluiu-se a revisão dos materiais didácticos de Educação Moral e Cívica do ensino secundário geral", tendo sido publicadas as Exigências das Competências Académicas Básicas de História do ensino secundário geral e complementar, "no sentido de disponibilizar uma garantia às escolas para a criação de disciplinas separadas, para o currículo de História e de Geografia", aponta o mesmo relatório.

Os apoios financeiros

Além de conceder apoios financeiros às escolas do território, através do Fundo de Desenvolvimento Educativo (FDE), o Governo levou a cabo, no ano de 2018, o Programa de Subsídio de Propinas para Alunos Residentes de Macau que estudam nas 21 cidades da província de Guangdong, a fim de manter a cooperação educativa da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Os valores, de acordo com um despacho publicado em Bo-

letim Oficial este ano, e assinado pelo Chefe do Executivo, variam entre as 6000 e as 8000 patacas, sendo que o valor mais elevado é atribuído aos alunos do ensino pré-escolar.

Relativamente às medidas definidas no Plano de Desenvolvimento Quinquenal apresentado por Chui Sai On, foram concluídos 85 por cento dos objectivos definidos no Planeamento Decenal do Ensino, aponta o relatório das LAG para 2019.

Foi no ano de 2006 que foi implementada a "Lei de Bases do Sistema Educativo não Superior", tendo sido criado, um ano depois, o FDE. De acordo com uma nota oficial da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), o FDE "é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, pertence à DSEJ e gerido por um Conselho Administrativo".

O FDE tem como principais objectivos "apoiar e impulsionar os planos e actividades educativas com características de desenvolvimento, no domínio do ensino não superior", bem como "permitir mais estabilidade no investimento dos recursos educativos e reforçar o seu carácter desenvolvimentista". Nos anos seguintes, foram implementados diversos regulamentos administrativos que servem de base à regulamentação do FDE.

Ainda de acordo com a mesma nota da DSEJ, os objectivos que norteiam o FDE passam pela "optimização dos planos educativos das escolas" e no apoio a "planos pedagógicos com o objectivo de fomentar a literacia cultural dos alunos, desenvolver as suas potencialidades na investiga-



Δ

O Governo tem apostado num sistema de educação trilingue, dando apoio a programas para que as escolas tenham cada vez mais conteúdos programáticos nesta vertente

ção científica, cultivar a sua capacidade crítica, bem como alargar a sua visão internacional", entre outros.

O relatório das LAG para 2019 relembra ainda que "os montantes do subsídio para o desenvolvimento profissional e subsídio directo para o pessoal docente foram aumentados", tendo sido "promulgadas e implementadas as normas para a verificação do número de horas em actividades de desenvolvimento profissional do pessoal docente".

Outro dos exemplos de apoios atribuídos pelo Governo aos alunos das escolas do ensino não superior prende-se com a concessão de subsídios para a aquisição de material escolar. Aquando da apresentação das LAG para 2019, o Chefe do Governo prometeu um aumento de 3000 para 3300 patacas, montante que se materializou em Janeiro deste ano. O Governo diz que este regulamento tem como objectivo "criar melhores condições para os estudantes nos seus estudos e para aliviar os seus encargos económicos na aquisição de livros, materiais de referência e de aprendizagem". O Governo estabeleceu também a Plataforma de Estudos Educativos de Excelência, "de modo a fomentar o desenvolvimento do trabalho de investigação pedagógica das escolas e incentivar o desenvolvimento profissional do pessoal docente". Em 2018, foi também "reforçada a inspecção educativa e promovido, pela primeira vez, o plano piloto de avaliação interna das escolas", aponta o relatório das LAG.

Em relação às políticas direccionadas para a juventude, sobretudo no que diz respeito ao con-

ceito "Amar a Pátria, Amar Macau", o Governo tem vindo a desenvolver e a reforçar os "trabalhos educativos relativos à bandeira, emblema e hino nacionais", tendo sido também "elaborados materiais pedagógicos", a fim de elevar "nos alunos, o sentimento de pertença à Pátria e ao povo", frisa o relatório das LAG para 2019. Neste documento, o Chefe do Executivo recorda que "foram atribuídos subsídios às escolas para aperfeiçoamento das instalações da bandeira nacional, da bandeira da RAEM e da bandeira da escola, concretizando-se, assim, o envolvimento de quase todas as escolas na actividade do hastear da bandeira nacional".

Ainda no que diz respeito a políticas direccionadas aos jovens, estas foram definidas aquando da implementação da Política de Juventude de Macau, pensada para o período compreendido entre 2012 e 2020. No seio da DSEJ, tem funcionado, desde 2002, o Conselho da Juventude, bem como o Conselho de Educação para o Ensino não Superior. São estas entidades que, periodicamente, e com a presença do secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, discutem as políticas a implementar nas escolas e nas faixas mais jovens da população de Macau.

Um ensino trilingue

O sistema de ensino não superior em Macau sempre se pautou pela aposta num sistema trilingue, tendo o Governo desenvolvido programas de apoio para que as escolas tenham cada vez mais conteúdos programáticos nesta vertente. O relatório das LAG de 2019 dá conta que, através do

FDE, foram "auxiliadas mais escolas particulares na criação de cursos de língua portuguesa" no sector privado. No que diz respeito às escolas públicas, o "Programa de ensino bilingue Chinês-Português" foi estendido, sem sobressaltos, ao 2.º ano do ensino primário e 2.º ano do ensino secundário geral, tendo sido introduzido um novo projecto de financiamento intitulado "Plano de preparação dos talentos bilingues em chinês e português de várias áreas".

No que diz respeito às escolas oficiais, destaque para a Escola Luso-Chinesa da Flora, onde se aposta na criação de turmas com ensino em língua portuguesa e chinesa. No sector privado, destaque para a Escola Portuguesa de Macau, onde cada vez mais se aposta no ensino do cantonês, apesar de ser uma escola de matriz portuguesa. Contudo, a Escola Oficial Zheng Guanving é, cada vez mais, um exemplo bem-sucedido do bom funcionamento de um sistema trilingue em Macau. A escola abriu portas em 2011 e é das poucas que começa a disponibilizar o ensino do mandarim a partir dos três anos de idade. Wu Kit, directora da Escola Oficial Zheng Guanying, disse, em entrevista à MACAU, que a língua veicular é o mandarim, apesar da língua materna de muitas das crianças ser o cantonês. "Temos de criar um ambiente propício à aprendizagem do idioma. Estamos muito satisfeitos com a implementação das turmas bilingues no ensino primário e secundário. O objectivo do programa bilingue é que os alunos, quando concluam o ensino secundário, dominem as línguas portuguesa e chinesa."

A aposta no ensino profissional

Outra das medidas que está na agenda do Governo para a área da educação prende-se com o desenvolvimento do ensino técnico-profissional. O primeiro diploma que regulamenta estas escolas data de 1996, mas o Executivo está empenhado em mudar as regras a fim de atrair cada vez mais alunos para este modelo de ensino. A revisão do diploma está em curso, tendo sido publicado este ano o relatório relativo à consulta pública sobre o mesmo.

De acordo com uma nota oficial da Direcção dos Serviços do Ensino Superior, é objectivo "aumentar o investimento em recursos", estando também na agenda a construção do Centro de Actividades do Ensino Técnico-Profissional, de modo a promover o desenvolvimento deste ensino.

A mesma nota dá conta que "mediante o investimento em recursos e políticas orientadoras, a DSEJ incentiva as escolas a criarem cursos do ensino técnico-profissional, atribuindo subsídios



aos alunos do ensino secundário complementar para obterem uma credenciação das capacidades linguísticas e competências profissionais". Além disso, são realizadas "sessões de esclarecimento sobre o prosseguimento dos estudos, de modo a apoiar os alunos das escolas do ensino técnico-profissional na articulação e adequação dos seus estudos no ensino superior".

A título de exemplo, no ano lectivo de 2018/2019 um total de oito escolas oficiais e particulares criaram 32 cursos do ensino secundário complementar técnico-profissional, num total de 80 turmas, que abrangem as áreas de convenções e exposições, criatividade cultural, turismo, co-

O âmbito de implementação do Programa de ensino bilingue chinêsportuguês será estendido ao 3.º ano do ensino primário e ao 3.º ano do ensino secundário geral das escolas oficiais

TURMAS BILINGUES REFORÇAM MULTILINGUISMO HISTÓRICO

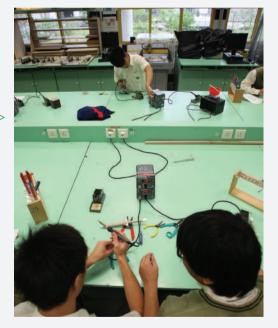
A DSEJ avançou, no ano lectivo 2017/2018, pela primeira vez, com turmas bilingues em duas escolas públicas, como meio de incentivar a formação de quadros que dominem o português e o chinês. "Com o intuito de formar prioritariamente talentos bilingues excelentes para o Governo da RAEM", está planeada a criação de "uma ou duas turmas em português e chinês", no primeiro ano do ensino primário e do secundário na Escola Oficial Zheng Guanving, e no primeiro ano do ensino primário na Escola Primária Luso-Chinesa da Flora. A criação de novas turmas será estendida anualmente até ao terceiro ano do ensino secundário complementar, explica a DSEJ. Estas turmas "quebram a metodologia de ensino tradicional, adoptando uma concepção curricular e pedagógica flexíveis, com línguas veiculares de mandarim e português". Além disso, "as escolas disponibilizam currículos e medidas complementares especiais para alunos principiantes de português e inscritos nas turmas bilingues do primeiro ano do ensino secundário geral, fundando neles as bases da língua portuguesa".



Δ

As intenções governativas passam pela adopção de novos currículos nos 15 anos de escolaridade do ensino não superior

> O Executivo quer > aumentar a oferta e a qualidade do ensino técnico-profissional



mércio, tradução de chinês-português e chinês--inglês, com uma orientação de formação de quadros qualificados ajustada ao desenvolvimento social, aponta a mesma nota oficial.

Quanto à alteração de diplomas legislativos, está a ser levada a cabo uma revisão ao "Regime educativo especial", que entrou em vigor em 1996. De acordo com uma nota oficial da DSEJ, as principais mudanças prendem-se com a "definição do âmbito de aplicação do regime educativo especial, a prestação de apoio ao desenvolvimento do ensino especial ou a realização de avaliação de acordo com as capacidades dos alunos do ensino especial", entre outras.

Outro diploma que também está a ser revisto, estando a ser analisado pelos deputados da Assembleia Legislativa, é o Estatuto das escolas particulares do ensino não superior. De acordo com a nota justificativa da proposta de lei, é intenção do Governo rever um diploma implementado há mais de 20 anos, com vista "à regulação mais eficaz, supervisão e funcionamento das escolas particulares".

Na área do ensino não superior, o futuro parece reger-se tendo em conta os princípios de "Promover a prosperidade de Macau através da educação" e "Construir Macau através da formação de talentos". O relatório das LAG para 2019 dá conta que as autoridades vão "estimular escolas, docentes, encarregados de educação e alunos a participarem e apoiarem a construção da iniciativa 'Uma Faixa, Uma Rota' e a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, introduzindo novas medidas para disponibilizar o subsídio para aquisição de manuais escolares aos alunos residentes de Macau que frequentam escolas na província de Guangdong".

Os planos políticos nesta área passam pelo aumento do investimento na educação, a fim de se optimizarem "os diversos subsídios educativos, incluindo o aumento dos montantes do subsídio para o desenvolvimento profissional e do subsídio directo ao pessoal docente". "Em simultâneo, apoiar-se-á a optimização da gestão financeira das escolas, elevando a eficiência de fiscalização

LÍNGUA **DE INSTRUÇÃO**

CHINÊS

101 escolas

PORTUGUÊS

5 escolas

INGI ÊS

15 escolas

EDUCAÇÃO EM NÚMEROS

	Ensino infantil, primário e secundário								
Ano lectivo	Unidades escolares	Escolas	Docentes	Alunos matriculados	Ensino infantil				
					Unidades escolares	Docentes			
2000/2001	125	82	3934	101.187	60	551			
2018/2019	121	70	7560	79.450	57	1320			

Fonte: DSEC/DSEJ

FORMAÇÃO CONTÍNUA EM DESTAQUE

Desde que foi criado, em 2011, o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo já apoiou mais de 400 mil residentes com 1,720 milhões de patacas. O programa visa criar as condições favoráveis à aprendizagem permanente, incentivando os residentes a participar, com o objectivo de elevar as suas qualidades e competências individuais, em acções de aperfeiçoamento contínuo ou de obtenção de qualificação, articulando-se com o desenvolvimento diversificado da economia e das indústrias, bem como com a criação de uma sociedade de aprendizagem. São considerados, automaticamente, beneficiários do programa todos os residentes da RAEM com idade igual ou superior a 15 anos.

do funcionamento financeiro das mesmas", conclui o relatório das LAG para 2019.

As intenções governativas passam pela adopção de "novos currículos nos 15 anos de escolaridade do ensino não superior", estando em curso, neste ano lectivo, a implementação do Quadro Curricular e as Exigências das Competências Académicas Básicas, cujo conteúdo "será ajustado, tornando independentes as disciplinas de História e Geografia". Vão ainda ser "promovidos os materiais didácticos de História do ensino secundário, publicando os materiais didácticos de Língua Chinesa e das Actividades de Descoberta do ensino primário e concluindo, também, o trabalho de revisão dos materiais didácticos de Educação Moral e Cívica do ensino secundário complementar, de modo a assegurar a execução eficaz dos novos currículos", lê-se no mesmo relatório das LAG. Relativamente aos quadros bilingues, o Governo pretende prosseguir com as políticas já instituídas, a fim de "preparar, com entusiasmo, os quadros qualificados bilingues em chinês e português". Dessa forma, será estendido o âmbito de implementação do Programa de ensino bilingue chinês-português ao 3.º ano do ensino primário e ao 3.º ano do ensino secundário geral das escolas oficiais, "generalizando, em maior grau, o ensino da língua portuguesa". 🐠



Ensino especial										
	Ensino primário			Ensino secundário (inclui técnico-profissional)			Unidades escolares	Docentes	Alunos matriculados	
Alunos matriculados	Unidades escolares	Docentes	Alunos matriculados	Unidades escolares	Docentes	Alunos matriculados				
15.254	81	1747	46.260	52	1885	39.673	14	105	567	
18.626	59	2402	32.530	46	2684	26.022	4	142	821	



ENSINO SUPERIOR

Da Ásia Oriental para o mundo

Na era RAEM, o território passou a dar resposta aos alunos do ensino secundário que pretendiam continuar os seus estudos localmente, disponibilizando formação na área da língua portuguesa e do Direito, entre outras. Duas décadas depois e com dez instituições em funcionamento, o ensino superior assume cada vez mais uma dimensão internacional e de cooperação estratégica

uase quatro décadas depois do estabelecimento da Universidade da Ásia Oriental, hoje Universidade de Macau (UM), o ensino superior de Macau dá resposta não apenas aos alunos locais, mas também aos que cada vez mais chegam do Interior do País, sem esquecer as centenas de estudantes estrangeiros que, todos os anos, estudam no território ao abrigo de programas internacionais de mobilidade ou de bolsas. Além da UM, existem hoje três instituições públicas de ensino superior, o Instituto Politécnico de Macau (IPM), o Instituto de Formação Turística (IFT) e a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau (ESFSM).

No privado, destaque para mais seis instituições, nomeadamente a Universidade de São José (USJ), um projecto educativo da Diocese de Macau com ligações à Universidade Católica Portuguesa (UCP), a Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau (UCTM), a Universidade Cidade de Macau (UCM), o Instituto Superior de Enfermagem de Kiang Wu, o Instituto de Gestão de Macau e o Instituto Milénio. Além disso, existem no território delegações de universidades chinesas e estrangeiras, algumas delas de topo, como a Universidade de Pequim, a Universidade de Línguas de Pequim e Universidade Oueen Mary, do Reino Unido, entre outras.

Além do surgimento de mais universidades que hoje disponibilizam centenas de cursos em várias áreas e graus de ensino, o ensino superior passou também por profundas mudanças com a adopção, em 2017, de uma nova lei do ensino superior, que trouxe não apenas mais autonomia às instituições como também permitiu a criação de mestrados e doutoramentos nas instituições do ensino politécnico.

Outra mudança de fundo foi a instituição de uma nova direcção de serviços, a Direcção de Serviços do Ensino Superior (DSES), que veio substituir o antigo Gabinete de Apoio ao Ensino Superior (GAES). "Com o desenvolvimento de Macau o ensino superior está cada vez mais generalizado", começa por apontar uma nota oficial da DSES sobre os últimos 20 anos, intitulada "Agarrar oportunidades e andar de mãos dadas: O desenvolvimento do ensino superior de Macau após o estabelecimento da RAEM". Diz a DSES que "a taxa de continuação de estudos dos estudantes que concluem o ensino secundário complementar aumentou de cerca de 70 por cento no início do retorno de Macau à Pátria para mais de 90 por cento nos últimos anos". No que diz respeito ao ano lectivo de 2018/2019, havia um total de 2931 docentes e investigadores, 34.279 estudantes e 280 cursos disponibilizados pelas instituições de ensino superior. "Comparando com a altura do início do retorno de Macau à Pátria, o número de cursos aumentou cerca de 50 por cento e o número de docentes, investigadores e estudantes quase triplicou", explica a DSES.

A mesma nota dá conta de que "o ensino superior é cada vez mais apelativo para os estudantes estrangeiros", uma vez que o número de estudantes não locais aumentou de 5653 no início do estabelecimento da RAEM, para actualmente 17.992, registando um aumento acima do dobro.

A DSES, liderada por Sou Chio Fai, garante que, na área da investigação académica, tem sido registada também uma evolução. "Macau também tem atraído docentes e investigadores provenientes de diferentes países ou regiões para dar aulas em Macau; o contexto cultural diversificado e as tradições académicas de Macau ajudam a criar um ambiente académico mais liberal e aberto."

Uma maior flexibilidade

Peter Stilwell, reitor da USJ desde 2012, recorda à MACAU a evolução que o ensino superior teve no território. "A primeira lei de enquadramento do ensino superior em Macau foi publicada em 1991. Não chega, portanto, a 30 anos. Mas foram 30 anos de



grandes transformações no ensino superior local e internacional. Na altura da transferência, um dos primeiros actos do novo Governo foi a aprovação da abertura da UCTM, hoje a maior universidade da região, dando um inesperado protagonismo ao ensino superior privado."

O dirigente educativo, que chegou a ser vice-reitor da UCP em Portugal, recorda a fase em que foi implementado na Europa o Acordo de Bolonha, que trouxe mudanças de vários níveis, uma das quais a criação de licenciaturas de três anos e de mestrados integrados. "O ensino superior em Portugal, que servira de referência à lei de 1991 em Macau, mudava radicalmente. Tornava-se premente ajustar o enquadramento legal em Macau. A nova Lei do Ensino Superior, de 2017, e a legislação complementar, de 2018, fizeram esse trabalho. O patamar de exigência foi colocado ao

A Escola Superior das Forças de Segurança é uma das 10 instituições de ensino superior a

funcionar na RAEM

nível dos mais elevados critérios internacionais." Nesse sentido, Peter Stilwell defende que "é esse o desafio que hoje enfrentamos, o de revermos o funcionamento interno das nossas instituições, facultarmos ao público que nos procura e às entidades que nos financiam garantias de qualidade, reforçadas por uma periódica avaliação externa".

No mesmo comunicado acima citado, a DSES destaca os pontos mais importantes da nova lei do ensino superior, que dá "mais ênfase à garantia e aumento da qualidade", sem esquecer uma maior "flexibilidade para as instituições de ensino superior na criação de cursos, enfatizando a cooperação, mobilidade e compartilhamento de recursos".

O novo diploma também criou o Sistema de Créditos, o Regime da Garantia da Qualidade, o Conselho do Ensino Superior e do Fundo do Ensino Superior. Além disso, foi reorganizado "o serviço administrativo do ensino superior, que permite fornecer maior apoio ao desenvolvimento do ensino superior, promovendo a melhoria contínua do ensino superior em Macau através dos novos regimes".



△
O Instituto de Formação
Turística tornou-se numa
referência regional

na área

Investimento que compensa

Vinte anos depois do estabelecimento da RAEM, o reitor da USJ não tem dúvidas de que "Macau tem um potencial enorme no campo do ensino superior". "Trata-se de um sector que é caro, mas que traz grandes benefícios para a comunidade envolvente, mesmo em termos económicos, desde que se assegure a qualidade. O trabalho desenvolvido pela Fundação Macau (FM) e pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (FDCT), e o investimento que legitimamente se espera do novo Fundo do Ensino Superior, gerido pela DSES, indicam a vontade do Governo de promover o ensino superior local com o inves-

timento de fundos públicos", acrescentou Peter Stilwell.

Rui Martins, vice-reitor da UM, surge citado no comunicado da DSES, onde afirma que o que mais o impressionou nos últimos 20 anos foi o estabelecimento do Fundo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FDCT) em 2005, bem como a construção e a conclusão do campus universitário da UM, em Hengqin (também conhecida como Ilha da Montanha, território adjacente a Macau), juntamente com a publicação do "Regime Jurídico da Universidade de Macau", em 2006.

Para Rui Martins, "as autonomias académica e científica têm-se intensificado e as áreas do saber diversificado significativamente", pelo que, "neste sentido, o desenvolvimento verificado permite atrair, e tem-no conseguido, pois o número de docentes e investigadores, nomeadamente o número de estudantes de doutoramento no ensino superior tem aumentado bastante". Além disso, "o número de artigos científicos publicados em revistas académicas também aumentou significativamente".

Já Fanny Vong, presidente do IFT, destacou o facto de, desde 1999, "a taxa de prosseguimento de estudos dos graduados do ensino secundário em Macau ter aumentado", além de que "o aumento das instituições de ensino superior de Macau proporcionou aos estudantes mais opções diversificadas".

Além disso, o "foco do desenvolvimento das instituições passou do crescimento da "quantidade" para a melhoria da "qualidade", sendo que esta "tem vindo a ser, pouco e pouco, reconhecida internacionalmente, com uma elevada aceitabilidade e influência nas áreas específicas, como o português e o turismo". Para Fanny Vong, "as actividades de intercâmbio regional e internacional realizadas pelas instituições de ensino superior aumentaram e os horizontes de professores e estudantes foram ampliados".

No que diz respeito à qualidade do ensino superior, a DSES destaca o facto de ter sido criado, com a nova lei, o Regime de avaliação da qualidade do ensino superior, que, nos últimos anos, aderiu a três organismos internacionais de garantia da qualidade do ensino superior, tal como o International Network for Quality Assurance Agencies in Higher Education (INQAAHE), Asia Pacific Quality Network (APQN) e a Organização Internacional para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (CIQG) do Council for Higher Education Accreditation (CHEA).

Quanto aos docentes com o grau de doutoramento, aumentaram 15 por cento face a 1999, repre-

sentando actualmente 64 por cento do total de toda a equipa docente do ensino superior. Também ao nível dos rankings mundiais as universidades de Macau têm dado alguns passos, uma vez que a UM ocupa, este ano, o 60.º lugar no Young University Rankings da Times Higher Education, enquanto que a UCTM ficou no 21.º lugar no Ranking das Universidades do Interior da China, Taiwan, Regiões de Hong Kong e Macau no ano passado.

Já o IFT assumiu a quinta posição na Ásia e o 33.º lugar em termos mundiais. Além disso, "no ano lectivo de 2017/2018, 29 cursos do ensino superior obtiveram acreditação pelo Acordo de Washington, Acordo de Seul, Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, Association of Chartered Certified Accountants (ACCA), entre outras instituições profissionais internacionais ou regionais", aponta a DSES.

Novos planos

O desenvolvimento económico pode ter levado mais estudantes do ensino secundário para as universidades em Macau, mas a verdade é que um "canudo" nas mãos deu também mais oportunidades de ascensão no mercado de trabalho. A DSES conclui que "o desenvolvimento do ensino superior impulsionou a melhoria da qualidade da população de Macau", uma vez que "a proporção da população que possui o nível do ensino superior na população activa aumentou de 11,06 por cento, no período inicial do estabelecimento da RAEM, para 36,43 por cento em 2018, um aumento de mais de três vezes". Isso fez com que, actualmente, um em cada três trabalhadores em Macau possua um diploma do ensino superior.

No que diz respeito à procura de emprego, as estatísticas revelam que "nos últimos três anos quase 80 por cento dos estudantes conseguem encontrar o primeiro emprego em tempo integral dentro de três meses, e cerca de 70 por cento dos estudantes empregados consideram que o trabalho actual deles diz respeito à área profissional que eles estudaram". Enquanto isso, "mais de 50 por cento dos estudantes, três anos após a graduação, têm um rendimento médio mensal superior ao rendimento mediano".

Com a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota" e o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o ensino superior assume um novo rumo, defende a DSES. Nesse sentido, como a RAEM constitui "uma das quatro cidades centrais dentro da região e um dos principais motores do desenvolvimento regional, o ensino superior desempenha um papel muito importante na promo-



ção do desenvolvimento da cooperação educativa, na construção do local de excelência aos quadros qualificados e na promoção da construção do corredor da inovação científica e tecnológica Cantão-Shenzhen-Hong Kong-Macau".

Para o futuro, o Governo diz estar a "negociar com o Conselho do Ensino Superior o planeamento a médio e longo prazo do ensino superior de Macau, para maximizar as vantagens das instituições de ensino superior de Macau e articular com o desenvolvimento e posicionamento de Macau para cultivar mais quadros qualificados profissionais para o País e Macau".

O Instituto Politécnico de Macau tem reforçado a sua aposta no ensino da língua portuguesa, com a criação recente dos graus de mestrado e doutoramento

Na Universidade de Macau, cerca de 80% dos docentes são de fora do território





Língua portuguesa, uma força motriz do ensino superior

O projecto inicial do estabelecimento da Universidade da Ásia Oriental, em 1981, contemplava a criação de uma licenciatura em Estudos Portugueses, mas hoje o cenário, 20 anos depois do estabelecimento da RAEM, é bem diferente no que ao português diz respeito

ão só a Universidade de Macau (UM) alargou o espectro da formação nesta área, sobretudo ao nível dos estudos pós-graduados, como o Instituto Politécnico de Macau (IPM) se tornou, em 2012, numa importante plataforma ao nível da formação de professores de língua portuguesa na China, com o estabelecimento do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa. Coube a Carlos André, que à época tinha deixado o cargo de director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o papel de criar um projecto de raiz. "Foi um dos mais importantes projectos do IPM nos últimos 20 anos", assegura o próprio à MA-CAU. "Tratou-se de uma coisa nova, que não existia, mas não foi só a ideia de criar o centro. O que se deve ao IPM é que essa ideia tra-

zia agarrada uma vontade muito enérgica de que esse fosse um projecto novo e que funcionasse. O IPM não só criou o centro como lhe deu todas as condições para funcionar. É isso que eu devo ao IPM e ao seu ex-presidente [Lei Heong Iok], porque no início havia uma ideia vaga de que o centro era para apoiar o ensino do português em Macau e no Interior do País, mas nós fomos construindo o nosso próprio projecto."

Carlos André, que foi agraciado este ano com a Medalha de Mérito Cultural pelo Executivo da RAEM, assegura que, sem essa liberdade, não tinha conseguido atingir todos os objectivos. Com esse centro, as universidades que ensinavam língua portuguesa no Interior do País, puderam dar resposta a uma crescente procura, aumentando não apenas o número de materiais pedagógicos

NO ANO LECTIVO 2019/2020, ESTAVAM MATRICULADOS 2051 ESTUDANTES EM CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA OU MINISTRADOS EM PORTUGUÊS

como a qualidade dos seus docentes.

Citado num comunicado da Direcção dos Serviços do Ensino Superior, Rui Martins, vice-reitor da UM, destacou "o grande desenvolvimento do ensino do português nas diversas instituições de ensino superior de Macau".

Em Outubro deste ano, o IPM passou a oferecer um curso de mestrado e outro de doutoramento na área da tradução e interpretação, tornando-se assim a primeira instituição de ensino superior da Grande China a dispor de estudos pós-graduados especificamente focados na formação de tradutores e intérpretes.

Mais cursos privados

Iniciado o projecto do IPM, surgiram outros cursos, sobretudo ao nível do ensino superior privado. Na Universidade de São José (USJ) o Departamento de Português ganhou novo fôlego com a entrada de Maria Antónia Espadinha para o cargo de vice-reitora, no ano lectivo de 2014/2015, depois de ter estado muitos anos na UM. Peter Stilwell, reitor da USJ, não tem dúvidas de que os próximos passos a dar nesta área passam pela investigação.

"O interesse na língua portuguesa aumenta de ano para ano. Para já, parece ser sobretudo um interesse associado à profissão de tradutor. Um efeito secundário tem sido a fixação de um corpo docente que vai produzindo alguma investigação, publicações, colóquios e palestras. A prazo, acredito que haverá alunos para um estudo sustentado da linguística e da literatura. Quando Macau se vir lançada na região alargada da Grande Baía, poderá bem ser este um dos sectores que irá diferenciar o nosso ensino superior", aponta.

Carlos André, por seu turno, assegura que "a área do português é hoje muito diferente em relação há oito anos, quando cheguei a Macau, e isso teve a ver com vários fenómenos, a vontade



dos dirigentes, mas também tem a ver com algum espírito de concorrência que se criou entre as instituições".

Isto porque, além da USJ, outras instituições do ensino superior começaram a apresentar novos projectos neste sentido, tal como a Universidade Cidade de Macau (UCM), que viu a licenciatura em língua portuguesa ser aprovada este ano pelo Governo, e a Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau (UCTM).

"O IPM teve uma importância considerável nesse processo, pois à medida que as instituições iam consolidando os seus projectos e desenvolvendo-os, outras sentiram-se na obrigação de não ficar para trás", lembrou Carlos André, que fala de um desenvolvimento notável da área, com "excelentes exemplos no IPM e na UM, e muito bem na USJ. UCM e UCTM".

O antigo director do Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa destaca também a presença do Instituto Português do Oriente (IPOR), que não oferece formação universitária, mas que ensina português a muitos residentes e interessados no idioma, em cursos livres de língua. "Não nos podemos esquecer do IPOR que tem desenvolvido um excelente trabalho numa área importantíssima que é o ensino numa área não conferente de grau."

Carlos André afirma estar optimista quanto ao futuro. "Acredito que o poder político de Macau continua a ter como estratégia muito clara o desenvolvimento do português, que envolve muitas instituições."

HABITAÇÃO

Mais terrenos, novas casas

Macau tem uma longa tradição na edificação de casas sociais e económicas para os mais desfavorecidos, mas a chegada dos 20 anos da RAEM trouxe não apenas uma mudança nas leis e na política de gestão dos terrenos, como revelou também a vontade governativa de construir mais habitação económica e social, sempre com primazia para a última

as primeiras Linhas de Acção Governativa (LAG) da RAEM, em 2001, o cenário da habitação era bem diferente daquilo que se conhece hoje. Edmund Ho Hou Wah, então Chefe do Executivo, assumia uma postura prudente sem nunca deixar de referir as necessidades das classes sociais mais desfavorecidas. "No âmbito das políticas da gestão de terras e da habitação pública, prosseguir-se-á com o aproveitamento racional dos terrenos. Iremos continuar a acompanhar o cumprimento dos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação já celebrados, tendo em conta as necessidades das camadas sociais mais carenciadas de habitações sociais e económicas."

No entanto, colocava-se um travão, a fim de garantir "a manutenção do equilíbrio entre a oferta e a procura do mercado imobiliário". Nesse sentido, não haveria "lugar à celebração de novos Contratos de Desenvolvimento para a Habitação nos próximos tempos". Nesse ano, seriam apenas analisados 3500 pedidos de habitações económicas e sociais.

Duas décadas depois, o cenário é bem diferente, dado também o crescimento da população e da economia.

O Gabinete para o Desenvolvimento de Infraestruturas tem multiplicado, principalmente a partir de 2010, vários projectos relativos à habitação pública, nomeadamente a Habitação pública de Seac Pai Van, a Habitação pública Lote TN27 da Taipa, reconstrução da Habitação pública do Fai Chi Kei, a Habitação pública Lote I, II e III da Ilha Verde entre outras. Foram construídos sucessivamente, em 2012 e 2013, a Ha-



bitação pública na Estrada Nordeste da Taipa, a Habitação pública da Rua de Choi Long, a Habitação pública Lote E, Lote F, Lote L4 e Lote L5 do Fai Chi Kei, que já foram todas inauguradas. As fracções construídas no âmbito da habitação social são arrendadas a agregados familiares com baixo rendimento ou que se encontrem em casos especiais.

Só em 2018, foram concluídos os edifícios Cheng Tou, Fai Ieng e do Bairro da Ilha Verde, com o prosseguimento de inúmeros outros projectos. "A tutela dos Transportes e Obras Públicas tem estado empenhada na promoção das obras de habitação social de Mong-Há, fase dois, tendo sido iniciada a construção da habitação social de Tamagnini Barbosa e do projecto de habitação pública da avenida Venceslau de Morais", lê-se no relatório das LAG para 2019.

Outro dos projectos em curso é o da construção de habitação pública num terreno situado junto



do Aeroporto Internacional de Macau, na avenida Wai Long, cujo concurso público já teve início. "Prosseguiremos com a política de habitação pública assente no princípio de que a habitação social é prioritária e a habitação económica secundária. Iremos reforçar a supervisão da qualidade da construção das habitações públicas e melhorar a sua administração", apontou o Executivo nas LAG para 2019.

Um dos grandes objectivos da governação tem sido o projecto de construção de habitação pública "pós-19 mil" – ou seja, exceder o número das fracções habitacionais já finalizadas e em utilização. Nos novos aterros que agora se formam, mais precisamente na Zona A, serão construídas 28 mil fracções habitacionais em quatro fases – na primeira, vão ser construídas cerca de 7000 fracções em sete terrenos. Estão ainda previstas as construções de cerca de 2000 fracções na Avenida dos Jogos Olímpicos da Ásia Orien-

tal, tendo sido já iniciados os trabalhos preparatórios de gestão e planeamento do terreno; está também prevista a construção de cerca de 1500 fracções habitacionais no terreno da antiga Central Térmica.

Já a construção da habitação económica tem dois objectivos: apoiar os residentes com determinados níveis de rendimento e património na resolução dos seus problemas habitacionais e promover a oferta de habitação mais adequada às reais necessidades e à capacidade aquisitiva da população local. Assim sendo, a proposta de revisão da Lei da Habitação Económica foi entregue à Assembleia Legislativa para apreciação, e no próximo ano será aberto um concurso para aquisição de cerca de 4000 fracções de habitação económica.

Novos aterros e mais terrenos recuperados Os dois mandatos de Chui Sai On demonstraram



APOIO À REPARAÇÃO

Para encorajar e apoiar a reparação das partes comuns dos edifícios e valorizar prédios antigos, o Instituto de Habitação criou, em Março de 2007, o Fundo de Reparação Predial. O fundo atribui verba para financiar obras de conservação e reparação dos edifícios privados, no quadro das políticas de segurança e higiene ambiental. Segundo o Plano de Crédito sem Juros para Reparação de Edifícios, que entrou em vigor em Abril de 2007, os condóminos dos edifícios que tenham pelo menos 10 anos de construção, podem requerer crédito sem juros junto do Governo, destinado à reparação e conservação das partes e instalações comuns, encostas ou muros de suporte, e à demolição de edificações ilegais. O Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios, que entrou em vigor em Agosto de 2008, visa conceder aos condóminos de edifícios em regime de propriedade horizontal, cuja administração tenha sido eleita em assembleia geral, um apoio financeiro, a fundo perdido, para suportarem as despesas emergentes do pagamento de obras de conservação ou reparação efectuadas nas partes comuns do condomínio.

uma enorme evolução ao nível da habitação pública, não só porque foi implementada, em 2013, uma nova Lei de Terras que permitiu um maior aproveitamento de terrenos concessionados vazios por parte da Secretaria dos Transportes e das Obras Públicas.

De acordo com dados oficiais publicados no relatório das LAG para 2019, até ao dia 30 de Setembro tinham sido emitidos 24 despachos por incumprimento contratual e 49 despachos por impossibilidade de renovação das concessões provisórias. Segundo dados da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), em 2018 concluíram-se os procedimentos relativos a 14 contratos de concessões de terrenos e foi declarada a caducidade de 21 contratos de concessões por arrendamento. No total 21 terrenos foram revertidos no ano passado, o que equivale a uma área superior aos 212.380 metros quadrados.

Além de recuperar terrenos, o Governo da RAEM





está a avançar para a conclusão dos novos aterros, que vão funcionar como uma enorme área urbana. O plano urbanístico de novos aterros foi submetido, em 2006, à apreciação do Governo Central, tendo este aprovado o projecto em 2009. Os novos aterros estão divididos em cincos partes, cuja área total é de cerca de 350 hectares, o que, segundo previsões oficiais, proporcionará a Macau terrenos de reserva necessários nos próximos 20 a 30 anos. A zona A, com cerca de 138 hectares, situa-se no lado leste da península de Macau, ao lado da Areia Preta e da Ponte de Amizade e ao norte do canal do Porto Exterior, e será dedicado exclusivamente à população, com zonas de comércio, serviços e habitação, instalações públicas e sociais e indústrias diversificadas.

A zona B, uma área administrativa e judiciária, onde serão instalados os novos tribunais, já está concluída.

A Zona C está localizada a norte da ilha da Taipa,

NOS NOVOS ATERROS, SOBRETUDO NA ZONA A, SERÃO CONSTRUÍDAS 28 MIL FRACÇÕES HABITACIONAIS EM QUATRO FASES

SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA REGULAMENTADOS

Em Julho de 2013, entrou em vigor a Lei da Actividade de Mediação Imobiliária, que estipulou que todos os mediadores e agentes imobiliários só podem exercer as actividades de mediação imobiliária com uma licença válida, conseguida através da aprovação num exame teórico. Até Dezembro de 2018, foram emitidas 1964 licenças de mediadores imobiliários e 6842 licenças de agentes imobiliários. A par disso, continuavam a ser válidas 28 licenças provisórias de mediadores imobiliários, cujo prazo de validade é de cinco anos.



APOIO PARA A COMPRA DA PRIMEIRA CASA

Para atenuar a pressão da população no primeiro pagamento para a aquisição de habitação própria, e diminuir o seu encargo de juros no pagamento de prestações posteriores, o Governo lançou, em Junho de 2009, e por um período de um ano, o Regime de Bonificação de Juros do Crédito Concedido para Aquisição de Habitação Própria e o Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria. O candidato ao Regime de Bonificação de Juros de Crédito Concedido para Aquisição de Habitação Própria podia auferir um subsídio até quatro pontos percentuais de bonificação de juros do crédito de um milhão de patacas, por um prazo máximo de dez anos. No que respeita ao Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria, a cada pedido podia ser prestada pelo Governo uma garantia de crédito no montante máximo de 20 por cento do valor da avaliação da fracção, calculado pela instituição de crédito.

Por outro lado, em 2018, para ajudar os jovens de Macau com idades entre os 21 e os 44 anos a adquirirem uma habitação, a Autoridade Monetária de Macau lançou também um disposto sobre os limites do rácio dos empréstimos hipotecários destinados à aquisição do primeiro bem imóvel aos jovens qualificados, sendo aligeirados os requisitos para o rácio dos empréstimos hipotecários aos requerentes do empréstimo até 80 por cento a 90 por cento.

na zona marítima em frente à Avenida do Oceano e entre as pontes Sai Van e Governador Nobre de Carvalho, com uma área de cerca de 320 mil metros quadrados e é projectada principalmente para áreas de instalações públicas e de habitação. A concepção das obras do dique da Zona D foi concluída em 2018.

A zona El localiza-se no canto nordeste da ilha da Taipa, na vizinhança do Terminal Marítimo de Pac On e adjacente ao Aeroporto Internacional, com uma área de 33 hectares, e está destinada a instalações públicas e comunitárias e infra-estruturas para transportes.

Renovar o que é velho

Para garantir a qualidade da construção, o Executivo criou o Conselho de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo (CAEU) em 2015, órgão que tem por finalidade proceder à acreditação e registo dos titulares de graus académicos em 13 áreas de especialização na área da construção. Segundo dados da DSSOPT, desde a entrada em vigor da lei de acreditação até ao final de 2018 havia mais de 2500 profissionais inscritos.

Outra aposta feita pelo Governo nos últimos anos prende-se com a renovação urbana. Em 2016, apareceu o Conselho para a Renovação Urbana (CRU), com a principal função de assessorar o Governo na formulação da política de renovação urbana e ao qual compete emitir pareceres, desenvolver estudos e formular propostas e recomendações sobre todos os assuntos respeitantes à sua alcada.

Depois de vários anos em que a recuperação dos bairros antigos fez parte dos objectivos de inúmeras LAG, eis que o Executivo de Chui Sai On decidiu criar, este ano, o Regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana, que visa reconstruir edifícios com mais de 30 anos de existência.

Para levar a cabo esse projecto, foi criada a Macau Renovação Urbana SA com base nos modelos usados em Singapura, Taiwan e Hong Kong, e que tem como funções "coordenar e promover todas as acções associadas à renovação urbana, designadamente a realização de operações de reabilitação e requalificação do espaço público, das infra-estruturas, dos equipamentos colectivos e dos edifícios, nas áreas de intervenção delimitadas". É também função desta empresa "promover a prevenção do envelhecimento e da degradação das condições de salubridade, de estética e de segurança dos edifícios existentes", entre outros objectivos.



葡語國家食品資料庫

BASE DE DADOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

- ▶ 葡語國家食品資料、供應商資料及聯絡方式 Informação dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, Informação e contacto dos forncedores
- 商務洽談Bolsas de contacto, negociações comerciais
- ▶ 線上貿易 Transacção online
- ▶ 一站直達目標 Alcançando os seus objectivos numa agência única

葡語國家食品商機 一網直達

Oportunidade de Negócio dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa. Encontradas numa só rede.



中國葡語國家經貿合作及人才信息網

PORTAL PARA A COOPERAÇÃO NA ÁREA ECONÓMICA, COMERCIAL E DE RECURSOS HUMANOS ENTRE A CHINA E OS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

WWW.PLATFORMCHINAPLP.MO

主辦單位: Entidades Organizadoras:

中華人民共和國商務部 Ministério do Comércio da República Popular da China 澳門特別政行區政府經濟財政司 Secretaria para a Economia e Finanças da RAEM

承辦單位:

Entidade Coordenadora:





ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

Modernização e maior credibilidade na função pública e nos tribunais

A pasta da Administração e Justiça conheceu nas últimas duas décadas mudanças legislativas no regime da Função Pública e a instituição de novos juízos no Tribunal Judicial de Base. Destaque ainda para a revisão da lei de bases da organização judiciária, que alargou o direito de recurso aos titulares dos principais cargos. O futuro da tutela passa pela maior implementação do sistema de Governo Electrónico

ever e modernizar. Estas palavras podem descrever as últimas duas décadas da área da Administração e Justiça, que teve, durante dois mandatos, Florinda Chan como secretária, que foi substituída, em 2014, por Sónia Chan, que estava no Gabinete de Protecção de Dados Pessoais (GPDP). Nas últimas duas décadas a área da justiça passou por várias alterações, não só ao nível da lei que estrutura o funcionamento dos tribunais como pelos tribunais em si, com o estabelecimento de novos juízos criminais, a fim de dar resposta ao desenvolvimento da sociedade.

Na área da Administração Pública, o regime jurídico da função pública também foi alvo de várias mudanças, não só ao nível das carreiras como do próprio estatuto dos funcionários públicos. Outra das apostas feitas passou pela implementação progressiva do Governo Electrónico.

O objectivo da modernização da máquina administrativa esteve sempre presente na agenda do Governo. Nas Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2001, Edmund Ho Hau Wah, então Chefe do Executivo, chamava a atenção para a necessidade de ter um "Governo com uma capacidade governativa estável", algo que "depende, por sua vez, da estabilidade moral dos trabalhadores da Administração Pública". Nos primeiros anos da era RAEM, o Executivo concluía que existiam "tendências positivas na cultura de serviço dos trabalhadores da Administração Pública". "Entendemos que a institucionalização de uma Administração Públi-

ca moderna que ofereça efectivamente serviços de qualidade à população depende de uma reforma profunda da máquina administrativa e da existência de trabalhadores da Administração Pública eficientes e empenhados", apontavam ainda as LAG para o ano de 2001.

Já nas LAG para 2019, Chui Sai On frisava a necessidade de reorganizar funções e estruturas públicas, aperfeiçoar o regime da função pública, rever as normas sobre a responsabilização administrativa do pessoal de direcção e chefia, além de promover o amor pela Pátria e por Macau. No domínio da Justiça, a intenção é a de continuar a aperfeiçoar a coordenação centralizada da produção legislativa e impulsionar os projectos legislativos prioritários, entre eles, o regime de mediação civil e comercial e o aperfeicoamento das leis fundamentais como o Código de Processo Civil, o Código Penal e o Código do Procedimento Administrativo. O Executivo também promete reforcar a cooperação judiciária com os países situados ao longo do percurso "Uma Faixa, Uma Rota" e os países lusófonos, aprofundar a cooperação no âmbito de serviços jurídicos e na área judiciária entre Guangdong, Hong Kong e Macau, criando um ambiente de governação segundo a lei para efeitos da integração da RAEM no desenvolvimento nacional e da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

Em nome dos funcionários públicos

A vontade de reformar a máquina administrativa

foi sempre uma peça-chave na estratégia política, tendo sido criado, em 2007, o Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública. Dez anos depois, em 2017, foi criada a Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública. Foi também neste ano que foi revisto o Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos, que havia sido implementado em 2009.

No mandato de Florinda Chan, no ano de 2006, foi instituído o Regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos considerado, à época, pelos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP), como sendo "um trabalho inovador muito importante para a reforma do sistema da função pública e para o impulsionamento reformista de outros regimes da função pública".

Este regime ofereceu "uma maior flexibilidade e uma oportunidade para mais de 6000 trabalhadores que estavam desprovidos de qualquer regime de aposentação". A partir do dia 1 de Janeiro de 2007, todos os trabalhadores da função pública passaram a beneficiar de uma garantia para a aposentação, através de regimes que se foram uniformizando no âmbito de aposentação e desvinculação.

Dois anos depois, foram estabelecidas as disposicões fundamentais do estatuto do pessoal de direcção e de chefia, cuja revisão está actualmente a ser estudada pelo Governo. Kou Peng Kuan, actual director do SAFP, admitiu que o organismo "irá proceder a estudos sobre a revisão do Regime de gestão do pessoal de direcção e chefia, comparando-o com os modelos de gestão de quadros superiores de administração de outros países e regiões". Uma vez que o diploma celebra dez anos de existência, "afigura-se uma necessária adaptação das exigências quanto às capacidades do pessoal de direcção e chefia como ao desenvolvimento da sua carreira profissional, para fazer face ao desenvolvimento social", adiantou Kou Peng Kuan. Em articulação com a reforma geral do regime de avaliação de desempenho, serão especificados os factores e critérios de avaliação, exigências e aperfeiçoados os requisitos de selecção e contratação.

Novas direcções de serviços

Além de promover uma reestruturação das leis que regulam o funcionalismo público, os mandatos de Florinda e Sónia Chan ficaram marcados pela reestruturação das direcções de serviço. Em Janeiro de 2011, ainda Florinda Chan estava no cargo, foi instituída a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, resultante da fusão do Gabinete para a Reforma Jurídica com o Gabinete para os Assuntos do Direito Internacional. O objectivo desta medida prendia-se com a "criação de um organismo responsável pela coordenação central da

reforma jurídica, no sentido de intensificar a coordenação e a articulação das acções no âmbito da reforma jurídica".

No entanto essa direcção de serviços foi extinta em 2015 e as suas atribuições e competências passaram a ficar a cargo da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ), que já existia desde 2000. Presentemente a DSAJ tem como responsabilidade o estudo e apoio técnico no âmbito da política de justiça em geral, a centralização da coordenação jurídica, a execução das políticas de produção legislativa, a tradução jurídica, os assuntos do direito internacional e a área dos registos e notariado, entre outras atribuições e competências.

Além disso, o Fundo de Pensões foi transferido da área da Economia e Finanças para a área da Administração e Justiça, enquanto o Fundo de Segurança Social passou da área da Economia e Finanças para a área dos Assuntos Sociais e Cultura. Foram também criados, com "vista a acompanhar o desenvolvimento social e aperfeiçoar o seu funcionamento", o Gabinete do Porta-voz do Governo, o Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da RAEM e o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, entre outros.

Ainda dentro da alçada do Chefe do Executivo, foi criada a Direcção dos Serviços de Estudo de Políticas e Desenvolvimento Regional, que tem como funções "apresentar teorias científicas e prestar apoio em termos de informações para a tomada de decisões pelo Chefe do Executivo e para as acções governativas do Governo, bem como sobre o papel, cooperação e desenvolvimento da RAEM nas estratégias nacionais", entre outras.

Na área do ensino superior, o Governo instituiu mais recentemente a Direcção dos Serviços do Ensino Superior, que veio substituir o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior.

Em Março deste ano, Chui Sai On e Sónia Chan inauguraram o Centro de Serviços da RAEM das Ilhas



Esta nova direcção de serviços tem como objectivo "estudar, propor e promover as políticas públicas para o ensino superior da RAEM e as medidas do regime do ensino superior, bem como avaliar os resultados da respectiva execução", e também "conceber e propor estratégias para o desenvolvimento e internacionalização do ensino superior da RAEM, através de acções de planeamento e de estudos sobre a modernização e diversificação do ensino superior, tendo em conta a sua inserção no contexto local, regional e internacional", entre outros objectivos.

A aposta no Governo Electrónico

Desde o estabelecimento da RAEM, o Governo tem vindo a atribuir maior importância à implementacão do Governo Electrónico. Além da realização de estudos de viabilidade, têm sido apresentados anualmente projectos estratégicos para a sua implementação nas LAG. No início de 2001, foi criado o Grupo de Trabalho para o Governo Electrónico para dirigir e coordenar a informatização da Administração Pública. No fim desse ano, o SAFP lançou o "Relatório de Estudo sobre as Estratégias do Governo Electrónico da RAEM", onde foram apresentadas as metas a atingir com a sua implementação, nomeadamente, a redução dos custos de funcionamento da Administração Pública, a elevação da sua eficiência e a melhoria da qualidade e eficácia dos serviços públicos, tendo ainda sido definida a estratégia e os planos de desenvolvimento para os três anos seguintes.

Entre 2005 a 2015, o SAFP apresentou um conjunto de planos, definindo os trabalhos a serem levados a cabo no âmbito da implementação do Governo Electrónico. De 2001 até 2016, o SAFP elaborou um total de quatro planos para a implementação do Governo Electrónico.

O serviço "ePass", que foi lançado em Novembro de 2009 pelo SAFP, permite aos cidadãos acederem, através de uma conta criada para o efeito, a vários serviços públicos online. Em 2012 o SAFP efectuou uma revisão do sistema de "ePass" por forma a promover a criação de um mecanismo de identificação unificado.

O serviço "ePass", que foi lançado em Novembro de 2009 pelo SAFP, permite aos cidadãos acederem, através de uma conta criada para o efeito, a vários serviços públicos online



O Governo elaborou ainda o "Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015-2019", tendo por base a revisão integral do estado do desenvolvimento do Governo Electrónico na RAEM, a análise da tendência mundial do desenvolvimento do mesmo, bem como a experiência de outros países e consultas realizadas junto dos diversos serviços públicos. Em 2019, o SAFP esteve a aperfeiçoar os diversos trabalhos do Planeamento Geral, bem como avançar com uma avaliação da execução do mesmo. Está também a ser elaborado o próximo plano de desenvolvimento do Governo Electrónico.

Os objectivos que o Governo quer atingir na próxima fase deste projecto prendem-se com a promocão da informatização dos servicos públicos tendo em conta as suas necessidades, bem como a promoção de um serviço público personalizado através da criação de uma conta e modelo de assinatura únicos. De acordo com o Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015-2019, serão prosseguidos os diversos trabalhos definidos no Planeamento Geral. Sob a fiscalização e o acompanhamento dos respectivos mecanismos de coordenação, foram concluídos a maior parte dos trabalhos de 40 projectos definidos no Planeamento Geral do Governo Electrónico, até finais de 2018, a taxa de execução dos projectos atingiu 80 por cento, e em 2019 continuará a realizar os projectos não concluídos.

Além disso, implementou-se a electronização para a renovação de licenciamentos de restauração em finais de 2018, o que permite aos cidadãos apresentarem, através de um computador ou telemóvel, o pedido de renovação, a entrega de documentos e o pagamento de taxas e ainda imprimir as licenças renovadas nos quiosques do "Guia da Cidade" do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM).

Colaboração interdepartamental

A reforma da máquina administrativa da RAEM tem também colocado uma tónica especial na cooperação entre diferentes departamentos públicos em prol da mesma causa. No "Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM (2015-2019)", o Executivo diz estar também focado no "melhoramento do mecanismo de colaboração interdepartamental", de forma a que "sejam promovidos o diálogo e a colaboração" para "elevar a eficiência administrativa". Para tal, foi criado um grupo de trabalho em cada serviço público que garanta a coordenação e execução das tarefas, conjugando com o funcionamento do mecanismo da cooperação interdepartamental. O grupo de trabalho é ainda responsável pela promoção da optimização e electroniza-

ção dos procedimentos de trabalhos dos serviços públicos, como a gestão interna e os serviços externos, impulsionando em conjunto a cooperação interdepartamental e a optimização da gestão interna. Um dos grandes objectivos da cooperação entre departamentos é evitar a repetição do uso de recursos - tanto humanos como tecnológicos - para a mesma finalidade. Tal meta só poderá ser cumprida, segundo o documento oficial, com o bom desenvolvimento do "Governo Electrónico", que torna possível o desenvolvimento de uma plataforma de uso comum entre diferentes sectores da Administração Pública. "Para se criar condições para disponibilizar serviços de qualidade aos cidadãos, no futuro, será utilizado o mecanismo de coordenação e colaboração para impulsionar a elaboração de regulamentação sobre a optimização dos procedimentos das actividades próprias dos serviços públicos, os trabalhos de electronização e respectiva execução. O SAFP, tendo em conta os serviços interdepartamentais, irá coordenar e apoiar a perspectiva optimização dos procedimentos e os trabalhos de electronização. bem como vai proporcionar ferramentas de electronização para os procedimentos interdepartamentais e a interconexão de documentos", refere o "Planeamento Geral do Governo Electrónico da RAEM (2015-2019)".

Na apresentação das LAG 2019 na área da Administração e Justiça, a secretária Sónia Chan referiu que, até ao final de 2018, 55 serviços interdepartamentais já estavam aperfeiçoados. A prioridade para o ano que agora finda era a revisão do regulamento administrativo que regula o regime de licenciamento de estabelecimentos de comidas e bebidas, que prevê a criação de uma comissão conjunta e permanente para a apreciação de pedidos, por forma a acelerar o tempo para a emissão de licenciamento. Para 2019, a promessa era a de optimizar 75 procedimentos interdepartamentais de prestação de serviços, sendo um deles o "Serviço de Balcão Único", que tem sido gradualmente disponibilizado à população.

Cidade Inteligente à vista

No Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020), publicados pelo Governo em 2016 e no Relatório das Linhas de Acção Governativa do Governo dos últimos anos, foram apresentadas expressamente as exigências sobre a construção de Macau como cidade inteligente. Para concretizar os referidos trabalhos, o Governo da RAEM criou o "Grupo Especializado para Desenvolvimento da Cidade Inteligente", subordinado à Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, de forma a coordenar e promover os trabalhos rela-

cionados à cidade inteligente desenvolvidos dentro do Governo, e a "Comissão Especializada da Cidade Inteligente", subordinada ao Conselho de Ciência e Tecnologia, para promover a investigação académica, o desenvolvimento das indústrias e a divulgação social, entre outros trabalhos relevantes.

Em Agosto de 2017, o Governo celebrou o "Acordo-Quadro para a Cooperação Estratégica na Área da Construção de uma Cidade Inteligente" com o Grupo Alibaba, no intuito de impulsionar o estabelecimento do centro de computação em nuvem exclusivo do Governo e os projectos relativos à aplicação das tecnologias de megadados, acelerando assim o

O Executivo tem vindo a atribuir maior importância à implementação do Governo Electrónico





ritmo de desenvolvimento das infra-estruturas de Macau como cidade inteligente.

De acordo com o plano definido, será construído um centro provisório de computação em nuvem no Centro de Serviços da RAEM na Areia Preta, cujas obras ficaram concluídas em Setembro de 2018.

Na primeira fase do projecto seis domínios foram assinalados como prioritários: promoção do turismo, formação de talentos, gestão do trânsito, serviços de assistência médica, gestão integrada urbana e prestação de serviços urbanos integrados e tecnologia financeira.

Foram seleccionados dados de licenciamento dos estabelecimentos de restauração, trabalhadores domésticos, obtenção de senhas e marcação para serviços no centro de computação em nuvem organizando progressivamente os dados do Governo.

A segunda etapa compreende o aperfeiçoamento do centro de computação em nuvem e da plataforma de megadados, abrangendo outras áreas como a introdução de novos carros eléctricos, a eficiência energética e a construção de postos fronteiriços electrónicos, através da tecnologia de reconhecimento facial.

Paralelamente, as obras de construção do centro oficial de computação em nuvem no edifício do Terminal de Pac On já foram iniciadas.

Este ano cerca de 20 serviços públicos têm sido prestados de forma totalmente electrónica, nomeadamente no que diz respeito à segurança social, à divulgação jurídica, aos trabalhadores e à prestação de serviços. De 2016 até ao fim de 2019, estima-se que cerca de 90 serviços estejam a funcionar de forma totalmente electronizada.

Segundo o relatório das LAG para 2019, o Executivo tenciona promover, de forma gradual, a abertura de dados do Governo, bem como lançar o "Serviço de Balcão Único", ou seja, um único balcão onde seja possível tratar, de uma só vez, de vários pedidos ligados a documentos pessoais, encurtando assim o tempo de espera. Depois de uma visita ao "Serviço de Balcão Único", na Direcção dos Serviços de Identificação (DSI), em Novembro do ano passado, a secretária Sónia Chan disse estar bastante satisfeita com a implementação e o funcionamento do modelo, já que este "não só permite maior conveniência aos cidadãos, mas também melhora a qualidade dos serviços e aumenta a eficácia da DSI".

A reforma política e o novo IAM

Na fase final do mandato da secretária Florinda Chan, a Assembleia Legislativa (AL) viu ser alterada, em 2012, a proposta de lei eleitoral da AL e do Chefe do Executivo, que permitiu aumentar a composição do hemiciclo com mais dois deputados eleitos pela via directa e dois pela via indirecta. No que diz respeito ao Chefe do Executivo, este passou a ser eleito, a partir de 2014, por uma Comissão Eleitoral de 400 pessoas, mais 100 face ao período anterior do desenvolvimento do sistema político. A re-

O próximo passo é a informatização dos serviços públicos e a promoção de um atendimento personalizado



forma política, que ocorreu depois de um período de consulta pública, não previu o aumento do número de deputados nomeados.

O caminho começou a traçar-se em Novembro de 2011, quando o vice-secretário-geral do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional (APN) afirmou que seriam dadas, no final desse ano, as orientações para se avançar com uma reforma política.

Florinda Chan disse que o principal objectivo era "auscultar a sociedade de forma alargada" com o objetivo de se "concluírem todos os trabalhos" para que a reforma fosse implementada nas eleições legislativas de 2013 e do Chefe do Executivo, em 2014, algo que aconteceu.

A primeira AL, com mandato até ao dia 15 de Outubro de 2001, era composta por 23 membros, oito dos quais eleitos por sufrágio directo, oito por sufrágio indirecto e sete nomeados pelo Chefe do Executivo. A segunda AL, constituída depois das eleições de Setembro do mesmo ano, era composta por 27 membros, dez dos quais eleitos por sufrágio directo, dez por sufrágio indirecto e sete nomeados pelo Chefe do Executivo, com mandato até ao ano de 2005. A terceira e quarta AL foram compostas por 29 membros, 12 eleitos por sufrágio directo, 10 por sufrágio indirecto e sete nomeados pelo Chefe do Executivo. A quinta e posteriores AL foram compostas por 33 membros, 14 eleitos por sufrágio directo, 12 por sufrágio indirecto e sete nomeados pelo Chefe do Executivo.

Segundo a Lei Básica, o território goza de poder legislativo, sendo a AL o organismo protagonista desse poder. No âmbito da auto-administração, a RAEM exerce por si própria todos os assuntos relacionados com a legislação, o que constitui importante demonstração e garantia do seu alto grau de autonomia. O poder legislativo da RAEM é exercido exclusivamente pela AL sem que mais algum dos outros órgãos ou entidades gozem do mesmo poder. Além do exercício da competência legislativa de acordo com a lei, a AL exerce ainda poderes de fiscalização e outras competências conforme o estipulado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa.

No tocante ao aprofundamento da reforma institucional, foi aprovada, em 2018, a criação do Instituto para os Assuntos Municipais (IAM), com vista à constituição do órgão municipal sem poder político previsto na Lei Básica, tendo sido feita uma "transição suave" das funções e do pessoal do extinto Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), criado em 2001.

O novo órgão municipal é constituído por dois conselhos, nomeados pela tutela do Chefe do Executi-

vo, um de administração, com um máximo de oito membros, e um consultivo, com não mais de 25. O estabelecimento do IAM levou ainda à transferência de algumas funções e competências para Instituto Cultural e Instituto do Desporto.

A reforma dos tribunais

Depois de vários estudos, o Governo procedeu em 2018 à revisão da Lei de bases da organização judiciária, que alargou as possibilidades de recurso dos titulares dos principais cargos, cujos processos deixam de ser julgados no Tribunal de Última Instância (TUI) para serem julgados no Tribunal de Segunda Instância (TSI).

Outra das mudanças trazidas pela revisão deste diploma, implementado em 1999, prende-se com o facto de apenas juízes com cidadania chinesa poderem julgar casos relacionados com segurança do Estado chinês. "Os juízes competentes para julgar estes processos sejam previamente designados pelo Conselho dos Magistrados Judiciais, entre juízes de nomeação definitiva e que sejam cidadãos chineses", aponta a lei.

Entre outras mudanças destacam-se também as alterações no quadro dos magistrados e no regime de acumulação de funções, tendo ficado prevista a colocação de "juízes dos tribunais de primeira instância num outro juízo ou tribunal de primeira instância, com vista a uma gestão mais eficaz do volume de trabalho".

Os tribunais da RAEM exercem com independência a função judicial, sendo livres de qualquer interferência e estando apenas sujeitos à lei. A RAEM dispõe de Tribunais de Primeira Instância, de um Tribunal de Segunda Instância e de um Tribunal de Última Instância, a quem compete o poder de julgar em última instância na Região. A RAEM dispõe de um Tribunal Administrativo que tem jurisdição sobre as acções administrativas e fiscais.

Os juízes dos tribunais das diferentes instâncias da RAEM são nomeados pelo Chefe do Executivo, sob proposta de uma comissão independente constituída por juízes, advogados e personalidades locais de renome. Os presidentes dos tribunais das diferentes instâncias da RAEM são nomeados de entre os juízes pelo Chefe do Executivo. O Presidente do Tribunal de Última Instância deve ser cidadão chinês de entre os residentes permanentes da RAEM.

Ainda nesta área há a registar a entrada em funcionamento do novo edifício do Tribunal Judicial de Base, em 2017, situado junto ao Lago Sai Van.

Novos Códigos

Depois de vários anos em vigor, o Governo decidiu proceder a uma revisão gradual dos cinco principais



Códigos que vigoram na RAEM. O Código do Processo Penal foi revisto em 2012, seguindo-se o Código Penal (CP), em 2018, mas apenas ao nível dos crimes de índole sexual.

O diploma prevê o alargamento da abrangência dos crimes de violação e introduz três novos crimes de cariz sexual: a importunação sexual, o recurso à prostituição de menores e a pornografia de menores. Com a revisão, há penas agravadas, nomeadamente a aplicada ao crime de abuso de menores, que pode ir até aos oito anos de prisão.

Contudo, o CP vai novamente ser alterado no que diz respeito às disposições sobre crimes cometidos por pessoas colectivas, sejam associações ou empresas. O objectivo desta revisão é, por um lado, uniformizar todos os critérios e conceitosrelativos aos crimes cometidos por pessoas colectivas e incluí-los no CP, uma vez que apenas existem 21 leis avulsas sobre a matéria.

A proposta que está em consulta pública prevê não apenas determinar o âmbito dos crimes que podem ser cometidos por pessoas colectivas, mas também deixar claro, no CP, que "os associados das associações sem personalidade jurídica têm de assumir uma responsabilidade solidária em relação às multas aplicadas às associações pelo cometimento de crime".

Além disso, foram desenvolvidos diversos projectos legislativos prioritários, tal como a "Lei de bases de gestão das áreas marítimas" aprovada na especialidade, em Julho de 2018. Este diploma surgiu depois do Conselho de Estado da China ter aprovado um novo mapa da divisão administrativa de Macau que determinou que o território passava a ter sob sua jurisdição 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas.

Esta medida foi considerada pelo Governo como sendo uma contribuição "para que a RAEM implemente de forma plena e correcta a política de 'um país, dois sistemas'", permitindo "uma implementação efectiva da governação de Macau à luz da lei" e uma "clarificação das questões jurisdicionais dentro da área agora atribuída". •

URBANISMO

Novas áreas, novas políticas

Em 20 anos de existência, a RAEM alterou quase por completo a política de gestão de terrenos graças à implementação, em 2013, de uma nova Lei de Terras. Por outro lado, além do Governo ter recuperado muitos terrenos de concessão privada, promoveu-se a dinamização dos transportes públicos

apidez é o termo certo a usar quando se fala da evolução que a área do urbanismo registou nos últimos anos em Macau. Em duas décadas, o Executivo criou e alterou leis, recuperou terrenos outrora concessionados a privados e que não os desenvolveram em tempo útil e modificou políticas de transportes. Pelo meio, a RAEM recebeu do Governo Central a gestão de 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas, uma medida que veio beneficiar o desenvolvimento do futuro da RAEM.

Primeiro, os terrenos. Num território de cerca de 30 quilómetros quadrados onde o espaço é escasso e a população cresce a cada ano, era fundamental adoptar uma nova política de gestão das terras públicas em prol da população. O Governo compreendeu isso e reviu, em 2013, a Lei de Terras, que vigorava há já 30 anos. De acordo com a Lei Básica da RAEM, "os solos e os recursos naturais em Macau são propriedade do Estado", pelo que o diploma adopta este princípio.

A nova Lei de Terras define em termos mais precisos a obrigatoriedade de concurso público para a concessão de terrenos. Esta lei elenca os casos excepcionais em que esse concurso pode ser dispensado, nomeadamente em situações em que a concessão "se funde no interesse público favoreça o desenvolvimento da sociedade da RAEM", de que é exemplo quando a concessão "se destine à construção de edificio cuja finalidade dominante seja a de habitação e afecto exclusivamente à utilização dos trabalhadores, no activo ou aposentados, da Administração Pública da RAEM".

Com a revisão da Lei de Terras, o prazo de concessão de terrenos por arrendamento não pode exceder 25 anos, cada renovação não pode exceder 10 anos e requer o pagamento de uma "contribuição especial". A lei aprova um regime muito restritivo para a usucapião, dada a obrigatoriedade do registo. O diploma prevê ainda que o contrato de concessão possa ser revogado antes do seu termo ou por acordo das partes ou rescindido se a utilização do terreno se afastar dos fins para que foi concedido, se não for aproveitado no prazo fixado e por interesse público.

Dados oficiais divulgados pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DS-SOPT) em 2017, revelam que desde 2009 o Governo recuperou um total de 63 terrenos ilegalmente ocupados, com uma área global de cerca de 336 mil metros quadrados, o equivalente a mais de 30 campos de futebol. Muitos deles têm sido utilizados para a construção de infra-estruturas públicas, mas o Governo tem também a intenção de utilizar estes espaços em prol de novas habitações para a população. A fim de combater a ocupação ilegal de terrenos concessionados, o Governo criou, em Março de 2009, um grupo interdepartamental, que já levou a cabo inúmeras acções de despejo.

Áreas marítimas definidas

Além da preocupação em desenvolver terrenos que não cumpriram com o estipulado em tempo útil, o Governo tem vindo a trabalhar na elaboração do Plano Director de Macau, cuja concessão já foi atribuída, prevendo-se a sua conclusão nos próximos meses. Esta medida vem de encontro ao facto de Macau ter recebido a gestão de 85 quilómetros de áreas marítimas a partir do dia 20 de Dezembro de 2015.

Esta atribuição surgiu na sequência da aprovação pelo Conselho de Estado de um novo mapa da divisão administrativa do território. O Lam, chefe de Gabinete do Chefe do Executivo, referiu, de acordo com um comunicado oficial, que a gestão de 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas e a clari-

ficação da área terrestre da RAEM revestem-se de profundos significados, contribuindo "para que a RAEM implemente de forma plena e correcta a política de 'um país, dois sistemas", além de permitir "uma implementação efectiva da governação de Macau à luz da lei" e "clarificar questões jurisdicionais dentro da área agora definida".

O Lam adiantou também que as novas áreas marítimas "expandem substancialmente o espaço para desenvolvimento da RAEM e injectam uma nova dinâmica no desenvolvimento sustentável da diversificação adequada da economia e criam melhores condições para o aprofundamento e expansão da estreita cooperação entre a província de Guangdong e Macau", designadamente para a participação e apoio na construção da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", e, por fim, consolidam "bases para o aperfeiçoamento da qualidade de vida dos cidadãos".

Desde que recebeu a gestão destes 85 quilómetros quadrados de zonas marítimas, Macau tem vindo a adoptar um grande número de leis a fim de regulamentar esta matéria. Um dos diplomas aprovados, por exemplo, regula a passagem de embarcações e assuntos relativos ao pessoal de bordo.

A decisão do Conselho de Estado possibilitou a Macau ter mais área territorial através da construção de novos aterros. Sempre ficou definido, no entanto, por parte do Executivo que estes novos aterros serão destinados exclusivamente a projectos habitacionais públicos e privados, bem como à instalação de infra-estruturas públicas.

Nova cidade, novos aterros

Na sequência da aprovação de todo o plano de novos aterros urbanos pelo Governo Central em Dezembro de 2009, trabalhos preparatórios de aterro e estudos aprofundados têm vindo a ser desenvolvidos gradualmente pelo Governo nas diversas zonas urbanas. O plano urbanístico dos novos aterros, cuja área total é cerca de 350 hectares, divide-se em cinco zonas. A zona "A" localiza-se a leste da península de Macau, tem a maior área, com cerca de 138 hectares, e foi planeada para edificios comerciais e habitacionais, infra-estruturas sociais, parques à beira-mar, equipamentos públicos e terrenos para o desenvolvimento de indústrias diversificadas. A zona "B" localiza-se no sul da península de Macau, com uma área de 47 hectares, e será destinada a aproveitamento de infra-estruturas rodoviárias, turismo e lazer e parques e zonas verdes. As zonas "C" e "D" situam-se no lado norte da ilha da Taipa, com áreas respectivamente de 33 e 59 hectares, destinando-se principalmente a comércio e habitação. A zona "E" localiza-se no canto nordeste da Taipa, na



vizinhança do terminal marítimo da Taipa e do Aeroporto Internacional de Macau, com uma área de 73 hectares, planeada como sendo destinada principalmente a instalações públicas e comunitárias, infra-estruturas de transporte, comércio e habitação e solos de aproveitamento no desenvolvimento de indústrias diversificadas.

Em Janeiro de 2018, foram apresentadas no âmbito do Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) as novas directrizes para a zona A dos novos aterros. De acordo com informações divulgadas pela DSSOPT nesta reunião, já está a ser feito o planeamento de oito lotes de terreno na zona A dos novos aterros, onde os edifícios de habitação pública vão ocupar 31,7 por cento da área total. Além disso, o sistema de Metro Ligeiro deverá passar no local, estando também prevista a construção de uma aldeia escolar, que vai ocupar 15,6 por cento da área total, e vários espaços verdes, incluindo uma ciclovia à semelhança da que já existe à entrada da Taipa.

Já nas últimas Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2019, apresentadas por Chui Sai On em Novembro de 2018, se mostrava optimismo face ao projecto da zona A. "Com base no planeamento existente e no actual desenvolvimento urbano, procede-se ao planeamento pormenorizado das zonas A e E1, em articulação com as directivas do Governo em matéria de habitação pública. Encontra-se basicamente concluída a elaboração das plantas de condições urbanísticas das habitações públicas - fase I e instalações complementares da zona A e foram recolhidas as opiniões do CPU", pode ler-se no relatório.

Além da zona A dos novos aterros, também as restantes seguem o seu percurso de planeamento. O



1 Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco

A construção do Novo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco começou em 2001 é ficou concluída em 2003. Ésta infra-estrutura ficou com uma área total de 28 mil metros quadrados. Foi construído de raiz o edifício alfandegário de dois pisos, 11 vias de saída e de entrada para automóveis, e uma praça urbanizada exclusivamente para transeuntes. Sob a praça foram construídos túneis de circulação e um terminal de autocarros.

A construção da terceira travessia entre Macau e a Taipa começou em 2002 e ficou concluída em 2004. Foi a primeira ponte suspensa por cabos no território. Nos seus 2200 metros de comprimento, foram construídas seis vias de circulação (três em cada sentido). Em alturas em que é içado o sinal 8 de tufão, o tabuleiro inferior da ponte é aberto para a cir-

3 Centro de Psiquiatria do Carmo da Taipa

Este centro ocupa uma área total de 2540 metros quadrados e tem capacidade para 91 doentes. Presta serviços diurnos de internamento, consulta externa e tratamento, além de dispor da sala de tratamento funcional, gabinete e zonas de atendimento, lazer e administração.

4 Domo dos Jogos da Ásia Oriental

Foi construído de raiz para albergar os Jogos da Ásia Oriental, em 2005. Acolheu também os Jogos da Lusofonia e os Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, em 2007. O Domo dos Jogos da Ásia Oriental é a maior instalacão desportiva indoor do território, com capacidade para até 11 mil pessoas. Dispõe de três andares, um complexo multi-desportivo por uma área de 45 mil metros quadrados, dois pavilhões separados internamente e um centro de convenções de grandes dimensões.

5 Centro de Ciência de Macau

Inaugurado em 2011, o complexo ocupa uma área de 20 mil metros quadrados e visa promover a popularização e ensino da ciência entre os jovens, complementar o desenvolvimento turístico em Macau e fornecer uma plataforma regional para a educação da ciência, organização de convenções e exposições. Tem a forma de um cone, onde estão distribuídas 14 galerias de exposições interactivas. Conta ainda com um planetário e um centro de convenções.

6 Novo campus da Universidade de Macau e túnel subaquático

Foi no ano de 2014 que a Universidade de Macau ganhou uma nova casa em Hengqin. O actual campus da UM tem capacidade para receber mais alunos, docentes e infra-estruturas educativas, possuindo uma área total de 1,09 quilómetro quadrado e uma área de construção de 820 mil metros quadrados. O campus é 20 vezes maior do que o antigo complexo da Taipa, e pode acolher até 10 mil alunos, mais 4000 do que anteriormente. As autoridades de Macau procederam à construção de um túnel subaquático, sem controlo fronteiriço e acessível 24 horas por dia, que estabelece a ligação com o Cotai.

7 Complexo de Habitação Pública de Seac Pai Van

É o maior empreendimento habitacional construído pelo Governo de Macau, com mais de 9000 fracções residenciais. Foi inaugurado em 2013 e conta com um edifício de serviços públicos, onde se inclui um centro comercial, zonas de lazer, posto de saúde, uma biblioteca e um terminal de autocarros. A zona é ainda servida por restaurantes, supermercados e comércio geral.

8 Terminal Marítimo da Taipa

Entrou em funcionamento em 2017, tem 200 mil metros quadrados, capacidade para 400 mil passageiros por dia, 16 lugares de atracação, três cais multifuncionais e 127 canais de passagem fronteirica, além de heliportos.

9 Zona fronteiriça de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau

Abrange uma área de 71,6 hectares, e conta com um edifício de seis andares para inspecção alfandegária, dois parques de estacionamentos com mais de 6000 lugares para carros, rede rodoviária de acesso, túneis e viadutos. Foi oficialmente aberta em Outubro de 2018, na mesma altura da inauguração da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

10 Novo Mercado Abastecedor

O novo mercado abastecedor situa-se na zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau. A sua construção faz parte da primeira fase de construção do novo acesso fronteiriço Guangdong-Macau. Tem uma área de cerca de 6000 metros quadrados, onde estão um edifício de 11 andares, um parque de estacionamento de três pisos, lojas para comerciantes grossistas, estabelecimentos de comidas, armazém e armazém refrigerado, bem como escritórios e laboratórios.

11 Túnel de ligação Coloane-Ká-Hó

Concluido recentemente, o objectivo da construção visava facilitar o acesso, tanto dos residentes da povoação de Ká-Hó, como dos veículos em direcção do Terminal de Contentores do Porto de Ká-Hó, deixando assim de haver necessidade de contornarem a montanha para ter acesso à zona. Dessa forma, ficam interligadas a vila de Ká-Hó com a zona leste do Cotai.

mesmo relatório das LAG dá conta de que, no que diz respeito à zona B, destinada a ser uma Zona Administrativa e Judiciária, "estão a ser recolhidos e analisados os programas de projecto das entidades utilizadoras e, após a conclusão do cabimento orçamental dos serviços proponentes, conforme o disposto na Lei do Enquadramento Orçamental, a tutela dos Transportes e Obras Públicas dará início à obtenção de propostas para a concepção". Além disso, "encontra-se em curso a obtenção de propostas para a concepção da rede viária, bem como o estudo sobre a escolha do local para a construção do posto de subestação de electricidade". Prossegue-se também a concepção das zonas C e D dos novos aterros.

Renovar o que é velho

Nos últimos anos o Governo tem também levado a cabo inúmeros avanços no que diz respeito à renovação urbana das zonas mais antigas do território. A ideia começou a desenvolver-se em 2006, quando o então Chefe do Executivo Edmund Ho nomeou 47 personalidades para integrarem o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos da cidade, entretanto extinto. O Conselho tinha sido oficialmente instituído no ano precedente.

Este organismo, que funcionava sob tutela do secretário para os Transportes e Obras Públicas, tinha como missão, de acordo com o despacho publicado em Boletim Oficial (BO), "recolher opiniões dos diferentes sectores da sociedade, a avaliação e emissão de sugestões relativas ao reordenamento dos bairros antigos para servirem de referência ao Governo e entidades competentes".

A intervenção pública nas zonas antigas da cidade visa ainda "melhorar o ambiente comercial, aproveitar adequadamente os terrenos, elevar a imagem de Macau como cidade turística e promover o desenvolvimento harmonioso de todas as zonas urbanas".

Extinto o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, o Governo resolveu criar, em 2016, o Conselho da Renovação Urbana (CRU). De acordo com uma nota oficial do CRU, o estabelecimento do Conselho surgiu como resposta a um novo conceito adoptado pelo Governo da RAEM, "com base no equilíbrio entre o interesse público e os direitos e interesses dos particulares", a fim de "continuar a promover, de forma mais flexível e eficaz, a revitalização e renovação programadas para os bairros sociais no intuito de melhorar a qualidade de vida da população".

O CRU funciona como um "órgão consultivo que assessora o Governo na formulação da política de renovação urbana e a quem compete emitir pareceres, desenvolver estudos e formular propostas e re-

comendações sobre todos os assuntos respeitantes à renovação urbana".

A primeira reunião deste órgão aconteceu em Maio deste ano. Desde então, foi criada uma empresa com capitais públicos, a Macau Renovação Urbana, SA., presidida por Peter Lam e oficialmente instituída este ano. No mês de Junho, Peter Lam, em conferência de imprensa, referiu que a empresa tinha como objectivo principal "apressar os passos da renovação urbana" a fim de criar "um ambiente propício para a vida da população".

A empresa está responsável pela gestão da implementação do regime jurídico de habitação para alojamento temporário e de habitação para troca no âmbito da renovação urbana que visa dar resposta a quem reside em apartamentos localizados em velhos edifícios, com uma idade superior a 30 anos de idade. A ideia, de acordo com a nova lei, é que estas pessoas possam residir numa habitação temporária, construída pelo Executivo, enquanto aguardam pela conclusão das obras nos bairros antigos.

De acordo com os estatutos da empresa, publicados em BO, cabe à Macau Renovação Urbana SA "coordenar e promover todas as acções associadas à renovação urbana, designadamente a realização de operações de reabilitação e requalificação do espaço público, das infra-estruturas, dos equipamentos colectivos e dos edifícios nas áreas de intervenção delimitadas", entre outros objectivos.

As novas infra-estruturas

Na altura em que se assinalam os 20 anos de existência, a RAEM prepara-se também para inaugurar uma série de infra-estruturas. Algumas referem-se a melhorias ao que já existe, como é o caso das obras de melhoramento do Aeroporto Internacional de Macau, outras passam pela edificação de projectos de raiz que estão a ser preparados e estudados em parceria com o Governo Central.

O relatório das LAG para 2019 dá conta da aprovação, por parte do Governo Central, do estudo de viabilidade da quarta ponte entre a península de Macau e a Taipa. Em Março de 2018 o empreendimento foi aprovado e quatro meses depois os trabalhos de concepção ficaram concluídos. A nossa ligação entre Macau e a Taipa terá cerca de três quilómetros e ligará o lado leste da zona A dos novos aterros à zona El na Taipa.

No que diz respeito a uma quinta ligação entre as duas zonas, cujo projecto inicial prevê que a mesma seja feita por um túnel ao lado da Ponte Governador Nobre de Carvalho, O relatório de estudo de impacto ambiental foi submetido a diversas consultas públicas.

Uma das maiores obras edificadas na era da RAEM

foi inaugurada em 2017 e diz respeito ao novo terminal marítimo de passageiros da Taipa, que ocupa uma área de 200 mil metros quadrados e tem 16 lugares de atracação para embarcações rápidas, três canais multifuncionais e 127 canais de passagem fronteiriça, além de heliportos.

Já em relação ao Aeroporto Internacional de Macau, inaugurado em 1995, está a ser alvo de obras de expansão por forma a dar resposta a um cada vez maior número de passageiros. Em 2018, foi anunciado um concurso público para a ampliação do terminal de passageiros sul, a "fim de manter o desenvolvimento sustentável do aeroporto", explicou a Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau (CAM), em comunicado.

O mesmo comunicado dá conta de que o objectivo dessas obras passa "pelo aumento do espaço de terminal de passageiros, escritórios, área comercial, sala VIP e outras instalações, e construir três novas pontes de embarque". Com este projecto, a CAM espera que o aeroporto venha a ter capacidade para receber mais de dez milhões de passageiros por ano. Outro projecto de grande envergadura inaugurado nos últimos meses foi a Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau, integrado na nova Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, que foi oficialmente entregue à RAEM para utilização no dia 15 de Março de 2018.

O relatório das LAG para 2019 recorda também a conclusão das obras de construção das duas pontes de ligação entre a Zona A dos Novos Aterros, a Zona de Administração do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a Rotunda da Amizade (Pérola Oriental), na península de Macau.

No que diz respeito a evitar as cheias que todos os anos afectam a zona do Porto Interior, o Governo tem levado a cabo uma série de obras em parceria com as autoridades do Interior do País. Está a ser construída uma comporta na zona do Porto Interior, bem como de um murete nas zonas baixas.

O relatório das LAG para 2019 dá também conta do "aceleramento da construção da drenagem de águas pluviais e da estação elevatória de águas pluviais no Porto Interior". Além disso, "a fim de aliviar os problemas das inundações nas zonas baixas, iniciouse, em 2018, um conjunto de estudos relativos ao controlo de inundações e escoamento de água, que abrange as zonas do Porto Exterior, Fai Chi Kei até a Ilha Verde, lado oeste de Coloane e Praça de Ponte e Horta", aponta o mesmo documento.

O Governo pretende também "impulsionar o planeamento da prevenção de cheias e de drenagem da zona oeste de Coloane", bem como "reforçar a dragagem do lodo existente no leito do rio, fluir a dre-





nagem, valorizar a protecção, a limpeza e o ordenamento do sistema de drenagem".

Paralelamente, estão já na fase de planeamento ou em construção uma série de empreendimentos de grande envergadura, tais como o Novo Estabelecimento Prisional, o Edifício das Doenças Infecto-Contagiosas, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas ou o Novo Acesso Fronteiriço Guangdong – Macau.

A chegada do Metro Ligeiro

O ano de 2019 marca a chegada de um terceiro elemento no que aos transportes públicos diz respeito. A inauguração do segmento do Metro Ligeiro na Taipa veio trazer uma nova possibilidade de deslocação para residentes e turistas, estando a ser programada, de forma gradual, a extensão da linha do Metro Ligeiro para a península de Macau, Coloane e até os novos aterros.

O relatório das LAG para 2019 dá conta disso mesmo. "Foram concluídas, em 2018, as obras preliminares da Estação da Barra, que articulará as linhas da Taipa e da Península de Macau, seguindo-se posteriormente as obras de construção da estrutura principal. Por outro lado, encontram-se a ser promovidas, como planeado, as obras do Centro Modal de Transportes da Barra."

Além do Metro Ligeiro, o Governo tem vindo a promover a melhoria dos serviços de transportes públicos. Em relação aos autocarros, o serviço vinha sendo assegurado por três concessionárias – a Transmac, a Sociedade de Transportes Colectivos de Macau (TCM) e a Reolian –, sendo que, em 2014, a empresa pública "Macau Nova Era de Autocarros Públicos SA" assumiu todo o património da Reolian depois desta ter encerrado a sua actividade.

Em finais de Outubro deste ano, o secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, anunciou a renovação dos contratos entre o Governo e as operadoras por um período de 14 meses. Nas LAG para o ano de 2019, Chui Sai On declarou que "o Governo atribui a maior importância às expectativas prementes dos residentes em relação à melhoria do trânsito, pelo que este será objecto de uma administração e coordenação integrada a diferentes níveis e métodos". Nesse sentido, sempre foi implementada a política "primazia dos transportes públicos", tendo sido aperfeiçoada, por parte da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), a rede de autocarros, com a criação de novas rotas e o ajustamento de antigos percursos. Foi também levado a cabo um projecto de melhoria do terminal de autocarros das Portas do Cerco.

Relativamente aos táxis, a lei que regulamenta o sector foi revista este ano, tendo sido instituídas re-

gras mais apertadas para um melhor funcionamento deste meio de transporte. Em 2019 entraram ao serviço 100 táxis normais e 200 táxis especiais, tendo sido aberto um concurso público para 150 táxis normais, estando previsto um aumento do número de táxis em circulação para 2050 veículos.

Ambiente: o custo do plástico

Na área da protecção ambiental, a Assembleia Legislativa (AL) aprovou, em Agosto deste ano, a primeira lei de restrição do uso de sacos de plástico, impondo a cobrança de uma pataca por cada saco. Em pleno plenário, o secretário Raimundo do Rosário declarou que esta era apenas uma das muitas medidas a adoptar em prol do ambiente. "É um passo de iniciação", frisou.

O Governo tem vindo a adoptar uma série de medidas na área ambiental. Chui Sai On anunciou, nas LAG para 2019, o estabelecimento de um "mecanismo de tratamento integrado de fontes móveis de poluição" e uma tentativa de "melhoria do ambiente ecológico, através da sensibilização para a protecção ambiental e da implementação da medida de poluidor-pagador".

Além das medidas ao nível dos sacos de plástico, é objectivo do Governo a importação de "máquinas para a recolha de garrafas de plástico". Além disso, será acelerado o processo de "construção das infra-estruturas ecológicas", que passa pela implementação do "Plano Geral de Instalações de Tratamento de Águas Residuais de Macau".

É objectivo das autoridades, de acordo com o relatório das LAG de 2019, "melhorar as instalações, o funcionamento e a manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Península de Macau", além da conclusão, ainda este ano, da concepção da modernização da ETAR de Coloane. Para os próximos anos, o Governo pretende ainda "continuar a promover a utilização de veículos eléctricos", estando prevista a instalação de 200 pontos de carregamento em toda cidade, apontam as LAG para 2019. Outro projecto pensado na área ambiental prende-se com a construção de um aterro para resíduos de materiais de construção, que será objecto de concurso destinado ao sector de reciclagem local, e que terá um prazo de concessão inicial de 13 anos. A ideia é que este local "sirva de espaço de tratamento prévio dos três materiais de reciclagem, isto é papel, plástico e metal", sendo que uma área de 30 mil metros quadrados "será utilizada para a construção das instalações de tratamento centralizado de resíduos alimentares, destinadas ao tratamento de pelo menos 50 por cento dos resíduos alimentares produzidos diariamente", esclarece o mesmo relatório das LAG. M

DESPORTO

Entre as grandes competições e a prática diária

Sendo um território onde o Grande Prémio de Macau é a competição desportiva por excelência, Macau tem apostado nos últimos anos na organização de grandes eventos desportivos, como é o caso do Encontro de Mestres de Wushu ou as tradicionais Regatas Internacionais dos Barcos-Dragão. No dia-a-dia, também não faltam espaços e actividades onde a população pode adoptar um estilo de vida saudável, para além de apoios para quem deseja seguir o caminho do desporto de alta competição

> ara muitos, Macau é quase de imediato sinónimo do Grande Prémio de Macau (GPM), uma das maiores competições mundiais de Fórmula 3. É, de longe, o evento que mais receitas e movimento gera, sendo que, enquanto decorre a competição, todo o território acompanha de perto as corridas. No entanto, nas últimas duas décadas, Macau tem procurado diversificar as actividades desportivas que disponibiliza à população e aos visitantes. Caso disso é o Encontro dos Mestres de Wushu, que teve a sua primeira edição em 2016, sendo uma iniciativa organizada em conjunto pelo Instituto do Desporto (ID) e pela Associação Geral de Wushu de Macau, com a colaboração da Direcção dos Serviços de Turismo, do Instituto Cultural e do Fundo das Indústrias Culturais.

Aquando do estabelecimento deste evento, o presidente do ID, Pun Weng Kun, disse à imprensa que a "modalidade desportiva de wushu regista uma longa história de desenvolvimento em Macau", território onde decorreram "vários campeonatos e competições de wushu", o que se tornou numa "excelente base" para a realização anual do Encontro de Metres de Wushu.

Chan Weng Kit, presidente da direcção da Associação Geral de Wushu referiu, por sua vez, que, com o forte apoio do Governo da RAEM, regista-se um forte desenvolvimento da modalidade de wushu localmente, tornando-se numa das modalidades mais praticadas pelos cidadãos.

O mesmo responsável adiantou que, "nos últimos anos, os atletas de wushu de Macau conseguiram

GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS



Regatas Internacionais de Barcos-Dragão de Macau





Encontro de Mestres de Wushu



Macau (Golf) Open

alcançar excelentes resultados em vários eventos desportivos de grande dimensão, ocupando uma posição relevante no desenvolvimento de wushu de nível mundial". Para Chan Weng Kit, "a organização de presente iniciativa permite criar um grande evento multidesportivo de wushu com conteúdo enriquecido e uma marca inovadora para o desporto de wushu".

O Encontro de Mestres de Wushu realiza-se, por norma, em vários espaços desportivos e de lazer do território, como a Praça do Tap Seac, o Pavilhão Polidesportivo Tap Seac, o Largo do Senado, a Praça da Amizade e o Jardim de Iao Hon.

Outro exemplo de um evento que todos os anos atrai multidões para a zona do lago Nam Van, no Centro Náutico da Praia Grande, são as Regatas Internacionais dos Barcos-Dragão, estas já com uma longa tradição. A actividade era inicialmente organizada de forma voluntária por organizações não governamentais e não se realizava todos os anos de forma consecutiva. Desde 1979, esta actividade passou a ser promovida anualmente como uma regata internacional de barcos-dragão, para a qual equipas do Interior do País e de diferentes países e regiões têm sido convidadas a participar. Centenas de atletas de fora - sobretudo de países como Japão, EUA, Filipinas, Tailândia, Singapura, Coreia ou Austrália - juntam-se à vertente internacional da competição, enquanto que, a nível local, equipas organizadas pelos trabalhadores de organismos públicos e também de empresas privadas competem entre si. Sob a organização do ID e da Associação de Barcos--Dragão de Macau, este evento desportivo acontece na altura do solstício de Verão do calendário lunar, mais precisamente no quinto dia da quinta lua (o duplo cinco), o que geralmente calha entre os meses de Junho e Julho do calendário gregoriano. Em 2019, por exemplo, realizaram-se dez provas com várias categorias, com o objectivo de "intensificar o ambiente festivo", conforme disse o presidente do ID em nota de imprensa. Mas nem só de competição se fazem as regatas, uma vez que o Centro Náutico da Praia Grande se torna também num palco para exibições culturais e um desfile, com tendas para venda de produtos culturais e criativos, e tendas de gastronomia local. Para o ID, "este evento torna-se num festival de Macau, aliando a sinergia de elementos desportivos, turísticos e culturais, criando uma marca em Macau para actividade desportiva e turística".

Outro evento internacional a marcar o calendário local é a Liga das Nações de Voleibol Feminino da FIVB que substituiu, desde 2018, o Grande Prémio Mundial de Voleibol da FIVB. Trata-se de um torneio anual de voleibol à escala mundial organizado pela Federation Internationale de Volleyball (FIVB). As fases preliminares e final da Liga das Nações de Voleibol Feminino da FIVB tem lugar, anualmente, em 20 cidades do mundo.

Desde 1994 até 2018 Macau organizou um total de 22 edições do Grande Prémio Mundial de Voleibol da FIVB. De acordo com uma nota oficial, "os esforços da comissão organizadora foram amplamente reconhecidos pela FIVB e a competição foi bem recebida pela população local e turistas, ao longo de todos estes anos".

Hoje o evento é um dos mais importantes da cena desportiva local. Anualmente equipas de todo o mundo passam por Macau, sendo que a Liga das Nações de Voleibol Feminino da FIVB atrai também pessoas das várias comunidades que compõem a sociedade de Macau.

Destaque ainda, no leque dos eventos desportivos mais importantes do território, para a Maratona Internacional de Macau, que teve a sua primeira edição em 1981, com o patrocínio de empresas comerciais e o apoio das comunidades sociais.

A realização das primeiras edições da Maratona Internacional de Macau contou com o suporte de vários serviços públicos, até que em 1987, com a fundação da Associação de Atletismo de Macau e do ID, passou a ser organizada por estas duas entidades. Com a entrada de Macau na AIMS (Association of International Marathons & Road Races), em









1990, os percursos das provas a partir desse ano foram reconhecidos por esta mesma entidade internacional, estabelecendo-se uma nova forma organizativa, ou seja, a realização conjunta entre uma colectividade e um serviço público, atingindo um novo patamar na história da Maratona em Macau. A inauguração do Estádio de Macau, no ano de 1997, trouxe um novo fulgor à Maratona, uma vez que em 1998, passaram a realizar-se três provas, tal como a Maratona, Meia Maratona e Mini Maratona, aumentando o leque de ofertas e tornando o evento acessível para todos os indivíduos de diferentes escalões etários e capacidades físicas.

Grande Prémio de Diamante

Realizado pela primeira vez em Outubro de 1954 como uma corrida para amantes locais do desporto automóvel, o Grande Prémio de Macau veio a transformar-se naquele que muitos consideram a melhor prova em circuito urbano do mundo. É conhecido por ser o único evento de corridas de rua – num percurso total de 6,2 quilómetros – no qual participam motas e carros. Todos os anos, mais de 300 pilotos de carros e motos reúnem-se para o evento anual. Fazem-se corridas de Fórmula 3, WTCC e motociclismo entre outros.

Competição de Macau por excelência, cheia de histórias que são contadas e relembradas pelas comunidades portuguesa, macaense e chinesa, o Grande Prémio de Macau nunca alterou o seu tradicional percurso na Guia.

Em 2003, a Comissão Organizadora assinalou os 50 anos da competição com o Festival do Jubileu, que deu vida a Macau dia e noite durante todo o mês de Novembro. As comemorações incluíram o Festival Internacional de Fogo de Artifício, o Festival de Gastronomia e o Macau Fringe 2003. A juntar a tudo isto, máquinas de corrida do passado e presente estiveram expostas por toda a cidade, com os pilotos do Grande Prémio a surgirem em locais públicos e a terem encontros com a população.

Dez anos mais tarde, em 2013, para assinalar os 60 anos do Grande Prémio, a edição do Jubileu de Diamante reuniu mais de 350 concorrentes provenientes de 38 países e territórios –um aumento de 50 por cento face ao número do ano anterior. As corri-

O ano de 2012 marcou a presença da RAEM nos Jogos Paralimpicos de Londres graças à participação de dois atletas nas modalidades de esgrima e atletismo



das prolongaram-se por dois fins-de-semana, com a realização de seis provas no primeiro fim-de-semana e sete no segundo.

Em 2019 o programa do Grande Prémio de Macau integrou um total de seis corridas, tal como o Grande Prémio de Macau de F3, a Taça GT, a Corrida da Guia, o 53.º Grande Prémio de Motos, a Taça de Carros de Turismo e a Taça GT-Corrida da Grande Baía. Pun Weng Kun, presidente do ID, destacou o facto de "no ano passado, (Macau) ter acolhido três taças do mundo, o que demonstra o alto grau de confiança e reconhecimento da FIA [Federação Internacional do Automóvel]".

Em 2018, mais de 83 mil pessoas assistiram aos quatro dias do evento. O público tem-se cifrado, nos últimos anos, sempre acima dos 80 mil espectadores. Apesar do sucesso do Grande Prémio de Macau, o ID considera necessário proceder a uma "optimização de forma contínua das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio, com vista a elevar o nível geral da organização do evento, o nível das especificações e o impacto na sociedade, por forma a satisfazer às necessidades dos grandes eventos internacionais e, no futuro, continuar a alcançar o nível dos padrões internacionais".

A dar cartas na Ásia e na Lusofonia

Macau obteve, em 1996, o direito à organização da 4.ª edição dos Jogos da Ásia Oriental, que aconteceria entre Outubro e Novembro de 2005. Um ano mais tarde, Macau sediava também a primeira edição dos Jogos da Lusofonia.

Já na era RAEM, foi criado em Setembro de 2000 o Gabinete Coordenador dos Jogos da Ásia Oriental - Macau 2005, um organismo transdepartamental com a participação de funcionários do Instituto Cultural, da Direcção dos Serviços de Turismo, do Instituto do Desporto e do Comité Olímpico de Macau. A missão do Gabinete terminou em 31 de Dezembro de 2001, e no dia seguinte, estabeleceu-se a sociedade anónima da Comissão Organizadora de Macau da 4.ª edição dos Jogos da Ásia Oriental, especialmente responsável pelos diversos assuntos respeitantes à concepção, preparação, planificação, promoção e organização da competição. "Nova Era a Oriente" foi o slogan escolhido para o evento. O esquilo da Colina da Guia serviu de inspiração para a mascote "Pak Pak".

Foram realizadas competições em 17 modalidades distintas que decorreram em 13 recintos desportivos e resultaram na distribuição de 234 medalhas de ouro. Participaram nos Jogos dois mil atletas oriundos de nove países e territórios, nomeadamente, China, Macau-China, Coreia do Norte, Mongólia, Hong Kong-China, Taipé-China, Japão, Guam e Coreia do Sul.

 ∇

Já em Outubro de 2006, mais de mil atletas provenientes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, Índia (Goa) e Sri Lanka reuniram-se no território para os Jogos da Lusofonia. O evento contou com oito modalidades desportivas de alta competição: atletismo, basquetebol, futebol, futsal, taekwondo, ténis de mesa, voleibol e voleibol de praia.

Ainda, em 2007, foi realizado, em Macau, a segunda edição dos Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, que registou uma participação de 3000 atletas provenientes de mais 45 países e regiões asiáticos, que concorreram em 17 modalidades.

Segundo o ID, em resposta à MACAU, "à medida que a atmosfera desportiva se torna mais intensa, os eventos desportivos de Macau têm vindo a ser muito bem recebidos pela população e pelos turistas, ao longo dos anos". Neste sentido, "o Governo da RAEM espera que, através da realização de diversas actividades desportivas de grande envergadura, a população possa conhecer melhor as modalidades desportivas e ao mesmo tempo, permita à população assistir competições de alto nível, impulsionando o desenvolvimento do turismo desportivo de Macau".

As competições lá fora

O ano de 2012 marcou a presença da RAEM nos Jogos Paralímpicos de Londres graças à participação de dois atletas nas modalidades de esgrima e atletismo. A atleta Lao In I competiu na modalidade de esgrima em cadeira de rodas, enquanto que o jovem Tong Hio Sam participou nas provas de salto em comprimento e triplo salto.

Além desta competição, Macau tem-se destacado pela sua presença nos Jogos Asiáticos. Em 2018, o território obteve, pela primeira vez, uma medalha de ouro na modalidade de wushu, uma vez que o atleta Huang Junhua venceu a prova da categoria masculina da modalidade de nanquan e nangun.

A distinção foi reconhecida pelo Chefe do Executivo, Chui Sai On, que na altura congratulou o atleta publicamente: "A notável marca obtida por Huang Junhua, fruto de um treino intenso e de trabalho árduo, não só enche de orgulho a população de Macau no seu todo, como também revigora o moral da nossa delegação em Jacarta", disse, citado por uma nota oficial. Nesse ano, Macau fez-se representar por 109 atletas em 16 modalidades.

Destaque ainda para as vitórias da selecção de hóquei em patins, que em 2012 se sagrou, pela quinta vez consecutiva, como a campeã asiática, ao derrotar a Índia por 6-3. Nesse ano, a equipa já somava nove títulos asiáticos em 16 campeonatos disputados.

A fim de reconhecer o mérito a todos os atletas que trouxeram medalhas para Macau, o Governo da RAEM atribuiu, em 2014, medalhas com o título honorífico de valor a Paula Carion, atleta macaense da Federação de Karate-Do, que ganhou já várias medalhas na sua carreira, a última das quais de bronze nos Jogos Asiáticos de 2014. Nesse mesmo ano foi também atribuída uma medalha a Li Yi, atleta de wushu, que trouxe também já algumas medalhas para Macau conquistadas em competições internacionais.

Em 2019, Governo decidiu atribuir a medalha de mérito desportivo a Leong Chong Leng, vice-presidente da Associação Geral de Wushu.

Em resposta à MACAU, o ID adiantou que "ao longo das últimas décadas, graças ao forte impulso do Governo da RAEM, o desporto de Macau registou um grande desenvolvimento". No



Em 2006, mais de mil atletas reuniram-se no território para os Jogos da Lusofonia

que diz respeito ao desporto de alto rendimento, "o Governo da RAEM tem investido na formação dos atletas, no sentido de apoiar Macau na formação gradual de atletas com qualidade para participarem nas competições internacionais de desporto".

O ID destaca a presença do território nos Jogos Asiáticos de Cantão em 2010, em que se alcançou "um avanço sem precedentes ao ser conquistada a primeira medalha de ouro desde que Macau participa nos Jogos Asiáticos". No que diz respeito aos Jogos Asiáticos da Indonésia em 2018, "a delegação desportiva de Macau adicionou mais uma medalha de ouro e obteve o melhor resultado de sempre em Jogos Asiáticos", recorda ainda o ID.

Desporto para todos

O Governo da RAEM dedica-se também à promoção do desporto junto dos residentes, estimulando a participação em diversos tipos de actividades visando não só o fortalecimento da constituição física do indivíduo, como também a sensibiliza-



ção de todos para um modo de vida saudável, introduzindo o desporto no seu dia-a-dia.

No âmbito da política "Desporto para Todos", organizada pelo ID, foram promovidas, apenas em 2018, 21 actividades cujo número de participantes ultrapassou os 393 mil indivíduos. Entre as actividades disponíveis, para nomear apenas algumas, encontram-se aulas de yoga, natação, bowling, ténis, patinagem artística no gelo, artes marciais, dança, ginástica e taijiquan.

Além das competições locais, regionais e internacionais, o Governo da RAEM tem concedido inúmeros apoios aos jovens que tencionam seguir alguma modalidade, quer seja de forma profissional ou amadora. No que diz respeito ao desporto de competição, também no mesmo ano o ID patrocinou, através de apoio financeiro especial, as diversas associações desportivas na realização e na participação em 413 eventos, 162 actividades de treino e 57 conferências realizadas pelas respectivas confederações internacionais.

Em 2018, foram atribuídos prémios pecuniários a 65 atletas, a treinadores, a treinadores de jovens e às equipas técnicas de apoio a nove modalidades, pela conquista de excelentes resultados em nove eventos desportivos, sendo atribuídos certificados a 249 atletas, a treinadores, equipas técnicas de apoio oriundas de 20 associações desportivas.

Ainda no que diz respeito ao desporto de alta competição, o Centro de Medicina Desportiva acolheu,

em 2018, um total de indivíduos com lesões diversas, tendo participado em 50 concursos e actividades de assistência médica, em que proporcionou assistência na área de saúde a 547 pessoas.

Além destas medidas de apoio a quem quer fazer do desporto uma prática mais corrente no dia-a-dia, o ID também contribuiu, no ano de 2006, para a optimização e integração dos recursos desportivos, ao criar a Rede das Instalações Desportivas Públicas. O objectivo desse plano era "melhorar a condição física da população e criar o hábito regular da prática desportiva".

Diversas instalações desportivas estão localizadas em várias zonas do território de Macau e fornecem à população condições para a prática diária do desporto, constituindo as bases para a formação dos atletas de elite das associações desportivas, sendo, ao mesmo tempo, a plataforma para a organização dos grandes eventos desportivos.

Deste leque de infra-estruturas constam locais como o Pavilhão Polidesportivo Tap Seac, o Centro Desportivo da Vitória, o Centro Desportivo Tamagnini Barbosa, o Centro Desportivo do Colégio D. Bosco, o Centro Desportivo Lin Fong, o Centro Náutico da Praia Grande ou o Fórum de Macau, entre outros. Destague também para a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau, o Centro Internacional de Tiro, o Centro de Bowling, e, nas ilhas, para o Centro Náutico de Cheoc Van, o Centro Náutico de Hác-Sá, ou o Kartódromo de Coloane. Todas estas instalações desportivas são administradas pelo ID e podem ser usadas por toda a população. Macau possui ainda espaços no meio da natureza onde a população pode praticar desporto ao ar livre, tal como a existência de 13 trilhos com uma extensão total de 33 quilómetros.

No que a infra-estruturas diz respeito, o fecho do Canídromo, onde durante décadas aconteceram corridas de galgos sob aposta, trouxe uma nova fase ao espaço localizado no bairro do Fai Chi Kei. O terreno em causa, além de vir a albergar quatro escolas que, até então, se têm localizado em pódios de edifícios habitacionais, deverá dar lugar a novas estruturas desportivas em prol da comunidade, conforme foi anunciado nas Linhas de Acção Governativa para 2019.

Para o futuro, o ID referiu à MACAU querer fazer uma maior "articulação das políticas de reforma promovidas pelo Governo da RAEM, nomeadamente o acréscimo de elementos da Grande Baía nos eventos desportivos de grande envergadura e a criação de marcas das actividades com o tema 'Uma Faixa, Uma Rota'". Um exemplo é a integração da prova "Taça da Grande Baía" no Grande Prémio de Macau.

Coleccione Selos de Macau Collect Macao's Stamps















快分享到朋友圈 起關注澳門郵票!

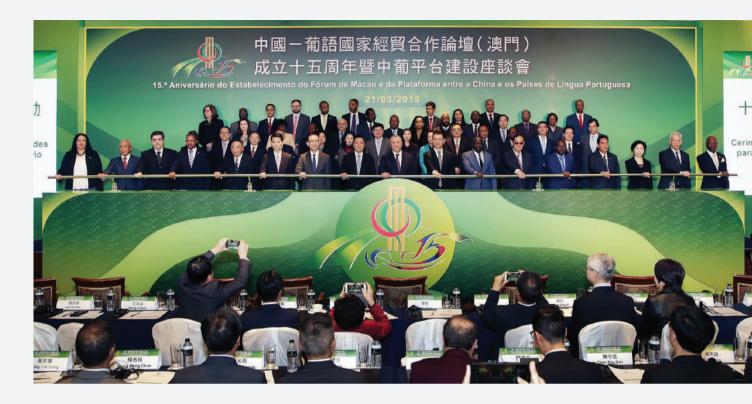
澳門議事亭前地 LARGO DO SENADO, MACAU

電郵 E-mail: philately@ctt.gov.mo

電話 Tel.: (853) 8396 8513, 2857 4491 傳真 Fax.: (853) 8396 8603, 2833 6603 網址 Website: http://philately.ctt.gov.mo







primeira vez que o tema da cooperação económica entre a China e os países de língua portuguesa foi abordado nas Linhas de Acção Governativa (LAG) já a RAEM contava com dois anos de existência. Foi nas LAG para o ano de 2003 que se destacou a intensificação das "relações estabelecidas com o Continente em termos de cooperação económica e comercial". Um ano antes, havia sido realizada a segunda reunião da Comissão de Ligação Comercial entre o Continente e a RAEM onde foram debatidos, entre outros assuntos, "a conquista conjunta dos mercados nos países de língua portuguesa". O ano de 2002 foi também aquele em que se realizaram, de forma progressiva, "os trabalhos preliminares com vista a tornar Macau numa plataforma de serviços comerciais para as zonas do Oeste da província de Guangdong e do Delta do Rio das Pérolas".

Anos depois, todas essas ideias políticas confluem num único nome: Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), instituído oficialmente em Outubro de 2003 como a ponte que iria aproximar a China aos países de língua oficial portuguesa. O organismo tem um secretariado permanente, reúne-se a nível ministerial a cada três anos e integra, além da secretária-geral e de três secretários-gerais adjuntos, oito delegados dos países de língua

portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe (desde março de 2017) e Timor-Leste. Macau tornava-se assim a plataforma de serviços que faltava para reduzir distâncias e desconhecimentos.

Cinco conferências ministeriais depois, e com cada vez mais metas atingidas e objectivos traçados, o Fórum de Macau prepara-se para ganhar uma nova casa, construída de raiz, a inaugurar no final deste ano. Para Xu Yingzhen, secretária-geral do organismo, o balanço dos 15 anos é bastante positivo, dado o crescimento exponencial das relações comerciais entre os países participantes. "As trocas comerciais e o investimento entre a China e os países de língua portuguesa têm-se intensificado. Se em 2002, antes do estabelecimento do Fórum, o valor global das trocas comerciais era de cerca de seis mil milhões de dólares norte-americanos, em 2018 foi de 147,3 mil milhões de dólares norte-americanos", indica a responsável.

Quanto ao "investimento directo da China nos países lusófonos passou de 56 milhões de dólares norte-americanos em 2003 para cerca de 5,7 mil milhões de dólares norte-americanos em 2016, sendo que o investimento total da China nestes países é de 50 mil milhões de dólares norte-americanos", acrescentou a responsável.

Além do projecto da nova sede, o Fórum de Macau

FÓRUM DE MACAU

A plataforma consolidada numa nova casa

É um dos grandes projectos pensados pelo Governo Central para Macau. O Fórum de Macau foi criado em 2003 e, depois de inúmeras conferências ministeriais, começa cada vez mais a estabelecer-se como uma importante entidade que faz a ponte comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Depois de, em 2017, o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento de Pequim ter sido transferido para a RAEM, o Fórum de Macau prepara-se para ter uma "casa" construída de raiz. No horizonte, estão os desafios da Grande Baía e da iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota"

ganhou novo fôlego quando, em 2017, o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa passou a funcionar em Macau, no centro de apoio empresarial do IPIM, mudando-se posteriormente para o novo complexo do Fórum. Chi Jianxin, presidente do Fundo, disse que a mudança da sede de operacionalização do Fundo financeiro, no valor de mil milhões de dólares norte-americanos, visava facilitar a divulgação e o contacto junto dos potenciais interessados. O secretário para a Economia e Finanças do Governo da RAEM, Lionel Leong, chegou a referir que esta mudança constituía uma "prenda" de Pequim e "um passo importante no reforço de Macau como 'plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa"".

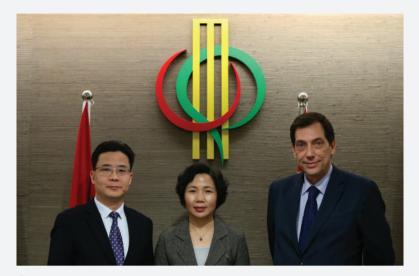
À MACAU o Fórum de Macau referiu que o Fundo já investiu 120 milhões de dólares norte-americanos em cinco projectos, quatro deles localizados em países lusófonos e um em Macau. A gestão do Fundo está a cabo do Banco de Desenvolvimento Chinês. "Até ao momento, o Fundo aprovou cinco projectos de investimento cujo montante ultrapassou os 120 milhões de dólares norte-americanos, nomeadamente em Moçambique, Angola e no Brasil. O Fundo tem actualmente mais de 20 projectos em avaliação de sectores como energia eléctrica, auto-

-estradas e portos, manufacturação, exploração de recursos, agricultura e finanças, os quais beneficiarão todos os países e regiões de língua portuguesa." A título de exemplo, a verba do referido Fundo já foi aplicada num projecto de energia solar em Minas Gerais, no Brasil. "Este projecto contou com investimento do Fundo e do parceiro económico com o intuito de construir uma central de energia solar com capacidade instalada de 190MW. Ao funcionar de forma estável, atingiu as receitas previstas para a retirada dos investimentos do Fundo", aponta o Fórum de Macau.

Ainda no Brasil, o Fundo tem vindo a ser aplicado no projecto da central hidroeléctrica JSM. "O Fundo e o parceiro adquiriram, em conjunto, a concessão de capital da nona maior central hidroeléctrica do Brasil, cuja capacidade instalada é de 1710MW.

6.ª CONFERÊNCIA EM 2020

A sexta conferência ministerial do Fórum de Macau, prevista para este ano, foi adiada para 2020, segundo decisão da comissão para o desenvolvimento da plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa, presidida pelo chefe do Executivo de Macau, Chui Sai On. O adiamento deu-se devido às celebrações do 20.º aniversário da RAEM e da eleição para o quinto mandato do cargo de Chefe do Executivo. O organismo reúne-se a nível ministerial a cada três anos, tendo o último encontro decorrido em Outubro de 2016.



Ding Tian, secretáriogeral adjunto indicado pela República Popular da China; Xu Yingzhen, secretáriageral, e Rodrigo Brum, secretário-geral adjunto indicado pelos países de língua portuguesa

Actualmente o projecto encontra-se em funcionamento e obteve receitas satisfatórias."

Em Angola, o montante tem sido aplicado num projecto de transmissão e distribuição de energia eléctrica e equipamentos de abastecimento de água, fruto de uma parceria que visa criar uma "linha de produção de postes com a capacidade produtiva de 20 mil postes/ano e uma linha de produção de tubo PE com a capacidade produtiva de 5000 toneladas/ano". A secretária-geral do Fórum de Macau assegura que "este projecto está em boas condições de operacionalidade".

No que diz respeito a Moçambique, o Fundo investiu, também em parceria, na construção de um "projecto industrial global de cultivo, transformação, armazenamento e venda dos cereais", que já completou o cultivo de dois mil hectares de cereais. O Fórum de Macau explica ainda que, este ano, o projecto levou a uma doação de 100 toneladas de arroz aos residentes locais para dar resposta à calamidade natural do ciclone Idai, em Março, o mais forte a assolar Moçambique desde 2008.

Além destes projectos específicos, tem vindo a ser desenvolvido o projecto de capital suplementar de nível 1 do Luso Internacional Banking Ltd. "Em Dezembro de 2018 foi criado em cooperação entre o Luso Internacional Banking Ltd. e o Fundo um projecto exclusivo de financiamento para a China e para os países de língua portuguesa, com vista a dar apoio a empresas de Macau para desenvolvimento de negócio com os países lusófonos, contribuindo assim para a construção de uma plataforma", foi referido pelo Fórum de Macau.

Quando a plataforma cultural surgiu

Olhando para a história do Fórum de Macau, Rita Santos, que ocupou o cargo de secretária-geral adjunta durante 12 anos, destaca "como o ponto mais alto" o momento em que foi decretado que Macau teria o papel de plataforma além das áreas comercial e económica.

"Na 3.ª Conferência Ministerial do Fórum Macau [realizada em Novembro de 2010] foi decidido pelos países participantes a realização anual da Semana Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o que permitiu o reconhecimento do importante papel das associações dos países de língua portuguesa, de Macau e outras associações chinesas de cariz cultural, bem como os delegados que trabalham no Secretariado Permanente para o intercâmbio cultural", apontou.

Rita Santos recorda ainda o facto de, na 4.ª Conferencia Ministerial, realizada em Novembro de 2013 e que contou com a presença do antigo primeiro-ministro Wen Jiabao, os países se terem feito representar ao mais alto nível, com figuras políticas de topo, algo que "deu ênfase a Macau".

Foi nessa Conferência Ministerial que se criou o Fundo de Cooperação do Fórum de Macau e ficou determinado que a RAEM funcionaria como um centro de distribuição de produtos dos países de língua portuguesa. Em Março de 2016, entraria em funcionamento o Centro de Exposição dos Pro-

MOMENTOS MAIS MARCANTES DO FÓRUM DE MACAU

2003

- Constituição do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), comummente designado por "Fórum de Macau"
- 1.ª Conferência Ministerial

2006

• 2.ª Conferência Ministerial

2008

- Criação da Semana Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa
- Nomeação de Zhao Chuang como secretário-geral pelo Governo Central

2009

 Nomeação de Chang Hexi como secretáriogeral pelo Governo Central

2010

• 3.ª Conferência Ministerial



O ano de 2018 ficou marcado pelas celebrações do 15.º aniversário da instituição do organismo

dutos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, tendo estado a promover com dinamismo os alimentos e as oportunidades de negócio provenientes dos países lusófonos. Como grandes resultados da 4.ª Conferência. Rita Santos destaca ainda a materialização de acordos bilaterais, tal como os acordos para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento. Na 5.ª Conferencia Ministerial, realizada em Outubro de 2016, já com Xu Yingzhen no cargo de secretária-geral do Fórum de Macau, o primeiro-ministro Li Keqiang anunciou 18 medidas a desempenhar pelo organismo em cinco áreas de destaque: cooperação da capacidade produtiva, cooperação para o desenvolvimento, cooperação humana e cultural, cooperação no domínio do mar e papel de Macau como plataforma. Para além do "Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva", foi assinado na 5.ª Conferência o "Plano de Accão para a Cooperação Económica e Comercial (2017-2019)" que tinha como principal referência a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", visando alargar as áreas e aumentar o nível de cooperação entre as partes. Desta forma, abriu-

-se "caminho para um novo modelo de cooperação económica e comercial", lê-se no anuário do Fórum Macau de 2018.

Rita Santos recorda o facto de, em 2016, a China ter anunciado o apoio à RAEM "na construção de uma base de formação de profissionais bilingues em chinês e português, o que tem incentivado muitos jovens chineses a estudar português em Macau e a fazerem a continuação dos seus cursos superiores em Portugal".

Um ano depois, em Abril de 2017, São Tomé e Príncipe aderia ao Fórum de Macau, depois de ter restabelecido laços com a República Popular da China.

Mais negócios em 2018

De acordo com o Anuário do Fórum Macau relativo a 2018, "o programa de actividades (proposto para esse ano) foi integralmente executado", destacando-se a realização, "com maior frequência, de visitas recíprocas de alto nível entre dirigentes da China e dos países de língua portuguesa". Destaque para a visita a Portugal protagonizada pelo Presidente Xi Jinping, e por Edmund Ho, primeiro e segundo mandato do Chefe do Executivo da RAEM e

2013

- 4.ª Conferência Ministerial
- Criação do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa
- Criação dos "Três Centros": Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e o Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

2015

 Lançamento do portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua PortuguesaPaíses de Língua Portuguesa, Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e o Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

2016

- 5.ª Conferência Ministerial
- Xu Yingzhen é nomeada pelo Governo Central como secretária-geral



actual vice-presidente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

O Anuário destaca ainda o facto de se ter verificado "um desenvolvimento estável no âmbito das relações económicas e comerciais entre a China e os
países de língua portuguesa". No total, as trocas
neste âmbito cifraram-se em 147,354 mil milhões de
dólares norte-americanos, registando um aumento homólogo de 25,31 por cento. As importações
da China dos países de língua portuguesa foram de
105,507 mil milhões de dólares norte-americanos,
um aumento de 30,24 por cento em comparação
com o período homólogo de 2017, enquanto que as
exportações da China para os países de língua portuguesa foram de 41,848 mil milhões de dólares
norte-americanos, um aumento de 14,40 por cento
face a igual período de 2017.

Só no ano passado, o Fórum de Macau participou e organizou um total de 88 actividades que registaram 7421 participantes, um número que duplicou face a 2017. O ano de 2018 ficou também marcado pelas celebrações do 15.º aniversário da instituição do organismo, não apenas com a realização de um seminário em Macau, em Março, como também com a organização de um evento em Pequim, intitulado "15.º aniversário do Estabelecimento do Fórum de Macau, Retrospectiva e Evolução Futura".

Cooperação mais ampla

Convidado a olhar para os últimos 15 anos de existência do Fórum Macau, o actual secretário-geral adjunto do Fórum de Macau em representação do Governo da RAEM, Casimiro Pinto, não tem dúvidas de que a realização de reuniões ministeriais a cada três anos constitui "o ponto alto" da actividade do Fórum de Macau. "As conferências têm sabido sucessivamente ampliar e especializar a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, acrescentando ao comércio e investimento muitas outras áreas, das infra-estruturas à saúde, das tecnologias à cultura e, claro, a importância da plata-

forma bilingue que a Macau representa. Parte importante da actividade aqui em Macau do Fórum, do seu Secretariado Permanente e do seu Gabinete de Apoio, prende-se precisamente com a preparação atempada e minuciosa destas grandes conferências."

Casimiro Pinto destaca o "esforço que o Fórum de Macau tem feito em termos de formação, comércio e, cada vez mais, intercâmbio transcultural, além de ser um mecanismo complementar às relações bilaterais".

Numa altura em que já está a ser planeada a próxima Conferência Ministerial, que se realiza em 2020 [ver caixa], Casimiro Pinto assume a necessidade do Fórum de Macau de responder ao desafio de ser "ainda mais activo, eficaz e, sobretudo, inteligente". "A inteligência significa inteligência comercial, especialização de serviços e mais entendimento transcultural, do bilinguismo à formação de recursos humanos", adiantou o secretário-geral adjunto, que olha para os grandes projectos políticos e económicos que a República Popular da China tem para o mundo e para Macau, tal como "Uma Faixa, Uma Rota" e a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

"Tratam-se de projectos de longa duração, complexos e desafiantes. Não se podem fazer com as ideias da economia tradicional ou do comércio do século passado, antes exigem mobilização de novas qualidades, serviços e soluções económicas muito inovadoras. O Fórum tem de trabalhar nestes desafios continuando a promover diálogo e cooperação entre a China e os países de língua portuguesa através da plataforma transcultural que é Macau", rematou.

Uma casa no lago Nam Van

Ao lado da Assembleia Legislativa de Macau está a nascer um edifício que vai ser a casa do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau). A construção do "Complexo de Plataforma de

Fonte: Fórum de Macau

2017

- Instalação do Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa na RAEM
- Entrada de São Tomé e Príncipe
- Início da construção do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa
- Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa Cabo Verde

2018

- Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Lisboa
- Assinatura de acordo de cooperação com a Universidade Cidade de Macau para a formação de quadros bilingues
- Realização do Seminário do 15.º aniversário do Estabelecimento do Fórum Macau e da Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em Macau

2019

 Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – São Tomé Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa", pensado pelo ateliê do arquitecto macaense Carlos Marreiros, decorre a bom ritmo e traz uma nova fase de desenvolvimento para uma entidade criada em Outubro de 2003.

Habituado a grandes projectos, Carlos Marreiros dá detalhes de uma iniciativa particularmente específica e exigente, mas que não deixa de ser um "projecto interessante". "Aquilo é gigantesco e tem valências que não são apenas salas de reuniões para grandes cimeiras, envolvendo todos os países de língua portuguesa, mas também zonas de exposição de produtos lusófonos e para reuniões mais gerais, que nem sempre implicam uma grande capacidade", adiantou à MACAU.

Carlos Marreiros não tem dúvidas de que a sede do Fórum Macau é uma iniciativa fundamental para a terra que o viu nascer. "É um bom projecto para o prosseguimento dessa política (relação entre a China e os países de língua portuguesa). Finalmente o Fórum Macau vai ter um edifício com todas as valências."

Ao elaborar o projecto, o arquitecto teve de cumprir inúmeras regras de protocolo. "O edificio vai ter uma sala que a liderança do Governo Central poderá utilizar para determinados plenários. Todo o edificio está preparado em termos de segurança, e tivemos o cuidado de dar resposta a todas as exigências de protocolo e segurança a nível nacional, e não apenas em Macau."

A futura sede do Fórum de Macau vai ainda ter uma sala de exposições que "mostra dados estatísticos e a evolução de Macau". "Em meia hora uma pessoa pode ter ideia do desenvolvimento do território nos últimos anos. É algo útil, didáctico e informativo", apontou.

Casimiro Pinto não tem dúvidas de que este novo projecto visa consolidar o papel de Macau como plataforma de comércio entre a China e os países de língua portuguesa.

"São inúmeros os serviços do Governo e da Administração Pública que concretizam diariamente a Plataforma entre a China e os países de língua portuguesa, do comércio à saúde (e nomeadamente a cooperação na área da Medicina Tradicional Chinesa), das estatísticas ao ensino, do controlo de qualidade às muitas valências nas mais especializadas áreas do Direito."

Para o secretário-geral adjunto, "a plataforma transcende o Fórum para ser vocação transversal de todo o Governo e serviços da RAEM", pelo que o novo edifício "vai permitir ordenar esta transversalidade, potenciar a comunicação entre serviços e aumentar a capacidade de cooperação".



Edmund Ho, primeiro Chefe do Executivo da RAEM, discursa na sessão de abertura do Fórum de Macau, em 2006

TROCAS COMERCIAIS EM 10 ANOS

2018

US\$147,354 mil milhões (+25,31%)

2017

US\$ 117,588 mil milhões (+29,40%)

7

2016

US\$ 90,874 mil milhões (-7,72%)

1

2015

US\$ 98,475 mil milhões (-25,73%)

/

2014

US\$ 132,580 mil milhões (+0,85%)

2013

US\$ 131,400 mil milhões (+2,31%)

F2,31%

2012US\$ 128,497 mil milhões
(+9.6%)

7

2011

US\$ 117,233 mil milhões (+28,2%)



2010

US\$ 91,423 mil milhões (+46,35%)

2009

US\$ 62,46 mil milhões (-18,9%)





Quando a UNESCO mudou o panorama cultural

Em 2005, Macau já possuía um importante complexo cultural, quando o centro histórico de passou a integrar a lista do Património Mundial da UNESCO. Desde então que os Governos da RAEM têm-se dedicado a construir políticas culturais viradas para o mundo. Duas décadas depois, a RAEM tem renome mundial na área da cultura, com cada vez mais associações e espaços expositivos, espectáculos e um festival de cinema a caminho de conquistar reconhecimento além portas. Com o projecto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau à vista, a RAEM assume o papel de base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como predominante, vai promover a coexistência de diversas culturas

m olhar para os últimos 20 anos de vida da RAEM permite-nos concluir que o ano de 2005 constitui um importante marco no panorama cultural do território. O facto de Macau ter conseguido inscrever o seu Centro Histórico na Lista do Património Mundial da UNESCO trouxe não só um novo fulgor à cultura como também alterou a forma de fazer política cultural. Essa ideia constava no relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2006, ainda assinadas pelo então Chefe do Executivo Edmund Ho. "A inscrição pela UNESCO do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial permitiu aos cidadãos reforçarem a sua identidade cultural,

originando a sedimentação de um maior sentido de

pertença e de coesão e, ao mesmo tempo, estimu-

lando o contacto e o intercâmbio entre Macau e o resto do mundo".

Além disso, Edmund Ho considerava que tinha sido "posta em prática uma série de medidas de protecção e de administração do património cultural, de actividades de promoção e educação, tendo em vista assegurar que a tomada de consciência sobre a importância da protecção do património cultural se enraizasse profundamente entre a população de Macau".

O mesmo relatório das LAG para 2006 dava conta das mudanças que se avizinhavam para os anos seguintes. "O ano 2005 foi um ano de grandes desafios e, também, um ano de excelentes resultados. Graças ao apoio entusiástico de todos os cidadãos, o Governo revelou a sua forte e efectiva capacidade de orga-



nização e administração, com o sucesso da inscrição do Centro Histórico de Macau na Lista do Património Mundial da UNESCO."

A partir daí, o turismo iria subir um novo patamar. "Em consonância com o sucesso da candidatura de Macau ao Património Mundial da UNESCO, foram efectuadas promoções de grande escala, divulgando e projectando Macau como um destino que oferece um produto turístico cultural a nível de Património Mundial."

Nesse ano de 2006, Edmund Ho pretendia desenvolver uma série de medidas em torno da iniciativa "Ano do Património Mundial de Macau", tendo sido "criados novos produtos turístico-culturais e aperfeiçoados os serviços complementares, assim como os sistemas de informação, de modo a despertar o interesse dos visitantes na descoberta da cultura local e criar, em simultâneo, novos valores de marca turística de alta qualidade".

Até finais de 2018 estavam incluídos na lista de protecção patrimonial 138 imóveis, distribuídos por quatro grandes categorias, nomeadamente monumentos, edifícios com valor artístico, conjuntos e sítios classificados e zonas da protecção, que se encontram dispersos pela península de Macau e pelas ilhas da Taipa e Coloane.

A presença do património de Macau na UNESCO tem sido sujeita a diversas análises. De acordo com o relatório das LAG de 2019, em 2018 foi concluído o relatório sobre o ponto de situação de salvaguarda do Centro Histórico de Macau, tendo o mesmo sido submetido à apreciação da UNESCO pela Administração Estatal do Património Cultural. Além disso, foi concluída a consulta pública da segunda fase do

Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau e continuou a elaborar-se o projecto do respectivo regulamento administrativo.

Uma nova lei e o património intangível

A inscrição do Centro Histórico de Macau na UNESCO abriu também a porta à protecção de uma série de elementos culturais que, até então, careciam de uma garantia devida nesse sentido. Uma nota oficial do Instituto Cultural (IC) dá conta de que, desde a entrada em vigor da "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial" da UNESCO em Macau, em Setembro de 2006, foram iniciados "os trabalhos de salvaguarda do património cultural intangível, incluindo a submissão de candidaturas, o planeamento, a preparação e a organização de actividades expositivas".

Em Junho de 2008, a Escultura de Ídolos Sagrados foi inscrita no segundo lote da Lista do Património Cultural Intangível da China, sendo a primeira herança cultural intangível proposta exclusivamente por Macau a figurar neste âmbito de protecção a nível nacional. Em Setembro de 2009, a Ópera Cantonense foi inscrita com sucesso na Lista do Património Cultural Intangível da Humanidade da UNESCO.

Em Maio de 2011, as três formas artísticas de Macau Canto Naamyam, a Música Ritual Taoista e o Festival do Dragão Embriagado foram oficialmente incluídas no terceiro lote da Lista do Património Cultural Intangível Nacional.

Em Dezembro de 2014, as Crenças e Costumes de Macau: A-Má e as Crenças e Costumes de Macau: Na Tcha foram oficialmente incluídas no quarto lote da Lista de Projectos Representativos do Património Cultural Intangível Nacional. Em Setembro de 2017, o Instituto Cultural publicou um total de 15 manifestações culturais incluídas no primeiro lote da Lista do Património Cultural Intangível de Macau, que são, nomeadamente a Ópera Yueju (Ópera Cantonense), a Preparação do Chá de Ervas, a Escultura de Imagens Sagradas, o Canto Naamyam (Canções Narrativas), a Música Ritual Taoista, o Festival do Dragão Embriagado, as Crenças e Costumes: A-Má e as Crenças e Costumes: Na Tcha, a Gastronomia Macaense, o Teatro Maquista (Teatro em Patuá), a Crença e Costumes de Tou Tei, a Crença e Costumes de Chu Dai Sin, a Arte de Andaimes de Bambu, a procissão do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e a Procissão de Nossa Senhora de Fátima.

No que à gastronomia macaense diz respeito, 2017 foi um importante ano, uma vez que o Governo, já liderado por Chui Sai On, conseguiu inscrever Macau como a nova cidade membro da Rede de Cidades Criativas da UNESCO (UNESCO Creative Cities Network – UCCN) na área da Gastronomia.

À data, Alexis Tam, secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, referiu as oportunidades que esta inscrição iria trazer. "Estou extremamente feliz por termos entrado na Rede de Cidades Criativas da UNESCO na área da Gastronomia e plenamente convicto de que a adesão à rede abrirá novos horizontes para desenvolver Macau como uma cidade diversificada, única e sustentável. A gastronomia tem sido desde sempre um elemento de distinção da nossa cultura de mais de 400 anos de cruzamento entre o Oriente e o Ocidente e iremos fazer todo o esforco para contribuir para o enriquecimento da rede com as nossas características únicas", afirmou. Destaque ainda para a inscrição, em 2016, das "Chapas Sínicas" (Registos Oficiais de Macau durante a Dinastia Qing 1693-1886), no Registo da Memória do Mundo da UNESCO. Esta candidatura foi feita em conjunto pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal e pelo Arquivo de Macau. Tratase de uma coleção de documentos únicos na história das relações luso-chinesas e uma das mais completas fontes históricas de Macau entre finais do século XVII e meados do século XIX. São mais conhecidas por "chapas" devido ao carimbo que lhes era colocado.

São mais de 3600 documentos, cerca de 1500 ofícios redigidos em língua chinesa, cinco volumes de cópias traduzidas para português da correspondência trocada entre o Leal Senado e as autoridades chinesas, bem como quatro volumes de documentos diversos que atestam da dinâmica da vida quotidiana da cidade. A maior parte da colecção é composta pela correspondência trocada entre os procuradores do Leal Senado e os representantes do mandarinato e do Celeste Império quer em Macau, quer na região limítrofe de Xiangshan. O acervo agrupa petições apresentadas pelas autoridades portuguesas e a resposta formulada pelas autoridades de Cantão. São sobretudo um retrato fiel da posição e do papel desempenhado por Macau durante os séculos XVIII e XIX, numa altura em que o território era um dos poucos locais de intercâmbio entre a China e o Ocidente. Da colecção constam ainda contas, cartas, actos, contratos e documentos de índole variada que estão associados à vivência quotidiana das diferentes comunidades que habitavam a cidade. Estas manifestações culturais que agora ganham relevância internacional não podem ser dissociadas da entrada em vigor, em 2013, da Lei de Salvaguarda do Património de Macau, que alterou pro-

fundamente as áreas da cultura e do património da

RAEM. A implementação deste novo diploma le-

vou, a nível prático, à criação do Conselho do Pa-

trimónio Cultural, composto por diversas perso-

nalidades de reconhecido mérito, e que tem como

Em 2013 foi criado o Fundo das Indústrias Culturais (FIC), com o objectivo de apoiar projectos que contribuam para a promoção da incubação, industrialização ou produção em massa no âmbito das indústrias culturais





principal função, de acordo com o despacho publicado em Boletim Oficial (BO), debruçar-se sobre "a autorização de demolição de edifícios de interesse arquitectónico ou de bens imóveis integrados em conjuntos ou sítios", bem como analisar "os pedidos de alteração de utilização dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação", sem esquecer "a definição das zonas de protecção".

Os apoios à cultura

No que diz respeito aos apoios financeiros, o Governo decidiu, em 2013, criar uma entidade aglomeradora de apoios concedidos a entidades privadas promotoras de cultura. O Fundo das Indústrias Culturais (FIC) foi instituído nesse ano, tendo como objectivos, de acordo com o regulamento administrativo publicado em BO, apoiar projectos que "contribuam para a promoção da incubação, industrialização ou produção em massa no âmbito das indústrias culturais", ou ainda que "revelem uma característica local vincada e com potencialidades de desenvolvimento".

Dados oficiais apresentados pelo FIC em Janeiro deste ano revelam que esta entidade concedeu apoios em 2018 a 24 projectos e dois programas na área das indústrias culturais. O FIC anunciou ainda, em Janeiro, a concessão, pela primeira vez, de apoios a uma empresa cultural e criativa na exploração de plataformas da indústria cinematográfica e televisiva. O apoio prevê, por exemplo, assistência na pós-produção e a participação em festivais de cinema.

A implementação do FIC veio dar impulso a um novo sector de actividade que o Governo pretende promover, em nome da diversificação económica, que é o sector das indústrias culturais e criativas. Prova disso foi a criação, em 2010, dentro do IC, do

Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas, que "levou a cabo diversas accões promocionais de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Macau, designadamente, actividades de divulgação e promoção de venda de produtos culturais e criativos, realização de estudos relativos a estas indústrias e a prestação de apoio à definição do quadro geral de políticas e medidas do seu desenvolvimento", aponta o Livro do Ano do Governo da RAEM. Além disso, este departamento ficou com a responsabilidade de realizar "uma ampla recolha de dados do sector das indústrias culturais e criativas locais para o estabelecimento da Base de Dados das Indústrias Culturais e Criativas". Contudo, o Governo tem vindo a criar mais programas de apoio financeiro além do FIC. No relatório das LAG para o ano de 2019, é destacado o facto do IC ter lançado o Programa de Distribuição no Exterior das Publicações Culturais de Macau, uma nova edição do Mapa Cultural e respectiva aplicação de telemóvel, sem esquecer os programas de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-metragens, os Subsídios à Criação de Amostras de Design de Moda e os Subsídios à Produção de Álbuns de Canções Originais, entre outros.

O objectivo é, além de desenvolver os projectos locais e "impulsionar a integração das lojas típicas dos bairros comunitários com a criatividade cultural", também o de interligar o ambiente cultural de Macau com as regiões vizinhas, ao se incentivar "a cooperação inter-regional para construir marcas culturais e criativas competitivas".

Além de apoiar os promotores culturais do território, o Governo tem vindo a promover também a formação artística. Em 1989, foi criado o Conservató-

PRINCIPAIS INSTALAÇÕES ARTÍSTICAS

Academia Jao Tsung-I; Albergue SCM; Anim'Arte Nam Van;

Antiga Farmácia Chong Sai;

Antiga Residência do General Ye Ting;

Arquivo Histórico de Macau;

Art for All (AFA); Casa de Lou Kau:

Casa de Lou Rau, Casa do Mandarim; Casa do Povo;

Casa Garden;

Casas-Museu de Taipa; Centro Cultural de Macau; Centro de Design de Macau;

Cinemateca Paixão; Conservatório de Macau;

Creative Macau;

Edifício do Antigo Tribunal;

Fortaleza do Monte;

Fundação Rui Cunha;

Galeria do Tap Seac;

Galeria Iao Hin;

Macau Art Garden;

Museu da História da Taipa e Coloane;

Museu de Arte de Macau; Museu das Ofertas sobre a

Transferência de Soberania de Macau;

Museu de Macau;

Museu Memorial de Zheng Guanying; Oficinas Navais n-° 1 e n.° 2- Centro

de Arte Contemporânea; Taipa Village Arts Space; Teatro Dom Pedro V;

Posto do Guarda Nocturno do Patane.



O Festival Internacional de Cinema de Macau tem vindo a assumir--se como um dos mais importantes eventos cinematográficos da Ásia





rio de Macau, um organismo dependente do IC e que é constituído pelas Escola de Dança, Escola de Música e Escola de Teatro. De acordo com o Livro do Ano da RAEM, esta entidade tem como principal objectivo "promover a profissionalização e a generalização artística, fomentar a harmonia entre a vida e a arte", e sendo o seu lema "respeitar a arte, manter a beleza, ser elegante e aperfeiçoar o bom", dedica-se à promoção da profissionalização e da generalização artística. O Conservatório proporciona cursos regulares, sistemáticos e contínuos de ensino profissional em danca, música e teatro, bem como, em artes, para melhorar a qualidade cultural dos residentes. São ministrados cursos de ensino secundário em danca e música, sendo que, actualmente, o Conservatório é frequentado por cerca de 2000 alunos.

Os grandes eventos

Nos últimos 20 anos o ambiente cultural de Macau tem sido marcado pela realização de festivais de grande dimensão, como é o caso do Festival Internacional de Música de Macau (FIMM), que já conta com 33 anos de existência. A título de exemplo, a última edição do FIMM, trouxe ao território nomes como a Filarmónica de Viena e a célebre pianista chinesa Yuja Wang.

Ainda na área dos grandes eventos, destaque para o arranque do Festival Internacional de Cinema de Macau, que tem vindo cada vez mais a assumir-se como um dos mais importantes eventos cinematográficos da Ásia e que acontece anualmente em Dezembro

Na última edição de 2018 o IFFAM (sigla inglesa), o programa ficou marcado pela presença do actor Nicolas Cage. Além disso, o território acolhe todos os anos o Festival Fringe, que acontece em várias cidades do mundo e que em Macau é marcado por inúmeras performances de rua e em palco. Além do cartaz estar sempre recheado de artistas internacionais, o Fringe constitui também uma oportunidade única para que artistas locais mostrem o seu trabalho.

Além das actividades culturais organizadas pelo IC, Macau conheceu, nos últimos anos, um sem número de eventos promovidos por entidades privadas, que contam com apoios públicos. Prova disso é a realização do Festival Literário de Macau – Rota das Letras, que sempre foi apoiado pelo IC e que trouxe ao território nomes de relevo da literatura lusófona e chinesa.

A fim de promover ainda mais esta junção entre iniciativa pública e privada na área da cultura, o Governo levou a cabo, este ano, a primeira edição do Art Macao (Encontro em Macau - Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa), que visa a promoção de inúmeros eventos culturais, onde se incluem exposições, não apenas em infra-estruturas públicas como privadas.

No que diz respeito ao número de infra-estruturas

culturais nos últimos 20 anos, houve uma enorme evolução, uma vez que Macau conta com mais espaços face ao Centro Cultural de Macau, inaugurado às portas da transferência, e que tem o Museu de Arte de Macau como enorme referência. Em 2003 nascia o espaço Creative Macau – Centro de Indústrias Criativas, que se dedica não só a receber exposições como lançou um concurso internacional de longas e curtas-metragens intitulado "Sound and Image Challenge Festival".

Outra entidade privada que tem vindo a desenvolver inúmeros projectos nos últimos anos é a AFA – Art For All, criada em 2007. Hoje a AFA funciona no espaço Art Garden e tem um cartaz diversificado que visa promover o trabalho de artistas locais contemporâneos, contando já com presenças em feiras de arte internacionais em locais como Japão ou Nova Iorque.

Leituras para todas as idades

Nas últimas décadas a população de Macau despertou bastante para o consumo da cultura. Exemplo disso é a enorme adesão do público ao XXIX Festival de Artes de Macau (FAM) – na edição de 2018, por exemplo, foram vendidos 12.857 bilhetes, o que correspondeu a cerca de 90 por cento do total, apontam dados oficiais do IC constantes no Livro do Ano da RAEM.

Mas, além da presença em espectáculos e exposições, é cada vez mais visível a presença de residentes nas bibliotecas públicas. De acordo com dados do Livro do Ano 2018, a rede de bibliotecas públicas conta agora com 17 espaços – 13 na península e quatro nas ilhas. Mais recentemente abriu portas a Biblioteca de Seac Pai Van, com mais de 2000 metros quadrados, 300 lugares para leitura e cerca de 40 mil livros em acervo.

As bibliotecas de Macau albergam um total de 947 mil objectos, onde se incluem livros, produtos multimédia ou publicações informativas, como jornais e revistas. Em 2018, a rede de bibliotecas públicas recebeu um total de 2,,895 milhões de visitas, com 522 mil volumes requisitados e cerca de 1,157 milhão de visitas para consulta da base de dados electrónicos.

O Governo tem actualmente em mãos o projecto de edificação da nova Biblioteca Central de Macau, que vai funcionar no edifício do Antigo Tribunal. O novo edifício no coração da cidade deverá ter 11 andares e 45 metros de altura, com capacidade para acolher até um milhão de livros, oferecendo 1125 lugares sentados nas salas de leitura. Estão também previstos espaços lúdicos, como um anfiteatro, sala de exposições e um café, com aproximadamente 800 lugares.

PRINCIPAIS EVENTOS CULTURAIS NO CALENDÁRIO

IANFIRO

Festival Fringe da Cidade de Macau (desde 2001)

JANEIRO - FEVEREIRO

Actividades do Ano Novo Lunar

JANEIRO - FEVEREIRO

Bienal de Design de Macau

MARCO

Rota das Letras - Festival Literário de Macau; Photo Macau.

ABRIL - MAIO

Trienal de Gravura de Macau (desde 2012); Festival Internacional de Cinema e Vídeo.

ABRII - MAIO

Hush!! Concerto na Praia (desde 2005)

MAIO

Dia Internacional dos Museus

MAIO - OUTUBRO

Festival de Artes de Macau (desde 1989)

JUNHO

Dia do Património Cultural e Nacional da China

JUNHO - OUTUBRO

Arte Macau (desde 2019)

JUNHO - JULHO

Encontro em Macau- Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua Portuguesa (desde 2018)

JULHC

Festival Juvenil Internacional de Dança; Festival Juvenil Internacional de Música.

SETEMBRO - OUTUBRO

Celebração do Festival da Lua e do Dia Nacional; Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício de Macau (desde 1989); World Press Photo em Macau.

OUTUBRO

Festival Internacional de Música de Macau (desde 1986); Festival da Lusofonia (desde 1997); Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa (desde 2008); Festival de Cultura e Turismo A-Má de Macau (desde 2002).

NOVEMBRO

Festival de Gastronomia de Macau (desde 2000); DocLisboa (Extensão de Macau); Salão de Outono.

DEZEMBRO

Festival de Luz de Macau (desde 2015); Festival Internacional de Cinema (desde 2015); Desfile Internacional de Macau (desde 2011); This is My City. BALANCO

Uma década de estabilidade

O Chefe do Executivo da RAEM fez um balanço dos seus dez anos de governação. Na Assembleia Legislativa, Chui Sai On, que em breve deixará o cargo, sublinhou a estabilidade económico-social, a concretização da melhoria da qualidade de vida da população e da harmonia social e a dinamização da construção de infra-estruturas

> restes a completar dez anos como Chefe do Executivo e a deixar esse cargo, Chui Sai On apresentou na Assembleia Legislativa o balanço da acção governativa, não apenas do ano de 2019, mas aproveitando para uma retrospectiva do percurso da RAEM nos dois mandatos que cumpriu.

> Chui Sai On lembrou que este ano marca o fim de uma fase de governação de uma década, para ele próprio e para a sua equipa, sublinhando que o progresso alcançado nestes dez anos contou com o enorme apoio do Governo Central e com a sabedoria e capacidade dos residentes. Esta experiência de governação, disse, "comprova que só com uma convicção inabalável e com a implementação plena e correcta do princípio 'um país, dois sistemas' é possível garantir a estabilidade, a continuidade e o futuro da RAEM".

Alguns pontos focados pelo Chefe do Executivo foram, por exemplo, a defesa da soberania, a segurança e os interesses do desenvolvimento nacional, como "premissas da prosperidade e da estabilidade de Macau, a longo prazo". No seu discurso, deixou, em nome pessoal e do Governo da RAEM, os sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa, à população e a todos os trabalhadores da Administração Pública "pelo seu forte apoio ao longo desta década", e ainda ao Governo Central e às diversas instituições sedia-



das em Macau "pela ajuda constante ao desenvolvimento da RAEM".

O Chefe do Executivo lembrou a conjuntura de crescimento de Macau e a solidez da situação financeira, revelando que a execução do Plano Quinquenal da RAEM foi satisfatória, com uma taxa de execução de 90 por cento até ao terceiro trimestre de 2019.

Sobre o ano que agora está a findar, referiu ainda o sucesso dos trabalhos para a eleição do Chefe do Executivo do V Governo da RAEM e garantiu estar a cooperar plenamente no processo de constituição do novo Executivo. Chui Sai On



O Chefe do Executivo, Chui Sai On, foi à Assembleia Legislativa apresentar o balanço da acção governativa de 2019 e introduzir a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2020

expressou convicção de que a RAEM "avançará com determinação rumo a uma nova era e em direcção a uma nova fase de desenvolvimento". Sob o tema "Dez anos de governação da estabilidade para a continuidade", Chui Sai On fez na Assembleia Legislativa o balanço da acção governativa do corrente ano, dividido em cinco áreas: aperfeiçoamento das políticas e medidas de melhoria da vida da população, impulso ordenado da construção urbana, impulso ao desenvolvimento estável da economia, aprofundamento contínuo da cooperação regional e reforço da capacidade da administração pública.

Juventude, segurança e tecnologia

A primeira área refere-se ao aperfeiçoamento das políticas e medidas de melhoria das condições de vida da população. Entre outras medidas, o Chefe do Executivo anunciou a conclusão da revisão do Regime Jurídico da Habitação Social e a definição do respectivo mecanismo de candidatura.

Com incidência na educação, sublinhou que, desde o início deste ano, foram implementados o quadro curricular e as exigências das competências académicas básicas em todos os níveis de ensino da educação regular em Macau, e disse

Chui Sai On sublinhou que o progresso alcançado nos seus 10 anos de governação contou com o enorme apoio do Governo Central e com a sabedoria e capacidade dos residentes



ainda que estão a ser coordenados os trabalhos na área da juventude, enfatizando ainda a promoção do valor fundamental do "Amor à Pátria e a Macau".

Durante o ano de 2019, o Governo realizou cerca de 800 actividades vocacionadas para a juventude, incluindo ainda 70 sessões de diálogo entre os secretários, directores e alunos de vários escalões de ensino, "de modo a construir pontes de comunicação e intercâmbio entre os dirigentes e os jovens".

Quanto à sustentabilidade, assente na ideia de uma cidade saudável, realçou o início das obras de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, que está previsto para o quarto trimestre deste ano, prevendo-se também a conclusão das obras do Instituto de Enfermagem. Sobre outras unidades de saúde, lembrou que o Hospital de Reabilitação de Ká-Hó já se encontra em funcionamento e os centros de saúde da Rua da Praia do Manduco e de Seac Pai Van estão a ser construídos de forma ordenada.

No aspecto da segurança, sublinhou a criação da Comissão de Defesa da Segurança do Estado e a co-organização com o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM, uma vez mais e com sucesso, da Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional. De relevância também citou a publicação, em Junho últi-

mo, da Lei da Cibersegurança, para além de ter sido aprovada na generalidade, pela Assembleia Legislativa, a proposta de Lei de Bases de Protecção Civil.

A segurança da cidade também passa por aumentar e melhorar o nível de prevenção e redução de desastres, e, para tal, foi aperfeiçoado o mecanismo contra inundações e aumentada a garantia da segurança de fornecimento de electricidade e água nas zonas baixas do Porto Interior.

No capítulo de inovação tecnológica, destacou o Centro de Computação em Nuvem do Governo, que já entrou oficialmente em funcionamento, tendo também sido concluída a primeira fase de instalação de postes inteligentes, cujos testes estão a decorrer. Chui Sai On acrescentou que, no âmbito da implementação do Governo Inteligente, foi lançada a conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM e a respectiva aplicação para telemóvel, dando-se, deste modo, continuidade à optimização e digitalização dos procedimentos de prestação de serviços públicos.

As melhorias tecnológicas abrangem também o capítulo do trânsito, no qual houve avanços com o impulso do trânsito inteligente, a fim de elevar a eficiência. Chui Sai On sublinhou a importância de serem atenuados os problemas da circu-

lação. Para o efeito, foi reforçada a regulamentação e a gestão das companhias de autocarros, tendo as carreiras e a distribuição das paragens de autocarros sido melhoradas, e recordou a revisão e entrada em vigor, em Junho deste ano, do Regime Jurídico do Transporte de Passageiros em automóveis ligeiros de aluguer, que já permitiu registar uma diminuição significativa do número de infracções por parte dos taxistas. Há também mais táxis a circular, de forma a responder às necessidades, prevendo-se que até finais do ano possam chegar a 1800 veículos em circulação.

O Sistema de Transporte de Metro Ligeiro foi lembrado pelo Chefe do Executivo, que referiu a constituição da Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S.A., assegurando que estão criadas as condições para o funcionamento e desenvolvimento deste sistema de transporte, não esquecendo o ambiente pedonal, que, sublinhou, tem vindo a ser optimizado, e o troço da passagem aérea junto do Estádio da Taipa entrará em funcionamento simultâneo com o Metro Ligeiro.

Estabilidade no turismo e residentes em primeiro lugar

Um dos grandes desígnios do Governo tem sido o desenvolvimento estável da economia da RAEM, e nessa perspectiva, foram prorrogados, por mais dois anos, os prazos de dois contratos de concessão e subconcessão da exploração do jogo, com vista a uniformizar a data do termo do prazo das concessões até ao ano de 2022.

Deste modo, ficaram criadas as condições para que a próxima fase dos trabalhos de atribuição de licencas para exploração do jogo seja bem--sucedida. A questão está aliada ao modelo turístico preconizado pelo Governo, que tem o turismo de lazer como eixo principal de desenvolvimento. Para tal, um dos aspectos a fomentar é o crescimento de indústrias diversificadas, e estão em curso políticas e medidas de apoio ao sector de convenções e exposições, e não só. O Governo promoveu o desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong e Macau e foi lançado, no ano passado, um programa de apoio financeiro para a criatividade cultural nos bairros comunitários.

Relativamente ao apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas de Macau, o Chefe do Executivo disse terem sido lançados, pela primeira vez, o seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres e o plano de apoio financeiro a conceder nesse âmbito. Destaque ainda

para a criação do regime do seguro de créditos para a importação, exportação e trânsito de mercadorias.

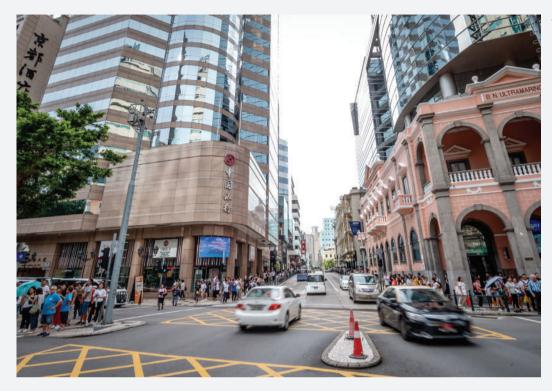
Ouanto ao mercado de trabalho, Chui Sai On frisou que nos dois mandatos do Governo que chefiou a prioridade foi sempre assegurar os legítimos direitos e interesses dos residentes locais, pelo que foi mantida a opção de contratação de residentes para a função de croupiers no sector do jogo. Ainda a referir, o avanço do processo legislativo de alteração da Lei das Relações de Trabalho, com ênfase para as sugestões apresentadas sobre a criação da licença de paternidade remunerada, a actualização da licença de maternidade remunerada e a introdução de meios de procedimentos a seguir quando os dias de descanso semanal coincidem com feriados, tendo sido ainda aprovada na generalidade na Assembleia Legislativa a proposta de lei de salário mínimo para os trabalhadores.

A Grande Baía

Na área da cooperação regional, Chui Sai On garantiu que esta foi aprofundada constantemente na última década, até para haver uma melhor articulação com as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

O Governo da RAEM elaborou um anexo ao primeiro plano quinquenal de desenvolvimento, integrando a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, com o objectivo de





"Macau ultrapassou, de forma bem-sucedida, as dificuldades económicas e manteve um desenvolvimento estável numa conjuntura mundial marcada por grandes mudanças", frisou Chui Sai On

coordenar com o plano geral do Estado e delinear em pormenor os respectivos trabalhos nas acções governativas do corrente ano.

Para reforçar a capacidade da administração pública, face aos problemas no funcionamento da mesma, foi adoptado um conjunto de medidas reformistas para reforçar a eficácia do funcionamento administrativo e optimizar a estrutura orgânica e o sistema dos organismos consultivos, disse Chui Sai On. Nesse sentido, o regime da função pública tem vindo a ser aperfeiçoado e a formação dos trabalhadores dos serviços públicos a ser reforçada. Exemplo disso é a criação do Centro de Actividades para os Trabalhadores dos Servicos Públicos e ainda do Instituto para os Assuntos Municipais, tendo sido ampliada também a cobertura da rede dos serviços comunitários, o novo Centro de Servicos da RAEM das Ilhas e implementado, de forma generalizada, o modelo de balcão único.

Ao fazer o balanço da acção governativa dos últimos dez anos, Chui Sai On sublinhou que, "com o grande apoio do Governo Central e o esforço conjunto dos residentes, Macau ultrapassou, de forma bem-sucedida, as dificuldades económicas e manteve um desenvolvimento estável numa conjuntura mundial marcada por grandes mudanças", concluiu.

Transição com equilíbrio orçamental

Chui Sai On apresentou também a proposta de orçamento para o ano financeiro de 2020. O Chefe do Executivo reconheceu que neste último ano Macau se tem debatido com um aumento de factores internos e externos de incerteza e com uma pressão descendente da economia, mas foi possível manter uma conjuntura de crescimento através da estabilidade económico-social. A taxa de desemprego manteve-se baixa e a qualidade de vida da população e a harmonia social melhoraram, disse Chui Sai On.

Sublinhando a aposta na construção de infra-estruturas, frisou que a situação financeira se manteve sólida. Até finais de Setembro de 2019, a reserva financeira da RAEM apresentava uma reserva básica de 148,89 mil milhões de patacas e uma reserva extraordinária de 424,59 mil milhões de patacas. O saldo orçamental do ano financeiro de 2018 foi de 53,87 mil milhões de patacas, e findo o processo de liquidação prevê-se que o montante global da reserva extraordinária atinja os 478,46 mil milhões de patacas, pelo que a reserva financeira contabilizará, assim, um montante global de 627,35 mil milhões de patacas, enquanto que a reserva cambial irá atingir 171,02 mil milhões de patacas.

Sobre o próximo ano, Chui Sai On garantiu que

tem mantido conversações com o Chefe do Executivo do próximo Governo, tendo havido consenso relativamente ao programa orçamental para o ano financeiro de 2020.

Serão mantidas as medidas de redução e isenção fiscal favoráveis aos residentes adoptadas em 2019, nomeadamente a diminuição de 30 por cento do imposto profissional dos residentes, sendo o valor de isenção de imposto de 144 mil patacas, e o valor dos rendimentos isentos do imposto profissional dos idosos ou portadores de deficiência, de 198 mil patacas. Será mantida a devolução de 60 por cento do imposto profissional pago, referente a 2019, sendo 14 mil patacas o limite máximo da devolução, que terá lugar em 2021, e ainda a isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração de vendilhões, da renda das bancas dos mercados, da taxa de inspecção sanitária dos produtos frescos e animais vivos, do imposto do selo sobre as apólices de seguro, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre as operações bancárias.

Continuará uma política de isenção de algumas taxas, como a de licenciamento para afixação de material de propaganda das unidades comerciais (excepto a publicidade ao tabaco), do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração e a redução da contribuição predial urbana até 3500 patacas para os residentes de Macau e de oito por cento da taxa de contribuição predial urbana dos prédios arrendados.

Para os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a adquirir o primeiro imóvel para habitação, os primeiros três milhões de patacas do valor do imóvel estarão isentos do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel, aplicável apenas a fracções habitacionais, e manter-se-á a isenção do imposto complementar de rendimentos sobre o rendimento proveniente do investimento em obrigações de autoridades do Interior da China e de empresas estatais comercializadas em Macau, bem como a isenção do imposto do selo sobre a emissão e aquisição dessas obrigações.

Com a manutenção das referidas medidas de isenção e redução de taxas e impostos, o Governo deixará de arrecadar receitas fiscais no valor aproximado de 3,42 mil milhões de patacas.

Mantêm-se ainda os benefícios nas tarifas de autocarro, destinados aos idosos, estudantes e à população em geral, bem como a subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica às unidades habitacionais.

As Contas Individuais de Previdência aos resi-



Λ

Exemplares e panfletos do "Balanço das Acções do Governo Realizadas no Ano Financeiro de 2019" e do "Dez Anos de Governação, da Estabilidade para a Continuidade: Balanço das Acções do 3.º e 4.º Governo da RAEM"

dentes de Macau que satisfaçam os requisitos serão creditadas com uma verba de activação de dez mil patacas, injectada pelo Governo na conta individual, e ainda o depósito na conta individual de cada residente de uma verba adicional de sete mil patacas, proveniente do saldo orçamental.

No próximo ano, será mantido o Plano de Comparticipação Pecuniária, com o montante de dez mil patacas para cada residente permanente e o montante de seis mil patacas para cada residente não permanente.

Há ainda aumentos para os trabalhadores da Função Pública. A proposta visa que a partir de Janeiro, o valor do índice salarial dos trabalhadores dos serviços públicos seja actualizado para 91 patacas, uma proposta que será submetida à Assembleia Legislativa para apreciação.



Medicina Tradicional Chinesa cresce no Atlântico

Os ministros da Saúde de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe passaram por Macau para participar no "Fórum de Cooperação Internacional de Medicina Tradicional 2019 da China", em Setembro, e fizeram um balanço do desenvolvimento da medicina tradicional chinesa nos seus países. As perspectivas são de investir cada vez mais na formação e na disseminação desta prática milenar



rlindo do Rosário, médico de formação e ministro da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde, defendeu, durante o "Fórum de Cooperação Internacional de Medicina Tradicional 2019 da China", em Setembro, que a história de Macau é um ganho que deve ser aproveitado por todos nas relações entre o Oriente e o Ocidente. Aposta, num tom em que transparece um secreto desejo, que o arquipélago venha a acolher um centro de Medicina Tradicional Chinesa (MTC), também focado em servir África.

Para alimentar o desejo de um dia Cabo Verde ser um centro de MTC virado não só para o país, mas também para África, à imagem do que Portugal faz para a Europa, Arlindo do Rosário fala dos passos que o país insular tem vindo a realizar para implantar aquelas práticas no terreno. "Temos trabalhado com o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa Macau-Guangdong há algum tempo. Como médico e como ministro da Saúde, a preocupação fundamental é que a abordagem do doente seja feita, como é defendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), através de uma abordagem holística. Primeiro o doente, antes da doença. Estamos, por isso, abertos não só a desenvolver a medicina convencional, onde a China também está incluída, como a explorar as oportunidades que a MTC pode trazer a Cabo Verde", assegurou.

Já sobre a relação entre a MTC e a medicina tradicional praticada em Cabo Verde e eventuais fricções entre ambas, o responsável começou por lembrar que a práti-



ca oriental tem sido "desenvolvida ao longo de séculos. estruturando-se e com resultados que são reconhecidos pela própria Organização Mundial de Saúde". Por isso, prosseguiu, "a introdução da MTC em Cabo Verde não irá trazer, de forma alguma, o desaparecimento das práticas locais existentes. Poderá, inclusivamente, permitir que essas seiam também melhor trabalhadas e reconhecidas e, onde for possível, aproveitá--las. O objectivo é explorar e aproveitar o melhor possível aquilo que as medicinas podem trazer. Da convencional à tradicional".

CABO VERDE TEM SIDO UM PARCEIRO ESTRATÉGICO DO PARQUE CIENTÍFICO E INDUSTRIAL DE MEDICINA TRADICIONAL CHINESA MACAU-GUANGDONG

Equilíbrio em prol do doente

Confrontado sobre em que medida o recurso às medicinas alternativas pode reduzir custos e elevar a prestação do sistema nacional de saúde, o governante acentuou que "a maior preocupação, enquanto ministro da Saúde, passa por saber e entender o que a medicina tradicional pode trazer para a melhoria da população local". "É evidente que, como ministro, também sou gestor e tenho de levar em conta a sustentabilidade do sistema. A medicina convencional. pela sofisticação de técnicas, começa a ter um custo muito



São Tomé e Príncipe quer que a sua população de cerca de 200 mil habitantes tenha acesso à Medicina Tradicional Chinesa

elevado. Por isso, iremos utilizar a MTC onde for necessário e possível obter resultados satisfatórios para o doente, com custos menos elevados para todos."

Ainda no âmbito das relações institucionais entre Cabo Verde e o Parque, Arlindo do Rosário recordou a presença nas ilhas de quadros da instituição chinesa para participarem em acções de formação, considerando que "esta área [da MTC] tem vivido um grande dinamismo". "Já houve, na sequência de um memorando de entendimento assinado em Maio passado em Lisboa, acções de formação em MTC em

Cabo Verde, destinadas a técnicos de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos)", esclareceu, destacando que o país "é reconhecido como um Estado que está muito avançado na área da regulamentação" e essa é também a aposta para as medicinas alternativas.

Cabo Verde – continuou – tem "uma regulamentação muito consolidada nas áreas da saúde e da farmacêutica. A entidade reguladora tem essa responsabilidade. A MTC abre-nos desafios importantes e queremos ter, tal como na medicina convencional, um quadro equivalente para a medicina tradicional. A Euro-

CABO VERDE ACREDITA QUE A IMPLEMENTAÇÃO DA MEDICINA TRADICIONAL CHINESA PODE TRAZER RESULTADOS SATISFATÓRIOS COM MENOS CUSTOS FINANCEIROS pa está a dar passos nesse sentido. Queremos apanhar esse comboio e aprofundar e beber experiências para caminhar em terreno firme nesta matéria. O próprio Ministério da Saúde já criou um Gabinete para a Medicina Tradicional, focado nos aspectos da legislação e regulamentação, pressupostos que consideramos essenciais".

Cooperação de longa data

O governante adiantou ainda que, até ao presente, entre médicos, enfermeiros e fisioterapeutas cabo-verdianos, cerca de meia centena já recebeu formação em MTC, esclarecendo que o memorando assinado entre o Governo de Cabo Verde e o Parque "prevê continuar alargar a formação", um objectivo que classificou "fundamental no presente e no futuro".

Arlindo do Rosário destacou também a presença de um estudante de Cabo Verde na recém-criada escola de medicina de Macau, na Universidade de Ciência e Tecnologia, considerando que "está dado o pontapé de saída" em mais uma área de cooperação entre o país e a região administrativa especial.

Lembrou, a propósito, que "já há muitos alunos cabo-verdianos a estudar na China, em diversas áreas", designadamente medicina, e que em Macau "também há alunos a estudar em outras áreas" nas várias instituições de ensino superior.

Acerca da relação com a China e Macau, o governante cabo-verdiano classificou--a como "muito forte, com parcerias fortes", designadamente através do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau). E justificou: "Não estamos a cooperar com a China apenas na medicina tradicional. Presentemente está em Cabo Verde uma equipa chinesa que vai construir o bloco de maternidade e obstetrícia de uma unidade de saúde de referência do país, o Hospital Batista de Sousa, orcada em 15 milhões de dólares norte-americanos. Temos uma equipa médica chinesa em permanência em Cabo Verde desde há 30 anos (que se reveza de dois em dois

anos) no Hospital Agostinho Neto. Portanto, a China tem apoiado Cabo Verde não só em termos de equipamentos e infra-estruturas, mas também de formação e assistência técnica".

"Não vamos perder isso", garantiu, adiantando que nessa relação Cabo Verde tem para oferecer "uma localização geoestratégica importante, um país estável, seguro e bom para investimentos".

Chamado a concretizar, Arlindo do Rosário, mostrou ambição, lembrando que, "tal como já se fez com Portugal – Lisboa é a sede de um centro europeu de MTC – porque não pensar também que Cabo Verde possa ter um centro de MTC virado, não apenas para dentro, mas também para o continente africano?"

"Ganhamos em termos de escala, daquilo que queremos oferecer aos cabo-verdianos – uma melhor saúde –, contribuindo também para a região", assumindo, com convicção: "Trata-se de questões que são colocadas e discutidas com as autoridades, mas



△ Ca

Cabo Verde coloca a hipótese de ser um polo de difusão da Medicina Tradicional Chinesa para África



 Edgar Agostinho das Neves, ministro da Saúde de São Tomé e Príncipe

é também uma forma de mostrar a nossa visão e ambição, a qual ultrapassa os limites do território".

Acerca de como observa o papel de Macau nas relações da China com os países de língua portuguesa, o dirigente cabo--verdiano considerou que a história do território "é um ganho importante que deve ser aproveitado". "Macau, enquanto região que também tem o português como língua, pode ajudar muito na comunicação, além de a própria vocação que decorre do princípio 'um país, dois sistemas', ser a ponta de lança para esse relacionamento que se pretende entre o Oriente e o Ocidente", anteviu.



Por fim, Arlindo do Rosário abordou o futuro da relação com Macau, recordando que há "vários passos a ser dados" e que "os alicerces dessa parceria estão lançados".

"Vamos continuar a trabalhar e no futuro saberemos como realmente construir o edificio", concluiu.

Um laboratório na linha do Equador

São Tomé e Príncipe é o mais novo membro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), para onde entrou vai para três anos (em Marco de 2017). E Edgar Agostinho das Neves, ministro da Saúde do Estado insular situado no Golfo da Guiné, em pleno Oceano Atlântico, sonha grande. E sonhar não tem limites: "Fazer de São Tomé e Príncipe, pela riqueza e diversidade no reino vegetal, um laboratório para o desenvolvimento da Medicina Tradicional Chinesa".

Este desejo saiu ainda mais reforçado depois da recente presença em Macau para participar no "Fórum de Cooperação Internacional de Medicina Tradicional 2019 da China". Para o ministro, o país está apostado em desenvolver e fazer crescer "o sector da medicina tradicional, de-

signadamente com o apoio do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau". "Mas, para já, a prioridade é preparar São Tomé para beneficiar de uma futura ligação ao Parque", disse o governante.

Edgar das Neves reconheceu que São Tomé é "um pequeno país insular, mas estrategicamente bem colocado na
geografia do mundo", assegurando que o convite para vir a
Macau "foi recebido com todo
o cuidado e tratado ao mais
alto nível, o que revela a importância que os responsáveis
dão à MTC".

Em troca, São Tomé pode funcionar também "como uma plataforma de divulgação", defendeu, apontando o caminho: "A formação e a investigação no âmbito da MTC não deve servir só o país, mas virar-se para todo o mercado que está à volta na região do Golfo da Guiné, que congrega uma população de 200 milhões de pessoas".

Quanto ao papel que a MTC pode trazer ao desenvolvimento do sistema nacional de saúde de São Tomé, Edgar das Neves respondeu, sem hesitações: "O desenvolvimento que a MTC tem tido ao longo dos anos obriga-nos, necessariamente, a incorporá-la como um complemento importante – uma nova valência – para fortalecer, enriquecer e estruturar melhor o Sistema Nacional de Saúde".

"São Tomé – prosseguiu – tem um clima tropical húmido, uma vegetação equatorial e, naturalmente, uma riqueza vegetal e animal muito diversificada, as quais podem e devem ser devidamente exploradas e estudadas como contribuição com todos os parceiros e para a investigação científica."

Visão holística

Para Edgar das Neves, hoje em dia, em matéria de saúde pública, "há a obrigação de ter uma visão muito mais holística, mais transversal de tudo isto". "Não vemos a MTC só sob o aspecto da cura em si, mas através de uma série de elementos que giram à volta da medicina, da saúde, e como é que esta pode contribuir para o desenvolvimento", acentuou.

Por isso, continuou, "o Governo quer 'casar' a medicina convencional, em geral, e a MTC, em particular, com o desenvolvimento. E este tem um eixo que é muito impor-

tante para São Tomé e Príncipe: o turismo".

"Estando mais fortalecidos na área da medicina tradicional e. com esta devidamente implantada, isso dá-nos mais tranquilidade, mais segurança, tornando o país mais atractivo para todos aqueles que queiram girar à sua volta. São Tomé tem um grande potencial turístico e é cada vez mais procurado como destino. Tudo isto, junto, torna-se numa alavanca muito importante para o desenvolvimento do país e da região onde está inserido", disse.

Fez ainda questão de esclarecer o sentido de "atractivo" e "seguro" a partir da visão de quem lidera a área da Saúde num país como São Tomé. "Quero que se olhe para o mundo e se veja a dimensão que a MTC tem e, em paralelo, pensar em São Tomé e Príncipe do futuro, virado para um turismo estruturado. Tudo isto tem de vir necessariamente colado à publicidade que se fizer do próprio país. Além dos aspectos curativos, temos de incluir também as componentes de formação e de investigação. Há aqui o sonho de um dia ver São Tomé como um laboratório, entre aspas, para o desenvolvimento da MTC", explicou.

Mas esse caminho ainda vem longe. Para já há que deixar o sonho e regressar à realidade. E essa passa por acelerar os modelos de ligação/cooperação entre São Tomé e Príncipe e o Parque. Nesse âmbito, o governante reconheceu que o país ainda "não está preparado para concluir, neste momento, qualquer acordo" com aquela instituição. "Já temos ideias e intenções que manifestámos e que foram bem acolhidas pelos responsáveis

Arlindo do Rosário, ministro da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde



do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau. Saímos daqui [Macau] muito mais entusiasmados e encorajados em avançar com o proiecto de desenvolvimento da MTC em São Tomé", admitiu. O ministro escusou-se a fixar uma data para a assinatura de um futuro protocolo entre o país e o Parque, a exemplo do que tem sido estabelecido por com outros membros do Fórum. Mas realçou que as autoridades de São Tomé o querem fazer "o mais rápido possível", admitindo que tal possa acontecer por ocasião da próxima reunião ministerial em Macau, em Junho de 2020.

Voltando a carregar na tecla de "nada se faz num dia", Edgar das Neves adiantou que as autoridades são-tomenses vão aproveitar as experiências do que vem acontecendo em outros países africanos de língua portuguesa", acreditando que, com isso, "podem ganhar algum tempo". "Saímos de Macau com uma visão

muito mais ampla e um sentido de responsabilidade acrescido. E sabemos o que temos de fazer e como o fazer. Não há como voltar para trás. Agora esta ligação à MTC tem de ser feita de uma forma estruturada, com sustentabilidade, para não haver recuos. Seguramente, se tivermos de cá voltar nos próximos tempos, traremos na bagagem mais coisas para mostrar aos parceiros", assegurou.

Entre o que São Tomé pode 'beber' das experiências de terceiros, Edgar das Neves apontou, entre outros exemplos, o quadro legislativo comparado aplicável para esta área em São Tomé. "Esses são desafios que já constam das atividades do Ministério da Saúde. A regulamentação e legislação, de uma forma geral, o enquadramento, como tudo se vai encaixar com a medicina convencional. E há ainda um outro aspecto, no mundo de hoje, incontornável: a mediatização. A comunicação social vai ter de jogar um papel importante na di-

O MINISTRO DE SÃO TOMÉ CLASSIFICOU AS RELAÇÕES DO SEU PAÍS COM A CHINA COMO "EXCELENTES E DESENVOLVENDO-SE EM DIFERENTES DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO" vulgação, informação e comunicação. No fundo, participar para uma mudança de mentalidades, sabendo-se que estas só avançam com mais e melhor conhecimento, educação e formação", afirmou.

A relação entre as medicinas, convencional e tradicional são-tomense, mereceu também um comentário de alguém que, além da responsabilidade política enquanto governante, é médico de formação, com este a assegurar que "comeca a haver esse encaixe" no sector. "Já devíamos estar mais avançados, mas como disse atrás, vamos agora regressar com uma visão mais alargada, a qual vai obrigar--nos a acelerar esse enquadramento entre a medicina tradicional local e aquilo que são os verdadeiros conceitos da medicina tradicional. Todo este trabalho tem de ser realizado também junto de todo o sector, de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde. Temos de trabalhar, informar, sensibilizar para esta realidade. E é um trabalho que não se faz de um dia para o outro. Vai-se fazendo. Há essa complementaridade. As medicinas, convencional e tradicionais, não se sobrepõem, complementam--se", lembrou.

Edgar Agostinho das Neves reconheceu igualmente que a recente abertura em Macau de uma escola de medicina, na Universidade de Ciência e Tecnologia, pode contribuir para estreitar a ligação entre as partes, aproveitando a presença no Fórum de Macau. "Macau tem excelentes condições para que nos próximos tempos possamos fazer alguma cooperação no quadro da formação, a diferentes níveis, designadamente médicos, e outros especialistas do sector, como enfermeiros, técniEDGAR DAS NEVES ADIANTOU
QUE AS AUTORIDADES
SÃO-TOMENSES VÃO
APROVEITAR AS EXPERIÊNCIAS
DO QUE VEM ACONTECENDO
EM OUTROS PAÍSES AFRICANOS
DE LÍNGUA PORTUGUESA

cos de apoio ao diagnóstico, enquanto vectores centrais do Serviço Nacional de Saúde de São Tomé e Príncipe", assinalou.

O governante qualificou ainda o relacionamento entre São Tomé e a China como "excelente e desenvolvendo-se em diferentes domínios de cooperação". "Nessa relação tem--se cumprido o que foi rubricado, designadamente o apoio directo da China ao orçamento de Estado de São Tomé, nas infra-estruturas e no projecto de combate ao paludismo", adiantou. "Cooperação é dar e receber. As relações estão muito bem definidas. Está muito claro o que podemos dar e o que contamos receber. Repito, a relação é boa e abarca áreas que vão da protecção e reforma de infra-estruturas, formação de quadros, luta contra o paludismo. A China tem tido uma intervenção, ao nível da cooperação, bastante vasta", elogiou.



Novos horizontes entre velhos parceiros

O Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, visitou a República Popular da China em Outubro para um encontro com o homólogo chinês Xi Jiping. Durante a visita da comitiva brasileira foram assinados oito protocolos nas áreas de infra-estruturas, agropecuária, energia e educação, num sinal de afirmação da parceria estratégica entre os dois países

raticamente um ano após a eleição que deu a vitória a Jair Bolsonaro nas presidenciais brasileiras, o Chefe de Estado deslocou-se a Pequim onde se reuniu com o Presidente Xi Jinping. Bolsonaro foi recebido com honras de Estado no Grande Palácio do Povo, na capital chinesa, e ainda antes do encontro, falou num "futuro brilhante" para as relações sino-brasileiras, afirmando ainda o "longo alcance" dos interesses estratégicos entre os dois países.

O Presidente brasileiro não escondeu a importância da República Popular da China no capítulo comercial. "Estava ansioso por esta visita porque temos na China o nosso primeiro parceiro comercial, e interessa-nos muito fortalecer esse comércio", afirmou Bolsonaro, acrescentando: "Podemos dizer que o Brasil precisa da China e a China

Na pasta da economia, Jair Bolsonaro admitiu que o Brasil

também precisa do Brasil".

e a China conservam algumas diferenças, que se traduzem, por exemplo, na ausência do país sul-americano na iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota", mas a visita permitiu aproximar os dois países, que fazem parte dos BRICS, grupo que inclui ainda a Rússia, a Índia e a África do Sul.

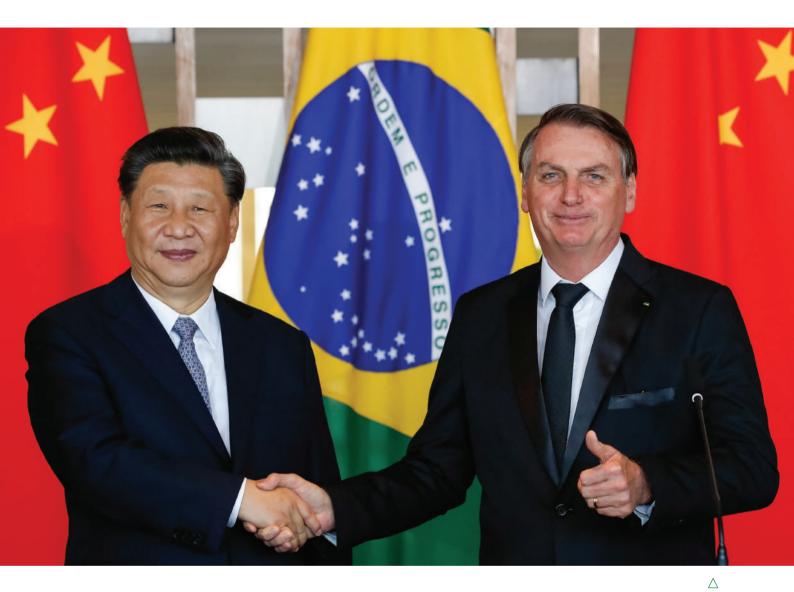
A China é o primeiro destino dos produtos brasileiros, representando quase o dobro do segundo destino, os Estados Unidos, e desde há 10 anos que é o maior parceiro comercial do Brasil. Em 2018, as exportações para a China representaram 26,8 por cento do total das vendas do Brasil ao exterior e atingiram um pico de 64,2 mil milhões de dólares norte--americanos. O país asiático também é um dos principais fornecedores de investimento em áreas cruciais, como infra-estruturas e energia.

Os dois países passaram a reconhecer as certificações de Operador Económico Autorizado emitidas pelas autoridades aduaneiras de ambos os lados. Uma empresa com esta certificação usufrui de alguns beneficios, como tratamento prioritário, menos inspecções, requisitos menos rígidos de segurança e expedição agilizada. Um memorando de entendimento assinado nesta visita também prevê contactos institucionais mais regulares e directos entre os ministérios das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros da China a fim de facilitar a comunicação e o tratamento de questões de maior relevância entre os dois países.

Energia com papel importante

Outra das vertentes importantes da visita de Jair Bolsonaro a Pequim, que aliás, encabeçou

Texto | Sandra Lobo Pimentel



uma comitiva que integrou outros membros do seu Executivo, teve em vista o leilão de petróleo, que decorreu no início de Novembro, com o Presidente brasileiro a aproveitar para convidar as empresas estatais chinesas para participarem na oferta de áreas de exploração no pré-sal, uma área de reservas petrolíferas que fica debaixo de uma profunda camada de sal, formando uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho. Compreende uma faixa que se estende ao longo de 800 quilómetros, englobando os Estados do Espírito Santo e de Santa Catarina, abaixo do leito do mar, além das bacias sedimentares do Espírito Santo, Campos e Santos. Na área de energia, Brasil e China estabeleceram a cooperação para o desenvolvimento de energias novas e renováveis, bioenergia e para distribuição e eficiência energética. O acordo prevê ainda a cooperação e a coordenação com terceiros países e fóruns internacionais.

Xi Jinping avaliou como positivos os esforços do governo brasileiro para o desenvolvimento socioeconómico do Brasil e disse que a China quer fortalecer a amizade e cooperação

O PRESIDENTE BRASILEIRO NÃO ESCONDEU A IMPORTÂNCIA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: "INTERESSA-NOS MUITO FORTALECER ESSE COMÉRCIO"



A comitiva brasileira fez uma visita ao trecho de Badaling da Grande Muralha da China

tou 25 milhões deste produto. Já no caso do farelo de algodão, usado como ração animal, a exportação brasileira ainda é incipiente. Mas a expectativa é que as negociações possam continuar a breve trecho.

Tereza Cristina confessou optimismo após a visita e advogou que será criado um núcleo dirigido exclusivamente para a China no Ministério da Agricultura, que contemplará os meios necessários ao estreitamento das relações, nomeadamente, pessoal técnico que domine o mandarim e ainda a relevante legislação chinesa, de forma a facilitar a comunicação e garantir a eficiência.

Gestos de aproximação

Jair Bolsonaro foi enfático nas palavras durante o encontro com Xi Jinping, classificando a China como "um mar de oportunidades" para o Brasil. O presidente brasileiro falava, essencialmente, na necessidade de equilibrar as contas públicas e ser um parceiro de confiança para as potências mundiais.

Umas das decisões mais significativas das que saíram da deslocação à China prende--se com a flexibilização da política de vistos. Os cidadãos portadores de passaporte da República Popular da China passam a estar isentos de visto de entrada no Brasil. Jair Bolsonaro considera um gesto de aproximação que sinaliza o empenho do Palácio do Planalto em estreitar as relações diplomáticas e económicas com o parceiro asiático. A isenção serve não só para as viagens cujo propósito seja o turismo, mas também quando

Foi ainda entregue à State Grid Corporation o termo de licenca de operação, que marca a conclusão das obras do projecto de transmissão de energia eléctrica entre o complexo de Belo Monte, no Pará, e o Rio de Janeiro, com uma extensão de 2500 quilómetros. Um acordo firmado entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a CTG Brasil, subsidiária da China Three Gorges Cooperation, também permitirá a criação de um centro de pesquisa e desenvolvimento projectado, especialmente, para a investigação na área de energia limpa.

Elogio à carne brasileira

Um dos produtos que o Brasil tem como grande cartaz da sua produção é a carne. Tanto o Presidente como a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, tentam abrir mercados como parte da política de diplomacia económica.

O esforço do Brasil para publicitar a qualidade da carne produzida no país engloba também algumas políticas domésticas, com a ministra da pasta a exortar os produtores brasileiros a adquirirem novos frigoríficos que contenham as necessárias especificações para exportar para o gigante asiático. Depois da reunião entre Bolsonaro e Xi Jinping, Tereza Cristina participou na assinatura de protocolos sanitários com a China, que voltou a permitir a importação de farelo de algodão e carne bovina termo-processada.

Em 2018, o Brasil exportou 557 milhões de dólares norte--americanos em carne bovina processada e a China impor-



Λ

Durante a visita oficial do presidente brasileiro à China, foram assinados oito acordos comerciais Bolsonaro presenteou o Presidente chinês com um casaco da equipa do Flamengo



o objectivo sejam os negócios. Outros dos destaques foi o acordo de cooperação académica assinado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entidade que surge como principal financiadora de investigação académica do Brasil, e a Fundação Nacional de Ciências Naturais da China, a agência chinesa de promoção de investigação e inovação.

De acordo com a Capes, esta é a primeira parceria académica do género entre Brasil e China e deve beneficiar o recentemente lançado programa brasileiro "Future-se", que tem em vista, também, a internacionalização das universidades brasileiras.

O acordo prevê o intercâmbio académico, educativo e científico entre professores, investigadores e pós-doutorandos de instituições brasileiras e chinesas, além do apoio a seminários, oficinas e conferências. Ambos os governos financiarão jovens cientistas e investigadores que concluíram o doutoramento num período de cinco anos antes da apresentação de propostas. O país remetente cobrirá os custos de viagens internacionais, seguros e bolsas de estudos, enquanto o receptor garantirá condições para as actividades de investigação e acesso a material bibliográfico durante o período de intercâmbio dos jovens. Os detalhes do acordo serão mais tarde divulgados, mas já se sabe dará primazia às áreas de ciências da vida. biodiversidade e engenharia. Também foi assinado um acordo entre a Universidade Federal de Goiás e a Universidade

A CHINA É O PRIMEIRO DESTINO DOS PRODUTOS BRASILEIROS E DESDE HÁ 10 ANOS É O MAIOR PARCEIRO COMERCIAL DO BRASIL de Hebei para o estabelecimento de Instituto Confúcio na instituição brasileira. O instituto prevê proporcionar aulas de mandarim, de cultura chinesa e medicina tradicional. Actualmente, estão em funcionamento no Brasil dez unidades do Instituto Confúcio.

Destaque também em Macau

Em paralelo com a visita presidencial o potencial turístico do Brasil foi um dos destaques da oitava edição do Fórum de Economia de Turismo Global, realizado na RAEM, entre os dias 13 e 15 de Outubro. Com o tema "Turismo e Lazer: Para uma vida melhor", o evento reuniu os principais líderes mundiais, além de investidores e especialistas do sector. Nesta edição o Brasil assumiu a tarefa de país convidado de

COOPERAÇÃO

honra, a par da Argentina, lugar que foi ocupado no ano passado pela União Europeia. O Brasil considera a China como parceiro estratégico também nas áreas de turismo e lazer, e foi representado no evento pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que chefiou a delegação brasileira.

A organização do Fórum sublinhou o potencial do Brasil, que, considera, vai muito além da economia e das belezas naturais, passando pela saborosa culinária regional, sons, culturas, entre outras características marcantes.

O programa do evento, como sempre, foi composto por sessões de debate, entrevistas especiais, bolsas de contacto, apresentações turísticas e exposições, entre outras actividades.

Entre os convidados de honra que presidiram à cerimónia de encerramento, estiveram o vice-presidente do Comité Nacional da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês e presidente do Fórum, Edmund Ho, o secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e presidente executivo do Fórum, Alexis Tam, e ainda a vice-presidente e secretária-



2018: Ano de recordes

Balança comercial Brasil-China (em US\$ mil milhões)

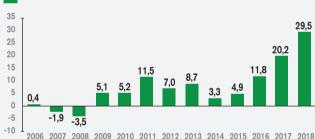
Exportações brasileiras

64,2
(+36%)

Importações brasileiras 34,7 (+30%)

29,4 (+35%)

Saldo comercial 2006-2018



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) | Elaboração: CEBC



Principais produtos importados da China Em US\$ milhões



-geral do Fórum, Pansy Ho. A partir do conceito de "uma vida melhor", preconizado pelo Presidente Xi Jinping, a edição de 2019 debateu assuntos ao nível da economia de turismo global, analisando formas para a diversificação da oferta turística, conseguir atender às exigências em constante expansão dos visitantes internacionais e elevar a qualidade de vida e o bem-estar.

No discurso no encerramento desta edição, o secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, referiu que "enquanto agentes de turismo, devemos todos aspirar a uma indústria próspera que crie os melhores locais para os viajantes visitarem, sem que tal seja descontado na qualidade de vida dos residentes".

Alexis Tam assinalou que 2019 "é um ano especial para Macau", pela celebração dos 70 anos da fundação da República Popular da China mas também pelos 20 anos do estabelecimento da RAEM. "Esta é a altura de excelência para avançarmos no nosso desenvolvimento como um centro mundial de turismo e lazer, com o colorido pano de fundo da iniciativa 'Uma Faixa, Uma Rota' e das accões de colaboração com as nossas cidades irmãs da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau."

Já Pansy Ho lembrou que o Fórum "foi fundado com a missão de ligar o Oriente e o Ocidente ao nível dos interesses em turismo" e que, mediante essa colaboração, é possível "criar algo concreto, consolidando o potencial de Macau para se tornar numa capital de encontro de turismo promotora do crescimento do turismo regional".

A vice-presidente do Fórum manifestou esperança de que o evento "tenha mostra-



UMAS DAS DECISÕES MAIS SIGNIFICATIVAS DAS QUE SAÍRAM DA DESLOCAÇÃO À CHINA PRENDE-SE COM A FLEXIBILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE VISTOS: OS CIDADÃOS CHINESES PASSAM A ESTAR ISENTOS DE VISTO DE ENTRADA NO BRASIL do como Macau é mais uma prova viva do poder transformador do turismo. Em Macau temos continuado não só a reinvestir como a reinventar. Abençoados pela nossa política nacional, Macau está pronta para embarcar numa nova vaga de desenvolvimento, à medida que continuamos a integrar o quadro da Grande Baía, contribuindo com a nossa experiência em turismo para impulsionar a colaboração inter-sectorial com os nossos vizinhos, partilhar a nossa cultura e património com o mundo, e imbuir as nossas gentes de um sentido de orgulho nacional", referiu.

Ainda na edição deste ano, foi divulgado o mais recente "Relatório Sobre as Tendências do Turismo na Ásia", em

parceria com a Organização Mundial do Turismo e com o Centro de Pesquisa de Economia de Turismo Global. O relatório permitiu aos participantes conhecerem as últimas tendências de desenvolvimento do turismo na Ásia-Pacífico, saber como agarrar as vastas oportunidades de desenvolvimento do turismo na Argentina e no Brasil, bem como conhecer o potencial do desporto e bem-estar enquanto novas áreas de desenvolvimento do turismo no continente asiático.

Perto de dois mil dignitários ministeriais, líderes da indústria, a par de especialistas e académicos, entre outros convidados de países e cidades de todo mundo, marcaram presença no certame.

Macau quer empresas locais e chinesas na UE, América Latina e África • Macau quer ajudar empresas chinesas e locais a investir na União Europeia (UE), na América Latina e em África através dos países lusófonos. A informação foi avançada pelo secretário para a Economia e Finanças da RAEM, Lionel Leong Vai Tac, durante uma reunião, em Lisboa, com mais de uma dezena de representantes de empresas do Interior do País e de Macau. "A plataforma

sino-lusófona de Macau desempenha um papel importante no desenvolvimento da Grande Baía (...) através de três trajectórias de cooperação económica e comercial", sendo a primeira da China para Portugal, através da plataforma de Macau, e entrada na UE, explicou. A segunda trajectória desenvolve-se da China para o Brasil, para investir na América Latina, enquanto a terceira, da China para Moçambique e Angola, para entrar em África, acrescentou Lionel Leong.





Fórum de Macau quer alargar áreas de cooperação • A secretária-geral do Fórum de Macau afirmou que a instituição quer alargar as áreas de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, apontando como estratégicas as iniciativas chinesas "Uma Faixa, uma Rota" e "Grande Baía". A alguns meses da sexta conferência ministerial do Fórum, prevista para meados de 2020, Xu Yingzhen assegurou que o Secretariado Permanente vai continuar a "explorar com empenho novos modelos (...) para alargar de forma continuada as áreas de cooperação" entre a China e o bloco lusófono.

Macau lança seguro de crédito à exportação para reduzir riscos com lusófonos • A Autoridade Monetária de Macau (AMCM) anunciou em Outubro o lançamento de um sistema de seguro de crédito à exportação que visa reduzir o risco do comércio com os países de língua portuguesa. Apesar de já existirem seguradoras a prestar este tipo de serviços em Macau, geralmente "cobrem apenas as actividades de exportação de Portugal e do Brasil, com base em considerações de risco político", explicou o presidente da AMCM, Chan Sau San, citado num comunicado oficial. Após vários estudos, a AMCM lançou o plano "apólice bancária", que assegura os factoring business das empresas de Macau através dos bancos, "para resolver o problema de risco de crédito da exportação de países de língua portuguesa de alto risco", numa medida que pretende apoiar a construção da plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e o universo lusófono, indicou.



Grupo chinês instala rede eléctrica em Moçambique • Um consórcio estatal chinês, a China Energy Engineering International Co Ltd, anunciou ter assinado um contrato, em Setembro, com a Eletricidade de Moçambique (EDM) para a concepção e instalação de uma rede de transmissão e transformação eléctrica em Moçambique. O contrato inclui a instalação de duas linhas de transmissão de 400kv, uma com 110 quilómetros de extensão e outra com 228 quilómetros, assim como a construção ou expansão de cinco subestações eléctricas nas regiões de Chibata e Dondo, no centro e norte de Moçambique. O projecto vai reforçar a estabilidade e a segurança do fornecimento energético no centro e norte de Moçambique, garantiu a empresa.





Macau instado a treinar talentos lusófonos no **sector financeiro** • A RAEM pode usar o seu papel de plataforma para apostar na formação permanente e regular de talentos na área financeira vindos do mundo lusófono, defendeu o embaixador da China em Portugal, Cai Run. Segundo um comunicado do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças da RAEM, o diplomata falava durante um encontro com o secretário Lionel Leong Vai Tac, em Lisboa. Cai Run sublinhou que o sector financeiro constitui uma nova área e orientação para a cooperação entre a China e Portugal, tendo já obtido bons resultados. Graças à cooperação cada vez mais estreita entre os dois países, Macau poderá desempenhar uma função relevante na cooperação financeira entre a China e Portugal, bem como entre a China e os restantes países de língua portuguesa.

Associação de Macau assina acordo de cooperação com município português • A Associação Internacional de Indústria e Comércio China-Europa, com sede em Macau, assinou, em Outubro, um acordo de cooperação com o município português do Entroncamento. A cooperação vai abranger áreas como novos produtos tecnológicos, a criação de um centro de inovação num parque industrial de alta tecnologia, turismo, comércio electrónico e transfronteiriço e serviços de logística e armazenamento para comércio electrónico e transfronteiriço. A participação da associação no desenvolvimento do município português poderá promover a captação de investimento chinês para o Entroncamento, que se situa a cerca de uma hora de automóvel da capital portuguesa, Lisboa.

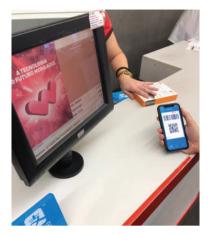


São Tomé e Príncipe quer seguir China como modelo • A transformação da China numa "grande potência mundial e uma economia à escala mundial" pode servir como "receita" para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, defendeu a Ministra são-tomense dos Negócios Estrangeiros, Elsa Pinto. De acordo com a STP-Press, a diplomata falava durante a inauguração na capital, São Tomé, de uma exposição de fotografia em

alusão aos 70 anos da fundação da República Popular da China. Segundo a agência noticiosa estatal são-tomense, Elsa Pinto disse que "gostaria de contar com todo o apoio da China para o crescimento de São Tomé e Príncipe". Já o embaixador chinês em São Tomé e Príncipe, Wang Wei, reafirmou que a China está interessada no desenvolvimento pacífico de uma cooperação bilateral com benefícios mútuos, tal como acontece com o país africano.



Mais de 300 empresas chinesas operam no Brasil O investimento total chinês no Brasil está quase a atingir aos 80 mil milhões de dólares norte-americanos, com mais de 300 empresas chinesas a operar no país sul-americano, revelou o embaixador da China em Brasília, Yang Wangming. Numa entrevista ao jornal brasileiro Valor Económico, o diplomata disse que o investimento chinês no Brasil tem ainda grande margem de crescimento e pode beneficiar os dois países. Segundo um comunicado da Embaixada da China, Yang Wangming disse ao diário que as empresas chinesas estão a explorar novas áreas no Brasil, para além do já tradicional investimento em agricultura e exploração mineira.



Transacções através do AliPay em Portugal disparam • O volume de transacções efectuadas em Portugal através do serviço de pagamento electrónico AliPay – bastante popular entre os chineses – subiu 64 vezes durante o período das férias do Dia Nacional da China, em comparação com igual período de 2018, avançou a China News Service. De acordo com a agência noticiosa estatal chinesa, Portugal foi o mercado externo a registar o maior aumento homólogo entre 1 e 7 de Outubro – um período conhecido na China como "Semana Dourada" –, ultrapassando as Filipinas e as Maldivas, onde as transacções via AliPay subiram 26 e 15 vezes, respectivamente. Segundo um relatório do Alipay e da Fliggy, uma plataforma de serviços turísticos também detida pelo grupo chinês de comércio electrónico Alibaba, o gasto médio por utilizador do serviço Alipay fora da China durante a "Semana Dourada" subiu 14 por cento para quase 2500 yuans, um novo recorde. Em Novembro do ano passado, o Banco Comercial Português, cujo maior accionista é o grupo chinês Fosun, assinou um contrato com o AliPay para lançar uma plataforma para facilitar os pagamentos por turistas chineses nas visitas a Portugal.



Centro comercial chinês em Luanda promove mobiliário feito em Angola • Uma parte significativa do mobiliário à venda na "Cidade da China" já é produzida em Angola, disse ao Jornal de Angola Xiang Haiying, secretária da Direcção do complexo comercial chinês situado nos subúrbios da capital angolana Luanda. Segundo o diário angolano, a responsável sublinhou que promover a produção angolana é um dos principais objectivos da primeira edição da Feira de Mobiliário, que decorreu no complexo comercial entre Outubro e Novembro. A empresa de capitais chineses Hua Dragão, proprietária da "Cidade da China", preparou mais de 40 stands para receber no evento entre 3000 e 5000 visitantes por dia.

Moçambique inaugura porto de pesca financiado pela China •

O presidente moçambicano Filipe Nyusi inaugurou em finais de Outubro o maior porto de pesca do país, na cidade da Beira, capital da província de Sofala. O projecto, com um custo total de 120 milhões de dólares norte-americanos, foi financiado pela China. O presidente disse durante a cerimónia de inauguração esperar que a nova infra-estrutura ajude a população de Moçambique a ter acesso a "mais e melhor pescado (...) para além do aumento das exportações". O porto de pesca da Beira foi destruído no ano 2000 aquando da passagem do ciclone Eline, sendo que as obras de reabilitação e ampliação financiadas pela China arrancaram em 2016.

Mais de 700 alunos estudam mandarim em cidade portuguesa •

Mais de 700 alunos do ensino básico e secundário estão a aprender mandarim em São João da Madeira, revelou Jorge Sequeira, presidente da Câmara Municipal da cidade situada no noroeste de Portugal, segundo um comunicado da Embaixada da China em Portugal. O responsável falava durante a inauguração numa escola de uma exposição de fotografia sobre o 70.º aniversário da fundação da República Popular da China e sobre a iniciativa "Uma Faixa, Uma Rota". Jorge Sequeira disse que São João da Madeira tem activamente promovido desde 2012 o ensino do mandarim em todas as escolas do ensino básico e secundário do município. O responsável prometeu reforçar ainda mais a aposta na língua chinesa.

Polícia cabo-verdiana recebe formação na China • Um grupo de agentes da Polícia Nacional de Cabo Verde recebeu, em Setembro, formação na China, incluindo no Shandong Police College, avançou a instituição chinesa num comunicado. O programa de formação em Shandong decorreu entre 5 e 18 de Setembro, com os agentes cabo-verdianos a visitarem ainda Shenzhen, na província de Guangdong, e Pequim, entre 19 e 25 de Setembro. Han Feng,



Director do Shandong Police College, disse no comunicado esperar que a cooperação entre as forças policiais dos dois países possa continuar a dar frutos, reflectindo a amizade entre os povos e governos da China e de Cabo Verde.

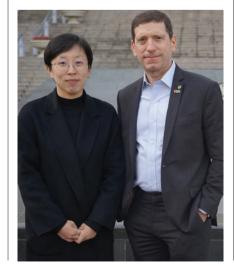


Ministro elogia papel de empresas chinesas no desenvolvimento de Timor-Leste • Hermenegildo Augusto Cabral Pereira, ministro de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do Timor-Leste, diz que as empresas chinesas têm vindo a desempenhar um papel de relevo no desenvolvimento do país, através da participação em projectos de cooperação e de contribuições positivas que ajudam a elevar o nível de vida da população local. As declarações do governante – citadas pela agência noticiosa estatal chinesa Xinhua – foram proferidas durante uma recepção na capital timorense Díli, para comemorar o 70.º aniversário da fundação da República Popular da China. O evento foi organizado pela Embaixada da China em Timor-Leste. O ministro timorense acrescentou que o seu país e a China desfrutam de relações bilaterais excelentes, cobrindo um amplo espectro de áreas, incluindo matérias políticas, económicas, comerciais, educacionais, culturais e de defesa e segurança, assim como ao nível do intercâmbio entre povos.



Investimento chinês tem melhorado vida dos mocambicanos, diz ministro • O investimento chinês em vários sectores de Moçambique tem tido um impacto positivo na melhoria da qualidade de vida dos mocambicanos, disse o ministro da Economia e Finanças de Moçambique, Adriano Maleiane, citado pela Xinhua. "A contribuição do investimento chinês na agricultura, infra-estruturas e energia, transportes e telecomunicações e desenvolvimento de recursos humanos tem estado em linha com as prioridades económicas e de desenvolvimento social do país", disse o Ministro. "A China vai continuar a contribuir para o desenvolvimento económico e social de Moçambique ao oferecer uma parceria duradoura e construtiva para consolidar a nossa cooperação milenar", acrescentou Maleiane. Já o embaixador da China em Maputo, Su Jian, disse que o Governo chinês está disponível para trabalhar com Moçambique para elevar a cooperação rumo a um desenvolvimento comum e resultados tangíveis que beneficiem os dois povos.

Associação brasileira de ensino promove intercâmbio com universidade chinesa • A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) assinou em Outubro um memorando de entendimento para promover o intercâmbio cultural e académico com a Universidade de Língua e Cultura de Pequim. Segundo um comunicado da ABMES, o presidente do grupo, Celso Niskier, disse esperar que o acordo encoraje as universidades privadas brasileiras a "desenvolver parcerias estratégicas com instituições de prestígio" da China. O acordo foi assinado em Pequim durante uma visita de duas semanas à China de uma delegação da ABMES com mais de 40 pessoas, que incluiu paragens em Xangai, Hangzhou, Hong Kong e Macau.





Retalhista brasileiro importar pagamento electrónico da China • Os principais executivos do retalhista brasileiro de electrónica e electrodomésticos Via Varejo SA visitou a China em Setembro, para discutir potenciais soluções de pagamento que possam ser implementadas no Brasil. Segundo a Reuters, o presidente da Via Varejo, Michael Klein, explicou que os dirigentes da empresa encontraram-se com várias companhias chinesas, incluindo o gigante chinês das redes sociais Tencent Holdings Ltd. A Tencent opera a rede social WeChat, uma aplicação que inclui o We-Chat Pay, uma carteira electrónica que permite aos utilizadores fazer pagamentos e transferir dinheiro através do telemóvel. De acordo com a agência noticiosa, Michael Klein disse que a estratégia do retalhista passa também por retomar o crédito directo ao cliente, em vez de depender da banca.



Foshan encoraja empresas a explorar mercados lusófonos • A cidade de Foshan, na província de Guangdong, acolheu em Outubro um encontro cujo objectivo foi ajudar as empresas locais a compreender melhor os mercados dos países de língua portuguesa. De acordo com o Foshan News, o encontro foi co-organizado pelo Departamento de Comércio de Foshan e pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, tendo atraído quase 150 representantes de empresas locais, de Macau e dos países de língua portuguesa. Segundo o portal noticioso estatal local, o director-adjunto do Departamento de Comércio de Foshan, Huang Tie, disse que duas empresas locais tinham já investido 6,6 milhões de dólares norte-americanos em projectos nos mercados lusófonos, enquanto sete empresas dos países de língua portuguesa investiram um total de 156 mil dólares norte-americanos em Foshan. O encontro pretendeu ajudar empresas lusófonas a saber mais sobre o desenvolvimento de Foshan, nomeadamente nos sectores da agricultura e comércio electrónico, e preparar melhor as empresas de Foshan para explorar oportunidades de negócio nos países de língua portuguesa.

Ilha cabo-verdiana gemina-se com cidade chinesa • Uma delegação da ilha cabo-verdiana da Boavista visitou a cidade chinesa de Rudong, para assinar um acordo de geminação com essa cidade da província de Jiangsu, no leste da China, que prevê projectos conjuntos nos sectores do desporto, infância, juventude e urbanização. A visita serviu também para tentar atrair investidores chineses que possam ajudar a responder à falta de habitações na ilha da Boavista.



China abre mercado à uva de mesa portuguesa • A China abriu o seu mercado à importação de uva de mesa produzida em Portugal, anunciou em Setembro o Ministério português da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, citado pela Lusa. Segundo a agência noticiosa portuguesa, o Ministério sublinhou que a decisão surge após um "intenso processo de negociações técnicas e diplomáticas", que culminou com o "primeiro acordo fitossanitário" entre Portugal e a China. Num comunicado, o secretário de Estado português da Agricultura e Alimentação, Luís Medeiros Vieira, mostrou-se optimista também quanto à abertura do mercado chinês aos citrinos, pêra e maçã produzidos em Portugal, "processos que estão já em fase adiantada de negociação".



Moçambique ganha Semana do Cinema Chinês • Foi no mês de Outubro que Moçambique recebeu, pela primeira vez, a Semana do Cinema Chinês, trazendo para o país africano vários filmes chineses de sucesso, incluindo "Felicidade" e "Caça ao Monstro", dobrados em português. Segundo a Xinhua, o embaixador chinês em Moçambique, Su Jian, disse na cerimónia de abertura esperar que os filmes chineses possam ajudar os moçambicanos a compreender melhor a China. "Com o aprofundar da amizade sino-moçambicana nos últimos anos, o intercâmbio cultural e entre pessoas tem ganho destaque nas relações bilaterais", disse o diplomata.

Projecto chinês leva água a 160 mil pessoas em Angola • O presidente angolano João Lourenço inaugurou, em Outubro, um projecto de abastecimento de água construído por uma empresa chinesa na cidade de Cuito, capital da província de Bié, no centro de Angola, avançou a Xinhua. Segundo a agência noticiosa estatal chinesa, Si Qin, directora de Relações Públicas da empresa China Railway, responsável pela construção do projecto, disse na cerimónia de inauguração que este é o maior projecto de abastecimento de água no centro de

Angola. O sistema "vai melhorar grandemente a capacidade de abastecimento de água em Cuito e deverá beneficiar mais de 160 mil pessoas", disse a responsável, sublinhando que a infra-estrutura tem capacidade para fornecer 15 mil toneladas de água por dia, quatro vezes mais do que a estação original. O projecto arrancou em Julho de 2017, tendo a China Railway contratado milhares de trabalhadores locais durante a fase de construção, e dado formação em operação, medição e manutenção a mais de 400 técnicos locais.





A PARTIR DE AGORA A REVISTA MACAU PODE SER LIDA ATRAVÉS DE UM SIMPLES CLIQUE

Disponível na Apple Store e no Google Play, a nova aplicação da MACAU em língua portuguesa para telefones inteligentes, tabletes e computadores disponibiliza, em formato PDF, todas as revistas da série IV. Pode mesmo descarregar a edição pretendida e lê-la, mais tarde, em modo offline.





INSTITUTO INTERNACIONAL DE MACAU

A par e passo com a história da RAEM

O Instituto Internacional de Macau celebra este ano 20 anos de existência e tem percorrido o seu caminho e missão a par da RAEM. Umas das muitas instituições nascidas também em 1999, tem na actividade editorial um dos seus pilares e para o futuro ambiciona continuidade

Texto | Sandra Lobo Pimentel

al como muitas outras instituições e associações, também o Instituto Internacional de Macau (IIM) foi criado nas vésperas da transferência de administração, que deu origem ao estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Jorge Rangel, que na altura exercia funções no Governo liderado pelo General Vasco Rocha Vieira. assumiria mais tarde, e até à data, a presidência do Instituto, mas esteve ligado à sua génese. "Aparecemos em 1999, precisamente com essa preocupação: queríamos manter essa continuidade, no sentido da valorização da identidade de Macau", revelou em entrevista à MACAU.

A fundação da RAEM foi assim a fundação de outras entidades com origem na sociedade civil, que ainda hoje permanecem. "Ao chegarmos ao fim da presença formal portuguesa, em termos administrativos e políticos, achámos que uma entidade como o Instituto Internacional podia ser útil. Felizmente, Macau tem uma sociedade civil forte e interventora."

A defesa e a valorização da identidade da região assumiram grande relevância na missão a que se propunham, explica Jorge Rangel. "Macau sendo um território tão pequeno, se não houvesse um sentimento de pertença enraizado, e se não houvesse um sentimento de Macau enquanto região especial, pela sua diferença, achámos que essa diferença devia continuar a ser afirmada."

Para tal, foram definidas uma série de vertentes que consideraram importantes. "Queríamos privilegiar a ligação académica e cultural ao mundo lusófono, mas não só. Também na Europa e outras partes do mundo. Mas o mundo lusófono era a prioridade e tivemos uma grande implantação no Brasil, onde fazemos, ainda hoje, muitas actividades todos os anos."

O país sul-americano surgiu também pelo interesse mútuo com a República Popular da China, nomeadamente, em termos comerciais. "Firmámos inúmeros protocolos com universidades, centros culturais e outras entidades de natureza associativa", o que leva a que o IIM possa dispor dessa cooperação para as suas actividades, inclusivamente, em termos de utilização de espaços.

Se a actividade editorial tem sido bastante visível no percurso do Instituto nestes 20 anos de existência, Jorge Rangel sublinha outro tipo de actividade que também tem visibilidade: as exposições. "Temos sempre várias a correr mundo. Uma delas, sobre o património de Macau, chegou a estar em 50 cidades brasileiras."

Essa exposição está ligada a outra vertente, o concurso anual de fotografia de patrimó-



O Instituto já lançou cinco obras sobre a temática "Uma Faixa, Uma Rota"

nio de Macau, que tem possibilitado ao Instituto aumentar a sua colecção significativamente. "Há pouco tempo abrimos uma exposição no pavilhão do Jardim Lou Lim Ioc, e todos os anos o nosso espólio cresce de uma maneira impressionante. Temos hoje uma colecção notável, talvez a melhor que Macau tem, e todos os anos acrescentamos centenas de fotografias dos concorrentes."

Jorge Rangel lembrou que na celebração dos dez anos da RAEM, o IIM foi responsável por uma exposição fotográfica, à semelhança do que sucedeu cinco anos depois, a convite do Executivo da RAEM. Agora, no aniversário de 20 anos, o presidente do Instituto revelou à MACAU que o material já está a ser reunido e que será exposto já em 2020, "uma vez que queríamos já ter imagens da tomada de posse do novo Executivo".

Se as exposições e seminários são outras vertentes da actividade do Instituto nestas duas décadas de existência, as publicações com a sua chancela ocupam lugar de destaque. "Lembro que quando se começou a discutir sobre os grandes



temas, como a iniciativa 'Uma Faixa, Uma Rota', os primeiros livros que saem são os nossos", sublinhou.

Já são cinco os livros do IIM sobre o tema, ou seis, como ressalva Jorge Rangel, se for tida em conta a obra do académico Francisco Leandro, editada pela Universidade de Macau em cooperação com o IIM. O último livro sobre a temática foi lançado em Lisboa no final deste ano, também pela mão da Associação dos Amigos da Nova Rota da Seda, iniciativa

O IIM TAMBÉM ENTROU NO DOMÍNIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E TEM, DESDE HÁ CERCA DE UM ANO, UMA LIVRARIA ONLINE, COM TODAS AS SUAS EDIÇÕES DISPONÍVEIS PARA COMPRA de Fernanda Ilhéu, académica e presidente daquela entidade. Jorge Rangel não tem ideia de quantos livros foram editados pelo Instituto, mas afirma que, "desde opúsculos, até livros feitos, são com certeza muitas centenas".

O IIM também entrou no domínio das novas tecnologias e tem, desde há cerca de um ano, uma livraria online. "Neste mundo dos livros, nunca se recupera o investimento feito. Há uma percentagem muito elevada que vai para a livraria,



depois há os intermediários, as distribuidoras, portanto, a editora acaba por não recuperar o dinheiro. E precisamos para podermos fazer outras actividades. Em regra, temos o apoio da Fundação Macau, mas alguns projectos ficam de fora. Esse resto, ou não fazemos, ou temos de procurar outros financiamentos."

Nesse aspecto, em termos de funcionamento, o IIM mantém muitos dos quadros desde a sua fundação, mas quase todos em regime de voluntariado. "Um dos pilares desta casa é o voluntariado. Temos um pequeno núcleo de pessoal na secretaria, mas o resto é tudo voluntário." São seis os funcionários remunerados, e Jorge Rangel não esquece os colaboradores espalhados pelo mundo. "É uma rede de cerca de 400 colaboradores. Se fossem pagos, não tínhamos capacidade para mais de cinco ou seis. A história de sucesso do Instituto está também aí. nesse espírito de voluntariado, incluindo imensas personalidades que têm colaborado connosco".

Futuro de continuidade

Mais do que tudo, para o futuro, Jorge Rangel deseja que o Instituto possa continuar a sua missão. "Duas décadas permitem e exigem um balanço, que acreditamos ser imensamente positivo, pelo muito que se fez neste período. O que mais desejo para o IIM nos próximos 20 anos, é a sua continuidade." O actual presidente fala ainda de uma renovação que pode acontecer num futuro próximo. "Espero que os actuais responsáveis possam realizar uma passagem do testemunho a novos protagonistas nos próximos anos, cabendo-nos apoiá-los na liderança e no desenvolvimento de uma instituição em que acreditámos muito no momento do seu estabelecimento."

Sobre a missão do Instituto, Jorge Rangel crê que essa não deve mudar, continuando a assentar na preservação da memória de Macau, sendo tal desígnio "da maior utilidade para a RAEM", através de "acções eficazes de cooperação com instituições académicas, culturais e outras de natureza associativa no exterior", algo pelo qual o IIM se tem pautado nestas últimas duas décadas.

Para a próxima geração, o presidente do IIM entende que é preciso entender o legado da administração portuguesa, "que conferiu a Macau uma identidade e singularidade que importa estender no tempo", reforçando que "é importante continuar a acreditar no futuro de Macau".





Λ

Para além de uma intensa actividade editorial, as exposições de artes plásticas e fotografia têm assumido um papel importante para a visibilidade da entidade



Festival do Solstício de Inverno

O Festival do Solstício de Inverno, que este ano tem lugar a 22 de Dezembro, é tido como o segundo festival mais importante do calendário festivo chinês, depois do Ano Novo Lunar. As primeiras referências na China à comemoração do Solstício de Inverno como um festival remontam à dinastia Han (206 a.C. a 220 d.C.)

Festival do Solstício de Inverno. também conhecido como dongzhi (冬至), era para os Han mais uma forma de celebrar os frutos da agricultura. Um dia em que todos, independentemente do seu estatuto social, faziam uma pausa nos afazeres e confraternizavam com a família e os amigos, trocando acepipes variados. A data passou a ser, nas dinastias Tang (618-906) e Song (960-1279), um dia de sacrifícios ao Céu feitos pelos imperadores, e aos antepassados feitos pelo povo [ver caixa].

Para os não chineses, principalmente nas grandes cidades, a efeméride pode passar despercebida, já que se trata de uma festa sem expressão exterior, com a ausência do lúdico colorido que é apanágio da maior parte das festividades chinesas. O dongzhi é uma festa de família, a ela reservada, vivida no espaço privado e sem expressão notória no espaço público.

Na China em tempos antigos, a celebração do Solstício era também a festa das colheitas quando se guardavam as provisões para o frio Inverno. A data era tida como início de um novo ano, e certamente, daqui tenha vindo a tradição das gentes considerarem que nesta data todos têm mais um ano de idade.

A data e o seu calendário

As festividades chinesas regem-se por dois dos três calendários em uso, a saber: o lunar, mais propriamente lunissolar e variável, e o solar, que rege os agricultores e fixa as estações do ano. O calendário solar também fixa os atributos positivos ou negativos do tempo fruto da observação milenar humana sobre as características meteorológicas, já que era sua função informar os agricultores sobre os tempos propícios a uma boa la-

Texto | Fernando Sales Lopes



De acordo com a filosofia chinesa tradicional, no Solstício de Inverno o princípio yin atinge o seu ponto mais forte e, a partir daí, o princípio yang, 阳气 yáng qi, vai progressivamente retomando a sua força



voura ao longo do ano. Embora tenha 12 meses, este calendário divide-os ao meio, ficando o ano com os chamados 24 termos solares, o que permite um conhecimento de observações mais precisas dentro de cada mês.

O dongzhi, por exemplo, regista-se neste calendário como o ponto alto do Inverno. Terá sido entre 770-476 a.C. que foram estabelecidos os primeiros termos solares, indicando os equinócios de Primavera e Outono e os Solstícios do Verão e do Inverno. Mais tarde seria concluído com o calendário Taichu, que definiu as posições astronómicas dos restantes termos solares.

Da escuridão para a luz

Assinalando o mais pequeno dia e a mais longa noite do ano, o *dongzhi* (que, à letra, quer dizer o "Extremo do Inverno"), é feriado oficial em Macau. É conhecido entre alguns não chi-

neses como o "Natal chinês", não apenas pela proximidade das datas, mas por ser, também, uma festa de reunião familiar, com troca de prendas, e tempo de vestir roupas novas e de celebrar com comida e bebida pela longa noite adentro.

As comemorações, que se dão, principalmente, à mesa, variam nas diversas regiões do país. No sul, para além do hábito das famílias fazerem uma refeição de feijão vermelho e arroz glutinoso como um meio para afastar os maus espíritos, não podem deixar de ser feitas as tradicionais bolinhas doces de arroz glutinoso — *jyut ping ou tang yuan* (湯圓) —, símbolo da reunião familiar.

O dongzhi é, essencialmente, uma festa de alegria, de optimismo e esperança no futuro. Isto porque se considera haver na data uma passagem do *yin* para o *yang*, pois quando algo chega ao seu extremo a ten-

dência é transformar-se no seu contrário. Ora o yin (qualidade negativa, feminina) é, no dia do Solstício, a mais longa noite, mas no dia seguinte as coisas começam a inverter-se com o crescimento dos dias, é o yang (qualidade masculina, positiva) que está a chegar.

O solstício de Inverno no Hemisfério Norte

As características do Solstício de Inverno, a sua relação com a duração do dia e da noite, a entrada no Inverno, o fim de um ciclo agrícola, fazem com que a data seja talvez a mais assinalada em diversas partes do mundo, com destaque para o Hemisfério Norte, já que neste nos encontramos. Isto significa que em quase toda a Europa, com relevo para os países nórdicos, e nos de influência cultural céltica, eslava ou germânica, mas também entre os adoradores de Zoroastro, da antiga Pérsia, assim como da Roma antiga se preservem tradições, que são, afinal, referências identitárias e culturais.

Solstício e cristianismo

Na antiga Roma, as Saturnálias, dedicadas a Saturno, decorriam de 17 a 24 de Dezembro, e as Brumálias (de bruma, em latim o dia mais pequeno) dedicadas a Baco culminavam no dia 25 de Dezembro. Na mesma data se festejava o nascimento de Mitra, deus do Sol na mitologia persa. O Império Romano, no terceiro século, instituiu o dia 25 de Dezembro como o dia do Deus Sol Invictus, ou seja, do "Deus Sol Invicto". Era o tempo em que os dias comecavam a crescer considerando-se, pois, estarmos perante o renascer do próprio Sol. Para o cristianismo o deus não era o Sol, mas Jesus o verdadeiro Sol para a humanidade e adoptou a data pagã para comemorar o dia do nascimen-

Solstício de Inverno

21 de Dezembro





Os tradicionais dumplings desta festividade são recheados com carne picada ou vegetais envolvidos por uma fina massa de farinha de arroz

to de Cristo. O mesmo aconteceu com outras festas pagãs que foram rebaptizadas por influência cristã.

Solstício e paganismo

A Europa tem uma longa e profunda história de culturas pagãs, não sendo por isso de admirar a presença de traços dessas culturas em todo o continente, do que ficou e do que persiste do culto da adoração do Sol e da natureza à da importância dos solstícios.

Os nórdicos ainda hoje festejam o Jul, festa pagã cuja origem se perdeu no tempo, mas com vestígios notórios em monumentos megalíticos, espalhados pela Irlanda, Inglaterra e outros países como Portugal. Monumentos que têm a particularidade de estarem orientados para o nascer do Sol na altura exacta do solstício.

Estas celebrações da passagem da escuridão para a luz mostram hoje as suas influências nas iluminações e nos ramos de pinho e azevinho, o verde da vida, no Natal, com as iluminações e as árvores natal de pinheiros.

Na noite mais longa, homenageava-se a natureza e faziam--se oferendas aos deuses. O fogo que simboliza a Luz, era prática nas comemorações do momento astronómico, por isso se acendiam grandes fogueiras. Talvez como reminiscência desses tempos, se fazem ainda em algumas regiões de Portugal por altura do Natal, fogueiras conhecidas como "os madeiros de Natal", que ficam a arder durante toda a noite de natividade. Contudo, a notória influência celta dos festejos ao deus do Sol, Lug, está também presente noutras manifestações do tempo da adoração do sol e da luz, havendo lugares em que o fogo se prolonga até ao fim da quadra, assim como os festejos coloridos e chocalheiros que en-

cerram transgressão e, ainda hoje são conduzidos pela juventude, nomeadamente na zona de Bragança no norte de Portugal, com as conhecidas festas dos rapazes e os Caretos. Estas festas revelam traços que ficaram das antigas festas pagãs de adoração do Sol. Também em redor da fogueira os celtas comemoram a data festiva comendo, dançando e bebendo hidromel, a mítica bebida dos deuses em honra do deus Sol. •

As tradicionais bolinhas doces de arroz glutinoso são um símbolo da reunião familiar



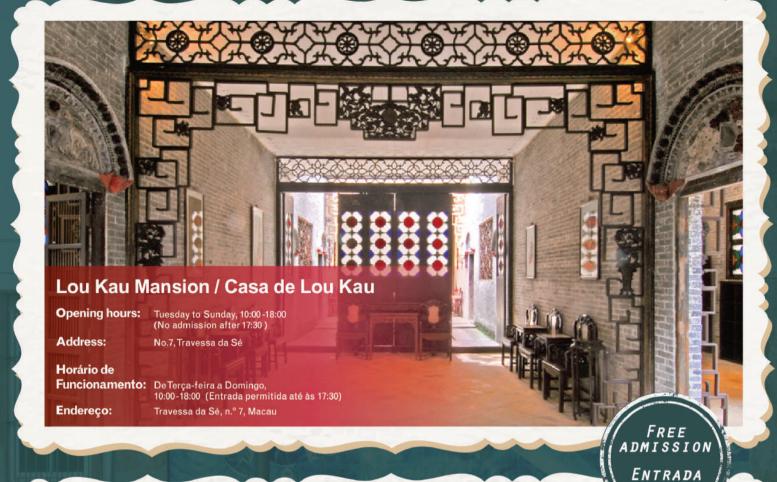
SACRIFÍCIOS AO CÉU E AOS ANTEPASSADOS

Apenas os imperadores podiam sacrificar ao Céu, já que eles eram tidos como seus filhos. A tradição de sacrificar no solstício de Inverno ainda se mantém, sem imperadores claro, pelo menos num local da China na aldeia de Yangjiacun, em Sanmen, província de Zhejiang, onde ocorre na data uma elaborada cerimónia sacrificial do Solstício organizada pelo clã Yang, mantendo, assim, uma tradição com 700 anos. Esta cerimónia foi, em 2014, incluída na Lista do Património Cultural Intangível da China.









Guia Fortress / Fortaleza da Guia Opening hours: Guia Fortress and Information Centre: 9:00 -18:00 (No admission after 17:30) Guia Chapel: 10:00 -17:00 Address: Guia Hill Horário de Funcionamento: Fortaleza da Guia e Centro de Informações: 9:00-18:00 (Entrada permitida até às 17:30)
Capela da Guia: 10:00-17:00 Endereço:

Colina da Guia

MIKE GOODRIDGE, director artístico do Festival Internacional de Cinema

"O nosso trabalho é projectar Macau no mundo"

O Festival Internacional de Cinema de Macau volta para a sua quarta edição entre 5 e 10 de Dezembro. Em entrevista à MACAU, o director artístico do evento, Mike Goodridge, que revela os pontos altos da programação e defende que o evento tem estado a abrir portas para jovens realizadores das mais diversas partes do mundo. Entre eles, estão talentos de Macau que começam a ter maior exposição e oportunidades

ike Goodridge, conceituado crítico de cinema há largos anos, está há três na batuta do Festival Internacional de Cinema de Macau (IFFAM). O britânico tem uma carreira de cerca de 30 anos ligada às várias vertentes do cinema, incluindo financiamento, vendas, produção, média e programação. Foi jornalista da revista *Screen International* durante 19 anos e lançou-se depois na produção de filmes, tendo liderado a empresa Protagonist Pictures. Antes de aceitar o desafio de tornar-se director artístico do certame de Macau, Goodridge foi programador do Festival de Cinema de Sarajevo e júri em mais de 25 festivais.

É o director artístico desde a segunda edição do festival, realizada em 2017. Quando assumiu o cargo disse que iria contribuir para estabelecer



Macau como um ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente em termos de indústria do cinema. É um objectivo alcançado?

Estamos a caminhar para aí. Demora muito tempo e há muitos a alegarem que são o ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente. A grande vantagem que temos em Macau é que somos parte da China. As pessoas que fazem parte da comunidade internacional da indústria do cinema sentem-se muito entusiasmadas com a perspectiva de visitar Macau. É um território associado ao *glamour* e ao mistério. É a porta de entrada para a China. Julgo que temos uma grande oportunidade para trazer o cinema chinês e os seus talentos para a ribalta internacional. Mas demora alguns anos até que as pessoas passem a levar as coisas seriamente.

Uma das suas principais responsabilidades en-

Texto | Paulo Barbosa



"TENTO APAIXONADAMENTE MANTER O PROGRAMA TÃO ACTUALIZADO QUANTO POSSÍVEL. SERIA MUITO SIMPLES PROGRAMAR OS 50 FILMES QUE ESTIVERAM EM CANNES EM MAIO, OU AQUELES QUE FORAM MOSTRADOS NO FESTIVAL DE BERLIM. MAS QUEREMOS QUE AS PESSOAS DE MACAU VEJAM FILMES NOVOS E EXCITANTES"

quanto director artístico é delinear o programa. Que objectivos gerais procura alcançar enquanto programador?

Tento apaixonadamente manter o programa tão actualizado quanto possível. Seria muito simples programar os 50 filmes que estiveram em Cannes em Maio, ou aqueles que foram mostrados no Festival de Berlim. Mas queremos que as pessoas de Macau vejam filmes novos e excitantes. Isso é difícil, porque temos que ser competitivos para trazer estes filmes.

O Comité Organizador do festival quer que o IFFAM se transforme num "mega-evento". Acredita que Macau tem os recursos e a massa crítica para poder organizar um certame que esteja no centro da atenção da indústria mundial do cinema?

Uma das grandes questões que pus quando comecei foi se haveria um público para estes filmes em Macau. Caso não houvesse, isto seria apenas um fútil exercício de vaidade. Mas há um público e um dos desafios é galvanizar a população local, em toda a sua diversidade, para acolher todos os filmes do festival. Agradou-me muito ver os espectadores que assistem à nossa competição internacional ao longo dos últimos dois anos. Esta é apenas para primeiros e segundos filmes, portanto não há estrelas de cinema. Mas temos casa cheia muitas vezes.

Este ano haverá um novo espaço para projectar filmes, bem no centro da cidade. É de esperar que isto venha a trazer mais público para o festival?

Sim, vamos usar o edifício do antigo tribunal [na Avenida da Praia Grande]. É um prédio magnifi-



"A NOSSA MISSÃO É PRODUZIR UM FESTIVAL TREMENDAMENTE BOM ESTE ANO. TODOS OS OLHOS ESTÃO EM MACAU E É UMA ÉPOCA MUITO IMPORTANTE"

co. Precisávamos de um novo espaço. Temos salas enormes, como o Centro Cultural e a Torre de Macau. São demasiado grandes. O antigo tribunal tem 100 lugares. É mais fácil de preencher e mais fácil de gerir. Não queremos trazer directores da América Latina ou de França e depois colocá-los perante salas enormes e meio cheias. Julgo que o Centro Cultural [Grande Auditório] tem mais de 1000 lugares. É enorme.

Em termos de programação, quer destacar alguns dos pontos altos da competição internacional, que tem o prémio para o vencedor de 60 mil dólares norte-americanos?

Vamos abrir com Jojo Rabbit, um filme de que gosto muito. É realizado pelo neo-zelandês Taika Waititi, com quem já trabalhei no filme Hunt for the Wilderpeople. Desde então ele foi para Hollywood e tornou-se num realizador de grande sucesso; fez o filme Thor [um super-herói da Marvel] e está neste momento a fazer um novo filme daquela saga. Entrementes realizou Jojo Rabbit. Chamam-lhe sátira, mas não sei se sátira será a melhor designação. É uma comédia generalista, muito arriscada, porque se passa durante o nazismo. É o ponto de vista de uma criança de oito anos na Alemanha. Um miúdo que é um pouco falhado, faz parte da juventude hitleriana, onde é gozado e chamado de "Jojo Rabbit". E a sua mãe faz parte da resistência. O filme mistura incrivelmente comédia e tragédia e funciona lindamente.

Quais são as estreias deste ano?

Vamos ter estreias de Hong Kong e de Macau. E também há a estreia de um filme indonésio muito bom, chamado *Homecoming*. Não é minha prioridade ter outras estreias porque estamos em Dezembro. Há ciclos de festivais de cinema e estamos no fim do ciclo que começa em Agosto, com Veneza. Antes de nós, na Ásia, há Busan, Tóquio, o Urso Dourado [Taiwan] e Singapura. Não há maneira de termos estreias asiáticas ou mundiais. O que podemos ter é estreias de Hong Kong e Macau, que são

parte do mesmo território de distribuição. Se um distribuidor compra filmes para Hong Kong, também compra em Macau.

Falando em filmes de Macau, há cinco estreias, o que é notável, tendo em conta a dimensão do território. Isto vai ao encontro de um dos objectivos iniciais do festival, que é potenciar a indústria local?

Esse é um objectivo muito importante e é parte da missão do festival. Temos vindo a trabalhar em sintonia com o Governo para tentar estimular a cultura de produção de filmes aqui. O nosso trabalho é projectar Macau no mundo. No primeiro ano tivemos o filme *Sisterhood*, de Tracy Choi, na competição. A Tracy é provavelmente a realizadora de topo em Macau. Ela curiosamente é a produtora de um filme que vamos mostrar, chamado *Years of Macau*. Há uma comunidade de realizadores e produtores que está a crescer e trabalha de forma estreita, o que é saudável.

A Cinemateca Paixão tem tido uma programação dinâmica, com vários festivais e também com a projecção regular de clássicos do cinema e obras de grandes realizadores. Acha que tem tido um papel como ponto de encontro e inspiração para essa comunidade?

Eles têm programas excepcionais e estão continuamente a expandir o acesso a diferentes géneros de cinema. Serão, é claro, um dos locais de exibição de filmes durante o festival.

Houve a intenção de programar o festival para marcar os 20 anos do estabelecimento da RAEM?

Definitivamente que sim no que respeita aos cinco filmes de Macau. Os temas desses filmes reflectem os 20 anos. Também deslocámos o festival um pouco para a frente no calendário e temos menos um dia de duração, para acomodar os eventos que vão ter lugar em Macau mais para o fim de Dezembro. De resto, a nossa missão é produzir um festival tremendamente bom este ano. Todos os olhos estão em Macau e é uma época muito importante.

No ano passado começaram com uma secção para filmes chineses. Essa competição será expandida?

É uma secção competitiva que me apaixona. O cinema chinês não é apenas do interior da China, inclui Malásia, Hong Kong, Macau, e a região de Taiwan . É uma cultura cinematográfica muito rica. Particularmente para quem vem do estrangeiro, esta é uma grande maneira para se conhecer esses filmes. [...]

Há realizadores conhecidos num circuito de festivais e cinema de autor. Depois há uma escala mais independente com muitos filmes interessantes a serem feitos. É excitante e vamos ter um grande programa este ano.

A indústria do cinema está a mudar, com países em que as audiências de salas de cinema caem a pique, enquanto na China há um público entusiasta e vasto.

Sim, o que mudou nos passados dez anos é que há um mercado massivo que emergiu na China. É um mercado que não existia antes. Os estúdios de Hollywood estão desesperados por conseguir uma fatia dele e isso é feito através de co-produções, ou com a entrada de actores chineses em filmes americanos. As plataformas de *streaming* também mudaram a forma como as pessoas vêem filmes. Acho fascinante acompanhar que alterações vão acontecer no futuro.

Há também alterações em termos de tecnológicos, com o 3D e outras técnicas que permitem uma experiência mais imersiva. O futuro do cinema será por aí?

Penso que quando vamos ao cinema e pagamos um bilhete, tem que nos ser oferecido algo especial. O problema com muitos filmes hoje em dia é que eles não valem o preço de um bilhete, particularmente quando as pessoas têm tanto que ver em casa. É um desafio. Temos um convidado das nossas conferências para a indústria chamado Fabien Riggall que tem uma companhia na Grã-Bretanha chamada 'Cinema Secreto'. É um conceito fantástico. Ele pega em filmes clássicos e transforma a ida ao cinema numa experiência teatral. O espectador paga 60 ou 80 libras [entre 620 e 830 patacas] e é levado a sítios de projecção secretos. A experiência pode envolver, por exemplo, mudar de roupa e vestir um *smoking*,

JULIETTE BINOCHE É A ESTRELA DE SERVIÇO

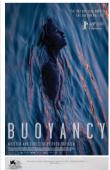
Um festival de cinema é, quase por definição, um evento social. Assim também acontece em Macau. No ano passado, Nicolas Cage esteve presente na gala de entrega de prémios. Para esta edição, o embaixador de talentos ocidental é Juliette Binoche. Comentando a vinda da laureada com o Óscar de melhor actriz secundária em 1997, pelo desempenho no filme "O Paciente Inglês", Mike Goodridge disse que "a principal missão do IFFAM é mostrar o melhor do cinema mundial e não há ninguém mais representativo do que Juliette Binoche para mostrar o que isso significa". A francesa junta-se à actriz de Hong Kong Carina Lau e ao músico sul-coreano Kim Junmyeon como embaixadora do evento. A sua agenda em Macau vai incluir presenças na exibição do filme "The Truth", na iniciativa "Em conversa com Juliette Binoche" e na cerimónia de entrega de prémios do festival, que decorre a 10 de Dezembro.

PROGRAMAÇÃO DO IFFAM 5 de Dezembro		
"Jojo Rabbit"	20h30	Centro Cultural de Macau
"Better Days"	20h45	Antigo Tribunal
"Dance with me"	21h00	Centro Cultural de Macau
"My Zoe"	21h30	Cinemateca Paixão
6 de Dezembro		
"Lucky Mama"	18h45	Antigo Tribunal
"Ina and the Blue	19h15	Torre de Macau
Tiger Sauna"	101110	Torro do Macad
"Goldie"	19h30	Centro Cultural de Macau
"Próxima"	19h30	Cinemateca Paixão
"The Platform"	21h30	Cinemateca Paixão
"The Lighthouse"	21h30	Torre de Macau
"Lynn + Lucy"	21h45	Centro Cultural de Macau
7 de Dezembro		
"Dwelling in the	15h30	Antigo Tribunal
Fuchun Mountains"	101100	7 triago modinar
"The Long Walk"	16h15	Cinemateca Paixão
"Let's Sing"	16h30	Torre de Macau
"Bellbird"	17h00	Centro Cultural de Macau
"Wisdom Tooth"	18h45	Antigo Tribunal
"Family Members"	19h00	Centro Cultural de Macau
"Balloon"	19h00	Cinemateca Paixão
"Years of Macau"	19h15	Torre de Macau
"First Love"	21h00	Centro Cultural de Macau
"Two/One"	21h30	Centro Cultural de Macau
"Dirty God"	21h30	Cinemateca Paixão
8 de Dezembro		
"A Shaun The Sheep Movie"	15h00	Centro Cultural de Macau
"Tokyo Story"	15h00	Cinemateca Paixão
"Bombay Rose"	15h30	Centro Cultural de Macau
"Patio of Illusion"	16h30	Torre de Macau
"Judy"	18h00	Centro Cultural de Macau
"The 400 Blows"	18h00	Cinemateca Paixão
"Wet Season"	18h15	Antigo Tribunal
"Strings of Sorrow"	19h00	Torre de Macau
"Give me Liberty"	19h15	Centro Cultural de Macau
"The Invisible Life of Eurídice Gusmão"	20h30	Cinemateca Paixão
"To Live to Sing"	20h45	Antigo Tribunal
"Buoyancy"	21h45	Centro Cultural de Macau
9 de Dezembro		
"A City Called Macao"	19h00	Antigo Tribunal
"Homecoming"	19h15	Centro Cultural de Macau
"Homecoming" "The Truth"	19h15 19h30	Centro Cultural de Macau Torre de Macau
"Homecoming" "The Truth" "Two of Us"		











como James Bond, vendo o filme entre mesas de casino, bebidas e comida. É um conceito enormemente popular.

Há 10 filmes incluídos na competição internacional. Que critérios usou para os escolher?

Este concurso é para realizadores que estejam a fazer o seu primeiro ou segundo filme. Eu e a minha equipa procuramos filmes que realmente se destaquem. [...] Por exemplo, temos um filme animado da Índia, um filme muito britânico, um filme francês realizado por um italiano e protagonizado por um actriz alemã, um filme americano dirigido por um russo, que é muito engraçado, chamado *Give me Liberty*. Depois há *Two/One*, um filme fascinante realizado por um argentino e que se passa entre o Canadá e a China.

Isso reflecte o lado global da indústria. Portanto, há uma tentativa de mostrar filmes de diversas proveniências?

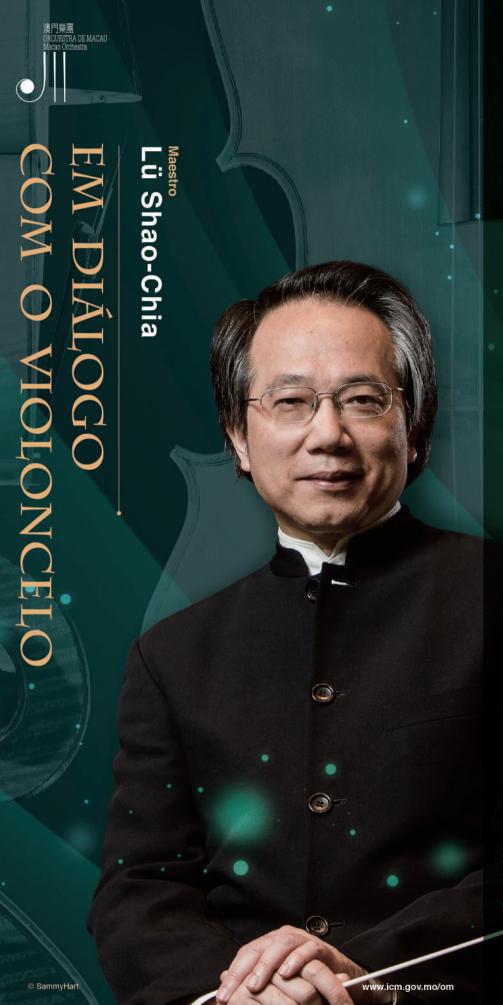
Não fazemos isso deliberadamente. Não procuramos ter filmes só porque são de um determinado país. Isso acontece de forma orgânica. Os consultores da programação tendem a defender alguns filmes com paixão, assim como eu.

Paralelamente ao festival, há um "mercado de projectos" e uma série de conferências, entre os dias 6 e 8. Estes eventos visam criar condições para o surgimento de uma indústria local de cinema?

Sim. Havendo um guião, um realizador e um produtor estão reunidos alguns elementos [para se fazer um filme]. Esses profissionais vêm cá, pomolos em contacto com financiadores, agentes de vendas, distribuidores e outros produtores. Há centenas de reuniões, nas quais se podem propor projectos. Este ano temos uma história de sucesso. Trata-se de um filme do Laos que vamos passar na nossa secção Panorama Mundial. Chama-se The Long Walk e estava no nosso mercado de projectos em 2016. É muito bom. Esteve em Veneza e em Toronto e eles [os intervenientes no filme] estão muito contentes com Macau. É assim que devia funcionar sempre.

Imagino que para os directores e produtores em muitos países do Sudoeste Asiático precisam deste tipo de apoio.

Sim, e é também importante para eles que os guiões tenham exposição, comentários e críticas [que permitem melhorar o projecto]. ①



2019-20 Temporada de concertos

Maestros com Carisma

2020.01.11

20:00 Sábado

Centro Cultural de Macau - Grande Auditório



Violoncelo Raphaela Gromes

Programa

Elgar: Introdução e Allegro, Op.47

Schumann: Concerto para Violoncelo em

Lá menor, Op. 129

Tchaikovsky: Sinfonia N.º 3 em Ré Maior,

Op. 29"Polaca"

Aproximadamente 1 hora e 45 minutos, incluindo um intervalo

MOP 250 / 200 / 150

Reserva de Bilhetes www.macauticket.com 2855 5555













Para fechar o ano a entreter os mais pequenos, o Centro Cultural de Macau lança mais uma edição do "AconchegARTE no Inverno", com duas peças de teatro internacionais e uma apresentação do grupo coral de crianças de Macau

Texto | Marta Santos





O calor da cultura para fechar o ano

O grande objectivo é despertar o interesse dos mais pequenos para os espectáculos e fomentar o convívio familiar. A nova edição do "AconhegARTE no Inverno", que se realiza entre 20 de Dezembro e 5 de Janeiro, traz da Irlanda do Norte o espectáculo "Shh! Nós temos um plano" e da Suécia, "O jardim das mentes vivas". Também os pequenos cantores de Macau, que integram o Clube das Cantigas, vão subir ao palco do Pequeno Auditório do Centro Cultural de Macau (CCM), para a sua grande apresentação do ano.

O programa arranca no dia 20 de Dezembro, às 15h00, com "O som da natureza" sob a responsabilidade do Clube das Cantigas do CCM, que preparou uma lista de canções variadas para agradar a todos os gostos. Para acompanhar os sons da natureza e os clássicos de Natal, os pequenos cantores prepararam também movimentos coreográficos. Os jovens vão ainda projectar um vídeo que partilha o percurso que fizeram em termos artísticos ao longo do ano.

Entre os dias 27 e 29 de Dezembro (quatro sessões diárias, às 11h00, 15h00, 17h00 e 19h30), as crianças entre os dois e os cinco anos de idade são convidadas a viajarem por uma história sem palavras, mas cheia de música e marionetas que vão seguir as aventuras de um grupo de amigos numa corrida louca para apanhar um ilusivo passarinho poisado no alto de uma árvore. "Shh! Nós temos um plano" é uma peça inspirada no livro Shh! We have a plan de Chris Haughton, esta aventura familiar pelos bosques leva o público a reflectir sobre a liberdade e a bondade.

Fundada em 2000, a companhia de teatro infantil Cahoots NI tem-se dedicado a criar experiências memoráveis para as crianças através de movimento, circo, música e efeitos visuais, explorando a velha e popular arte da ilusão. A companhia tem andado em digressões para um público cada vez maior tanto na Irlanda como no resto do planeta.

Além dos espectáculos, a companhia infantil vai também ministrar um workshop de teatro físico para crianças entre os três e os cinco anos e um workshop de marionetas para pais e miúdos, ambos marcados para 24 de Dezembro. As sessões são concebidas para introduzir os miúdos à alegria de contar histórias e demonstrar às famílias como podem criar as suas próprias marionetas.

Da Suécia e tendo como público-alvo os bebés, chega "O jardim das mentes vivas", uma experiência sensorial multi-artística. Entre os dias 31 de Dezembro e 5 de Janeiro (três sessões diárias, às 11h00, 15h00 e 17h00), as portas abrem-se a um pequenino público, convidando-o a mover-se livremente, desfrutando de múltiplas perspectivas, explorando ou escolhendo a melhor forma de brincar num mundo novo e misterioso. Concebida pela artista serbo-sueca Dalija Thelander, esta experiência visual para os mais pequeninos é encenada em forma de instalação, inspirada em formas orgânicas. Desde final dos anos de 1990, entre Belgrado e Estocolmo, que a carreira da coreógrafa tem sido inteiramente dedicada à iniciação de bebés ao mundo das artes performativas. Entrecruzando movimento e dança, música e som, estimulação táctil bem como fragrâncias naturais, o cenário desafia o público a reagir ao que vai acontecendo

Os bilhetes para os espectáculos do "AconchegARTE no Inverno" estão à venda nas bilheteiras do CCM e nos balcões da Rede Bilheteira de Macau. O concerto do Clube das Cantigas tem entrada gratuita, com levantamento prévio de bilhetes. Os bilhetes para os outros dois espectáculos custam 200 patacas por cada criança acompanhada de um adulto.

AconchegARTE no Inverno

Pequeno auditório, Centro Cultural de Macau Entre 20 de Dezembro e 5 de Janeiro

NA AGENDA





PhilRomantics: Phil Lam Live Concert 2019 • Phil Lam cresceu no Canadá e desde sempre teve grande influência de canções ouvidas na América do Norte e na Europa. Como compositor e intérprete, Phil é um músico versátil e promete um concerto cheio de romance para a sua estreia em Macau. Com o seu single

de estreia, "Montain and valley", o jovem ultrapassou os 20 milhões de visualizações no seu canal no YouTube.

7 de Dezembro, 20h00 Broadway Macau Bilhetes a partir de MOP 380



Estrelas em Viena: Concerto de Ano Novo • A Orquestra de Macau vai subir ao palco do Centro Cultural com o já habitual concerto de Ano Novo intitulado "Estrelas em Viena". O grupo apresentase com a soprano Marysol Schalit, sob a batuta do maestro austríaco Thomas Rösner, trazendo aos aficionados da música a elegante 'Voz de Viena' numa rica variedade de músicas da dinastia musical Strauss. As obras de Strauss I e II serão o cerne deste concerto de Ano Novo, além de algumas composições especialmente seleccionadas e que raramente são



apresentadas, como Seufzer-Galopp, de Johann Strauss I, e Furioso Polka, de Johann Strauss II (ópera).

31 de Dezembro, 20h00 Grande Auditório do Centro Cultural Bilhetes a partir de MOP 150



Desfile Internacional de Macau • Realiza-se a 8 de Dezembro mais uma edição do "Desfile Internacional de Macau 2019", organizado pelo Instituto Cultural (IC) em celebração do 20.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China. De acordo com um comunicado, "a rota do desfile desta edição é semelhante à do ano anterior,

tendo início nas Ruínas de S. Paulo e fim na Praça do Lago Sai Van". O tema deste ano é "Uma Faixa, Uma Rota", nome do projecto político chinês, que pretende reconstituir a antiga rota comercial da seda.

8 de Dezembro, 15h00 Das Ruínas de São Paulo à Praça do Lago Sai Van Entrada livre



Belas Melodias de Guangdong • A

Orquestra Chinesa de Macau convida o intérprete de gaohu Yu Lefu, conhecido como "o herdeiro da nova geração da música cantonense", para colaborar como director artístico. Yu é bem versado em música cantonense, sendo muito activo na cena da música rock de Guangdong. Este concerto apresenta um repertório requintado de música instrumental e música para agrupamento, incluindo melodias cantonenses conhecidas e executadas composições raramente que representam a cultura pitoresca de Lingnan, bem como a postura do músico da nova geração em relação à herança da música cantonense.

11 de Janeiro de 2020, 20h00 Teatro D. Pedro V Bilhetes a partir de MOP 100



Há muito que Carlos Marreiros não produzia uma obra artística com o seu nome. "Red December" (Dezembro Vermelho) está exposta na Galeria do Tap Seac até Fevereiro do próximo ano e é uma ode à interpretação própria do arquitecto sobre a sua cidade. Como o próprio escreveu, esta obra "é um barco que é uma pequena cidade, e viaja à procura do seu próprio tempo"

Texto | Andreia Sofia Silva

A nova obra de arte assinada por Carlos Marreiros foi exposta ao público pela primeira vez no passado dia 8 de Novembro e poderá ser visitada, de forma gratuita, até Fevereiro do próximo ano, na Galeria Tap Seac. A exposição "Red December" marca o regresso do arquitecto às lides artísticas, e o momento foi tão solene que, na cerimónia de inauguração da exposição, estiveram presentes nomes sonantes como o de Edmund Ho, ex-Chefe do Executivo da RAEM e actualmente vice-presidente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, sem esquecer dirigentes do actual Executivo.

O Instituto Cultural (IC) refere-se a esta obra como expressando "a visão utópica do artista, onde diferentes culturas coexistem harmoniosamente no seio de uma sociedade inclusiva".

A mostra é também composta por uma série de desenhos feitos em cadernos, que "espelham o processo criativo e reflectivo diário do artista ao longo dos anos, permitindo ao público conhecer de perto as suas fontes de inspiração e percorrer o seu mundo criativo, no qual se fundem ele-

mentos das culturas chinesa e ocidental". "Red December" é, portanto, uma "grande composição repleta de pequenos detalhes, que retrata uma cena em que figuras históricas chinesas e ocidentais de diferentes épocas se reúnem e se envolvem numa aprazível conversa", acrescenta o IC.

Lugares sem relógio

A obra pretende representar numa embarcação que "não navega, flutua", "uma cidade de muitas cidades, uma Macau de muitas Macaus", juntando "bocados de Lisboa, Porto, Rio de Janeiro, Pequim, Londres, Praga, cidades ou fragmentos de cidades" da preferência do artista, e 109 personalidades, entre escritores, pintores, compositores e políticos, entre outros, explicou o artista aos jornalistas aquando da abertura da exposição.

O que está patente é uma redução da obra, já que o original, com quatro metros por três, não cabia na sala, acrescentou.

"É a minha Macau e tantas Macaus, simultaneamente, a conviver com memórias de pedaços de outras cidades ou lugares, igualmente, sem relógio. São lugares que estão sempre em formação e, por isso, não terminadas. E contam estórias que aconteceram e outras que vou inventando. Macau é o pretexto, e tem o mesmo sentido que Gabriel Garcia Marquez deu à sua aldeia imaginária chamada Macondo", escreveu o artista num artigo sobre a sua obra no jornal Hoje Macau.

Marreiros destaca ainda o facto deste projecto "transbordar histórias", além de pretender "trazer alegria e boa disposição". "É habitada por gentes muito díspares, no tempo, no espaço, nos desempenhos próprios."

Organizada pelo Instituto Cultural, a exposição "Red December", que inclui ainda cerca de 40 cadernos de esboços de Carlos Marreiros nunca apresentados, vai estar patente na galeria do Tap Seac até 13 de Fevereiro próximo.

Red Dezembro: Exposição de Carlos Marreiros

Até 13 de Fevereiro Galeria do Tap Seac Entrada gratuita

NA AGENDA



Recordações Memoráveis de 1999: Exposição de Arquivos Comemorativos do 20.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria • A Mostra de mais de 100 arquivos da transferência de Macau para a China, em 1999, no âmbito do programa do Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países Lusófonos. O objectivo da exposição é partilhar todos os arquivos da história de Macau, revisitando os pontos cruciais dos contactos sino-portugueses. Trata-se de arquivos seleccionados da colecção documental da Comissão dos Diversos Sectores de Macau para as Actividades de Celebração do Retorno de Macau à Pátria, fundada em 27 de Março de 1999 pela Comissão Preparatória da RAEM. Essa associação civil visou promover e organizar a participação dos residentes de Macau nos grandes eventos que acolhiam e celebravam a transferência de Macau para a Pátria.

Arquivo de Macau Até 27 de Dezembro Entrada livre

Acção Conjunta de Moda— Exposição de Moda Criativa de Guangzhou--Hong Kong-Macau-Shenzhen • Projecto que reúne as obras de estilistas das quatro maiores cidades da Grande Baía: Cantão, Hong Kong, Macau e Shenzhen. Trata-se de uma mostra de talentos criativos de estilistas contemporâneos através de uma plataforma para o intercâmbio, a interacção e a união de forças dos jovens. A exposição desta vez exibe um total de oito estilistas: Coco Chi e Suiga Zhang, de Cantão; Felix Tai e Jason Lee, de Hong Kong; Jack Lam e Yaya Tam de Macau, e Smile Xu e Esa Liang, de Shenzhen. Cada estilista apresenta dois conjuntos de vestidos, para que o público possa apreciar o estilo único de cada um dos participantes.

O Mundo como Vontade e Representação – Exposição Colectiva dos Artistas Emergentes do Interior da China • São cinco jovens artistas contemporâneos que têm saltado à vista no Interior do País e que agora convidam o público de Macau a embarcar numa viagem de percepção e compreensão. Com curadoria de Sun Feng, os artistas Ouyang Sulong, Yuan Song, Liang Manqi, Hu Weiyi e Ying Xinxun apresentam um total de 26 obras de grandes dimensões e de vários tipos, incluindo instalações de desenho espacial, instalações de vídeo interactivas, impressões em 3D, fo-

Centro de Arte Contemporânea de Macau – Oficinas Navais n.º 1 Até 23 de Fevereiro de 2020 Entrada gratuita

tografias, vídeos e esculturas.





Galeria de Moda de Macau Até 31 de Dezembro Entrada livre

Árvore de Fruto • O artista sul-coreano Choi Jeong Hwa é conhecido como o pai das instalações de arte pop no seu país. No âmbito do festival "Arte Macau", o coreano ergueu, na praceta do Centro Cultural, uma árvore de fruto de sete metros de altura, feita à base de aco e tecidos. Trata-se de uma cornucópia artificial abundante em frutas falsas e coloridas de tamanhos desproporcionais em relação à árvore onde estão. Esta escultura insuflável avalia directamente as relações dicotómicas entre o real e o sintético, o natural e o artificial, as paisagens e a urbanidade. Antes da apresentação em Macau, a "Árvore de Fruto" foi apresentada em exposições em várias cidades, incluindo na Bangkok Art Biennale, na Tailândia (2018), na Exposição de Arte Contemporânea Asia Corridor, Castelo Nijo, em Kyoto, no Japão (2017), na Megacities Ásia, MFA Boston, nos EUA (2016), na Renaissance, Lille3000 (2015), e na Busan Biennale, na Coreia (2014), entre outros.

Praceta do Centro Cultural de Macau Até 31 de Dezembro Entrada livre



As várias vozes de uma identidade plural

O Macaense: Identidade, Cultura e Quotidiano visa dar novas respostas a uma eterna questão: a identidade macaense, o que foi, o que é e para onde vai

Texto | Andreia Sofia Silva

O mais recente colóquio organizado pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), em Lisboa, intitulado "Portugal-China 20/20: Identidade, quotidiano, economia", que aconteceu no passado dia 29 de Setembro, serviu também para apresentar um novo livro que se debruça sobre a comunidade macaense, e que levou cerca de dez anos a ser preparado.

A obra O Macaense: Identidade, Cultura e Quotidiano é fruto de uma parceria entre a UCP, através do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, e a Universidade de São José (USJ) de Macau, e apresenta diversos textos relacionados com a identidade macaense, que tentam proporcionar ao leitor um quadro abrangente daquilo que é e qual o seu futuro. A coordenação esteve a cargo de Roberto Carneiro, presidente da Fundação da Escola Portuguesa de Macau, Jorge Rangel, presidente do Instituto Internacional de Macau, Fernando Chau e José Manuel Simões, coordenador do departamento de comunicação e media da USJ.

À MACAU, José Manuel Simões explica

como começou este projecto. "O convite partiu do doutor Roberto Carneiro ao Reitor da USJ, Padre Peter Stilwell, que por sua vez delegou em mim a responsabilidade de co-coordenar a obra e convidar estudiosos, especialistas, conhecedores e investigadores da realidade de Macau, dos macaenses e da sua identidade e cultura." Desta forma, foram convidados nomes como o arquitecto Francisco Vizeu Pinheiro, que escreve sobre "Um general liberal em Macau", ou a professora Vera Borges, que se debruçou sobre "A condição macaense em Cecília Jorge: luto e redenção ainda que em volta de/ uma só/ taça de chá". Neste texto, é explicado que nesta "cidade multicultural de migrantes, espaço de fronteiras entre comunidades e de axiais divisões interiores, não estranharemos que a poesia reflita estratégias de sobrevivência e catarse. A poesia de Cecília Jorge propõenos um percurso de interrogação (literal) dessa identidade, na assunção de uma perda exorcizada pela voz lírica, no pranto em que evoca a cidade amada e a vida que ela representa".

José Manuel Simões convidou também "outras pessoas que pela sua experiência, conhecimento e domínio da realidade que o livro visava, alargaram ainda mais o espectro de acção da obra". Incluem-se os macaenses José Luís Sales Marques, que analisa o papel da comunidade macaense no contexto da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, os portugueses Frederico e João Rato, "a quem lancei o desafio de pela primeira vez pai e filho escreverem em conjunto", e Teresa Sena, que recorda uma entrevista por si feita ao escritor Henrique de Senna Fernandes em 1987, e publicada no *Diário de Notícias*.

A obra foi escrita e produzida tendo como base "três áreas fundamentais", tais como a identidade, cultura e quotidiano como, aliás, o próprio título indica.

Um livro "abrangente"

Para José Manuel Simões, o que esta obra traz de novo é a sua "amplitude e abrangência", uma vez que "aborda questões como o entrecruzamento de culturas e povos no território e dos seus atributos únicos que vão desde o patuá à religião e às festividades". O livro fala ainda "de encontros, da mistura de modos específicos de expressão e de comunicação, explicitando-se várias possibilidades e ângulos de abordagem sobre o que é o macaense".

O artista António Conceição Júnior fala de uma "nação de indivíduos tão singulares quanto a história genética de cada um", uma vez que "ser-se geneticamente macaense é somar em si Portugal e as rotas de África, da Índia, de Ceilão, de Malaca e do Sião, e ainda todos os encontros fortuitos com povos com quem se entrecruzou".

"O livro aborda essa diversidade, a definição identitária dos macaenses, comunidade patrimonial que desempenha o papel de intermediário cultural, ponte entre o Ocidente e o Oriente, o papel da língua portuguesa para a construção de uma nova identidade para a região do grande rio das pérolas e o papel de plataforma entre a China e os países de língua portuguesa", acrescenta José Manuel Simões.

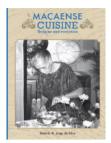
A obra analisa também o futuro tendo em conta os projectos de integração regional "Uma Faixa, Uma Rota" e a Grande Baía, sem esquecer "o esforço de preservação cultural, designadamente no que respeita às culturas linguísticas lusófonas, como ponte para o aprofundamento das relações comerciais entre a China e a lusofonia", aponta o coordenador.

O livro conta com 286 páginas e um total de 22 autores, e, como referiu Roberto Carneiro, pretende "divulgar e investigar o que é o macaense", essa "espécie de mistura entre português e chinês, mas que deu origem a algo autónomo, a uma comunidade autónoma".



O Macaense: Identidade, Cultura e Quotidiano Vários autores Coord. Roberto Carneiro, Jorge Rangel, Fernando Chau e José Manuel Simões Universidade Católica Portuguesa/ Universidade de São José, 2019

PARA LER



Macaense Cuisine: Origins and Evolution

António M. Jorge da Silva | Instituto Internacional de Macau | 2019

Obra que viaja no tempo para descrever as origens da culinária macaense e contar histórias por detrás dos pratos mais aclamados. Em Julho deste ano, o livro, que tem como grande objectivo despertar o interesse da comunidade mais jovem para a gastronomia única de Macau, foi premiado com o Certificado de Reconhecimento do Prémio Mundial "Gourmand World Cookbook", durante o evento da Feira Internacional de Livro de Macau 2019.



What Are You Thinking?

Un Chi Wai | Taipa Village Cultural Association | 2019

Livro que reúne uma série de ilustrações infantis do artista local Un Chi Wai e que se debruça sobre o fenómeno de sonharmos acordados. A narrativa da obra tem um final em aberto, levando a que o leitor use a sua interpretação e imaginação para pensar no melhor fecho da história. As ilustrações estiveram também em exposição, durante o mês Setembro, na galeria da Taipa Village Cultural Association.



De Macau a Lisboa: Na Rota das Porcelanas Ming

Armando Sabrosa | Instituto Cultural de Macau/Centro de Estudos Históricos/Centro de Humanidades da FCSH da Universidade Nova de Lisboa | 2019

O livro centra-se no estudo detalhado de porcelanas provenientes das escavações arqueológicas realizadas em Macau, na zona do Colégio de São Paulo e na Fortaleza do Monte, em 1995. Neste âmbito, o arqueólogo, que morreu em 2006, levou a cabo uma "análise tipológica detalhada das porcelanas encontradas na altura e comparou-as com outras recuperadas em Portugal, com o intuito de discutir o importante papel de Macau como porto de comércio marítimo Oriente-Ocidente", segundo nota o Instituto Cultural.



Diálogos Interculturais Portugal-China

Vários autores | Instituto Internacional de Macau | 2019

Trata-se do primeiro volume de uma série dedicada ao tema dos diálogos interculturais entre chineses e portugueses, tornando mais acessíveis 43 trabalhos submetidos por investigadores que marcaram presença na primeira edição do I Congresso Internacional sobre "Diálogos Interculturais Portugal-China". A obra de 600 páginas está dividida em duas partes. A primeira agrupa estudos sobre escritos literários, religiões e mitos no diálogo intercultural, estratégias e desafios que se colocam à China contemporânea, políticas públicas nas áreas da economia e do turismo. A segunda compreende trabalhos sobre questões e realizações no domínio da tradução, o ensino e aprendizagem de línguas, a cultura musical religiosa e tradicional portuguesa em Macau, a canção chinesa, a identidade e o cinema, a beleza da caligrafia chinesa e linguagens e conceitos artísticos.



Little Explorers of Macau

Catarina Mesquita | Mandarina Books | 2019

Primeiro projecto editorial da recém-criada editora infantil Mandarina, que tem como objectivo apresentar pormenores singulares da cidade que sirvam depois de inspiração à criatividade das crianças. Neste álbum de 88 cromos, com textos em inglês e chinês, as crianças são levadas a vários pontos emblemáticos de Macau e podem dar largas à imaginação a construir os seus próprios enredos.

Oficinas Navais

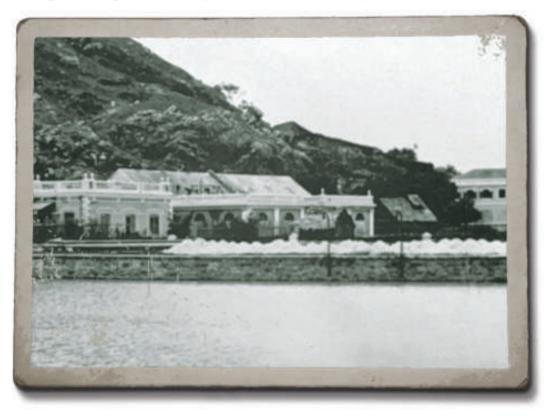


Foto | Álbum Macau 1844-1974, Fundação Oriente, 1989

Os primeiros registos históricos das Oficinas Navais de Macau, oficialmente conhecidas como Doca D. Carlos I, datam de 1864 e foram construídas junto do Templo de A-Má, sendo ainda hoje um registo vivo da pujança da antiga indústria naval do território. Em 1910, construiu-se aí a primeira embarcação com motor, baptizada de "Taipa", para a Capitania dos Portos. Em 1929, foi ali construído o primeiro navio de aço, denominado "Jade".

Já na década de 1960, as Oficinas Navais saíram da alçada da Capitania dos Portos mas continuaram no ramo da construção naval. Após a criação da RAEM, o Governo fez construir a Avenida Panorâmica do Lago Sai Van sobre uma zona de aterro adjacente ao Templo de A-Má e às Oficinas Navais, a fim de criar novos acessos a partir do Bairro da Barra para a Ponte de Sai Van. Em 2003, devido à criação de novos arruamentos, as Oficinas Navais foram transferidas para o Estaleiro de Construção Naval, ao longo da Rua da Doca Seca do Bairro de Fai Chi Kei.

Em 2013, o Instituto Cultural deu início a profundas obras de restauração do espaço, que em finais de 2016 abriu portas como Centro de Arte Contemporânea de Macau, tendo até à data acolhido dezenas de exposições de artistas locais e internacionais e espectáculos, sobretudo na área do teatro experimental. ①

Soprano Maestro Marysol Schalit Thomas Rösner Concerto de Ano Novo ESTRELAS EM VIENA

2019-20 Temporada de concertos

Concertos festivos

2019.12.31

20:00 Terça-feira

Centro Cultural de Macau - Grande Auditório

Programa

Johann Strauss I: Seufzer- Galopp, Op. 9

Künneke: Vetter aus Dingsda - Strahlender Mond

(Luar Brilhante)

Lehar: Der Zarewitch - Einer wird kommen

(Um dia o encontrarei)

Johann Strauss II: Furioso Polka Op. 260

MOP 400 / 350 250 / 150

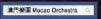
Reserva de Bilhetes www.macauticket.com / 2855 5555

© CEphoto, Uwe Aranas © Vera Markus © Nancy Horowitz









文化局 INSTITUTO CULTURAL

www.icm.gov.mo/om

Coleccione Selos de Macau Collect Macao's Stamps









快分享到朋友圈 起關注澳門郵票!

澳門議事亭前地 LARGO DO SENADO, MACAU

電郵 E-mail: philately@ctt.gov.mo

網址 Website: http://philately.ctt.gov.mo



